Audiência Pública – Comunidade Quilombola Rio dos Macacos

Dr. Leandro: Inicialmente queria agradecer a presença de vocês aqui nesta Audiência Pública. A Audiência Pública é um instrumento previsto na lei complementar que rege o Ministério Público nas resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e, tem por objetivo colher informações, ouvir a comunidade aqui interessada que é a comunidade Quilombola Rio dos Macacos. Colher soluções e sugestões de todos os Órgãos e atores envolvidos nesse longo procedimento que é a questão do debate, dos direitos inerentes à Comunidade Quilombola. Queria também registrar que o Supremo Tribunal Federal recentemente julgou constitucional o decreto que regulamenta o procedimento de titulação da Comunidade, ou seja, uma vitória considerada para comunidade é um... Fevereiro, esse julgamento – 10 a 1 – o que expressa a maioria! E queria também aqui registrar um agradecimento a todos os órgãos que tiveram a iniciativa de comparecer: a Advocacia da União, a Defensoria Pública da União, a Sexta Câmara de Coordenação do Ministério Público na pessoa doutor Luciano Maia, nosso coordenador; o Doutor Walter Cláudio, Doutor Gustavo e, também do Comando da Marinha presente, da Secretaria do Patrimônio da União, da Universidade Federal da Bahia, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Articulação Social, Fundação Cultural Palmares, o ATR também, e demais órgãos que estão diretamente ou indiretamente relacionados a esse... Esse Inquérito Civil é um Inquérito de 2011, em que a atuação da Defensoria Pública com o Ministério Público, a SPU e demais órgãos estão sempre em convergência para encontrar soluções que atenda os direitos da Comunidade Quilombola.

Autoridade mulher: Com a chegada da Procuradora Chefe Substituta, eu gostaria de convidar algumas autoridades presentes para poder ocupar alguns lugares na mesa. Então, gostaria de convidar o Coordenador da Sexta Câmera de Coordenação e Revisão da MPF, Sr. Luciano Mariz Maia; gostaria de convidar as representantes da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, Sra. Rosemeire dos Santos Silva e sra. Olinda Oliveira dos Santos. Gostaria de convidar também o Carlos Eduardo Chaves, que é representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais para se posicionar ao lado das representantes da Comunidade; a Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a sra. Fabiana Galera Severo; o Defensor Público Federal Átila Ribeiro Dias, procurador-chefe da União do Estado da Bahia, Reinaldo de Souza Couto Filho; capitão Di Mare Guerra, Marcus Vinicius de Castro Loureiro, comandante da Base Naval de Aratu; e o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia o Sr. Júlio César de Sá Rocha.

Dr. Leandro: Presente aqui na Audiência Pública, e a gente tem aqui a presença da procuradora-chefe do Ministério Público Federal aqui na Bahia, demais autoridades também que compõe a mesa e, conforme previsão no edital, que foi publicado na Audiência, previamente houve uma lista de inscritos na internet, não prejudica que eventuais pessoas que sejam imprescindíveis aos esclarecimentos e sugestões que possam contribuir para a solução dos problemas referentes ao Inquérito Civil e Público, sejam facultadas as respectivas falas e direito à palavra, né? Inicialmente eu gostaria de passar a palavra para o Comando da Marinha que poderá aqui expressar algumas colocações sobre um ponto que é fundamental entre a Comunidade e a própria... o Comando da Base Naval, que é a questão do acesso a água. Queria que excelentíssimo comandante colocasse as expressões e as colocações na revisão da Marinha.

Dr. Luciano: Boa tarde! Antes de passar pro Comandante e, já fazer com que ele abra com essas palavras, parece que a doutora Vanessa vai precisar sair, não sei se quer fazer uma saudação e sair, pra não ficar aqui nesse momento... E, em seguida, eu queria dar uma palavrinha de saudação antes do doutor... antes do Comandante... pode ser comandante? Eu agradeço muito, doutora Vanessa, então.

Dra. Vanessa: Boa tarde a todos! Peço desculpas pela voz, estou muito gripada. Eu vim apenas para saudá-los, agradecer a presença de todos, desejar que esta tarde seja uma tarde muito frutífera, de bons resultados, de bons acordos, de resolução de questões, colocar a casa aqui a disposição de todos. Essa Audiência Pública vai ser muito bem conduzida pelo doutor Leandro e pelo doutor Luciano e, os demais presentes na mesa. E, mais uma vez, eu agradeço a presença de todos. Aproveito e convido o Superintendente Regional de Estudo Nacional de Colonização Reforma Agrária do INCRA, Doutor Giusepe para poder compor aqui a mesa no meu... já que vai vagar um lugar com a minha saída. E doutor Luciano... se quiser já pode vim aqui, eu já estou... de licença... E bons trabalhos a todos.

Dr. Luciano: Boa tarde! Eu quero começar agradecendo ao colega Leandro, a doutora Vanessa e todos os demais servidores e colegas da Procuradoria que permitiram que isso acontecesse. Eu quero agradecer a vinda de todos e cada um da Comunidade. São muitos anos de luta, muita esperança, muita dor, muito sofrimento, mas muitas alegrias também. Hoje, mais uma vez, é um espaço de realização da esperança e do encontro. Eu celebro e agradeço cada um de vocês terem vindo aqui. Agradeço muito a vinda do Comandante. Ele tem muitas responsabilidades, tem muitos encargos, muitos deveres no seu cotidiano. E ele reservou tempo pra conversar com a sua equipe, trouxe toda sua equipe aqui para demonstrar a seriedade do propósito de sua vinda, para demostrar o zelo que tem no trato da questão. E, vieram também muitas outras pessoas de Brasília, do INCRA, do Ministério da Defesa, da Advocacia Geral da União. Pessoas que tem sob sua responsabilidade muitas obrigações de respeitar a lei e, muitos limites também no espaço de atuação da lei.

O que eu quero celebrar com a presença de todos que estão aqui: a doutora Fabiana que está com o Presidente do Conselho Nacional de Direitos humanos; o INCRA que está aqui; a Fundação Cultural Palmares que está aqui; o doutor Átila que é um grande parceiro de luta também está aqui; o procurador-chefe da Advocacia-Geral da União aqui na Bahia; meu colega Walter Rothenburg que veio de São Paulo; Gustavo Alcântara... Esse é o momento em que numa Audiência Pública nós nos colocamos pra ouvir, ouvir as autoridades pra dizer como elas podem se expressar a respeito das questões que têm em frente e, ao mesmo tempo, ouvir a Comunidade para que a Comunidade possa expressar como tem sido a dificuldade do seu cotidiano. Graças ao trabalho de vocês, da luta de vocês, da coragem de vocês, muito já foi feito. Há muito por fazer também, mas é preciso aprender a comemorar, a celebrar os avanços que são obtidos. Então, é nesse, nesse espírito de abrirmos para possibilidades de encontros, abrirmos para a possibilidade de realização em que nós agradecemos a confiança que cada um tem na força do diálogo; a confiança que cada um tem na capacidade de falar a sua verdade e, ouvir a verdade do outro e, nesse sentido, as verdades caminhando lado a lado, nós conseguimos construir justiça nas nossas relações. Então, com essa pequena introdução eu terei muita alegria em ouvir o Comandante que terá muito a nos dizer.

Comandante da Marinha: Bem! Boa tarde a todos! E, agradeço as palavras do senhor, no sentido de que a gente consiga efetivamente por meio do diálogo, efetivamente, chegar a um denominador comum, chegar à resolução de... vamos colocar entre aspas "um problema que se arrasta há mais de 8 anos". Bem! A Marinha se põe aqui na presença do Comandante da Base no

intuito de tentar dialogar e conseguir, dentro deste diálogo, uma possibilidade de um acordo que a gente vem ao longo dos anos, iniciando alguma coisa e, retornando à estaca zero, logo em seguida. Iniciando algum tipo de aproximação e, retornando à estaca zero, logo em seguida. Então, ao longo dos anos, a gente vem correndo em círculos e, não chegando à evolução nenhuma em cima desse problema. A gente já teve uma negociação passada, chegou-se ao (?) e atualmente nas proximidades, ali. Provavelmente a portaria do INCRA, voltando até pra titulação. Bem! A terra será dos senhores e senhoras, todos aqui presentes, será delimitada... e perfeito. Assim como a terra delimitada para a União ficará para a Marinha. Então, a Marinha só quer a solução dessa contenda pra poder prover a segurança do seu pessoal. Nós temos 514 residências lá dentro e, uma área que foi construída pela Marinha que é a barragem Rio dos Macacos. A Marinha construiu porque na época Salvador não tinha uma empresa, a Embasa, com tamanha capacidade pra atender a demanda de água que a segunda maior Base Industrial da Marinha precisava. Então, a Marinha construiu a barragem do Rio dos Macacos para poder abastecer de água 101 residências. Todo este complexo industrial que eu acabei de falar, que é o segundo maior do Brasil, nós temos o maior dique do Norte-Nordeste, até que o Enseada Paraguaçu construa o dele, o nosso será o maior! Então, nós temos uma demanda de navios e atracações, tanto da esquadra quanto navios desquitais, que consomem essa água após o tratamento executado lá dentro da Base Naval. Porque a água da barragem, ela tem um nível de oxigenação muito baixo, inclusive, influenciando uma série de características que eu prefiro, inicialmente, nessas palavras iniciais, no caso, me abster de pontuar. Mas... então, a importância estratégica desta barragem pra Marinha é essa. São... um cálculo de 2015, 10 milhões e oitocentos mil reais, por ano, em conta de água economizados por causa da existência da Barragem. A manutenção anual da Barragem custa R$170.000 reais. Então, meu técnico em barragens, encostado ali na porta, que pode falar todo tipo de obra que é executado, todo tipo de legislação de certificação que a gente tem que apresentar todo ano ao INEMA. Só a manutenção anual da barragem custa R$170,000 reais pra que mantenha, aqui, a segurança de todos nós. Então, a importância estratégica desta barragem pra Marinha é essa. A gente tem todo um viés de preocupação com a parte de abastecimento de todo esse complexo industrial.

Dr. Luciano: Muito obrigado comandante. Na previsão daqui, da... Qual é a que se seguiria? Talvez você possa...

Dr. Leandro: Gostaria de convidar à mesa o doutor Rogério Arantes que é Diretor de Ordenamento de Estrutura Fundiária do INCRA, representando. E gostaria também posteriormente de facultar a palavra ao Defensor Público da União, doutor Átila Dias.

Dr. Rogério: Boa tarde a todos! Agradecer a presença de todos. Eu acredito que essa Audiência Pública... nós já tivemos algumas e, o objetivo é justamente sair daqui para uma solução, em relação aos problemas que são passados pela Comunidade. Gostaria de saber, do nosso principal questionamento, é a cerca, da questão do acesso à Barragem, para acesso a água. Quero saber por parte da Marinha se haveria alguma proposta intermediária para a questão da possibilidade de acesso as águas por parte da Marinha.

Comandante da Marinha: Bem! Eu tenho a autorização pelo meu Almirante, o Vice-Almirante Almir Garnier Santos, Comandante de Segundo Distrito Naval, responsável por toda essa região. A autorização de efetuar uma proposta de utilização, de certo modo, compartilhado, colocando um portão próximo à barragem, efetivamente, no muro já construído e com a segurança necessária para todo o pessoal, para as 514 residências existentes dentro da Vila Naval da Barragem. E, tentando acesso lá, efetivamente, já que tem uma demanda da Comunidade em todas as últimas reuniões. Pelo menos, todos os documentos que eu recebi e li, no passado, que a demanda da

comunidade referente à Barragem Rios dos Macacos era: Acesso à água para pesca e, acesso a água para os ritos de matizes afrodescendentes.

Bem! Aquelas pessoas que tiverem efetivamente algum cadastro e alguma entidade de pesca e, apresentarem essa documentação, poderão ter acesso e aqueles que efetivamente se encaminharem em vista com a certeza e afirmação que são de religiões afrodescendentes, que vão fazer as atividades religiosas nas gameleiras brancas, também serão permitidos a entrada.

Dr. Luciano: Talvez pudéssemos então, agora, fazer o seguinte... Eu gostaria de ouvir a dona Rosemeire... pra que ela passa então mencionar quais são, na perspectiva da comunidade, as necessidades que a comunidade enfrenta. E gostaria de ouvir o INCRA, para também mencionar em que ponto estamos em termo de titulação, pra em seguida tentarmos identificar quais são os pontos de divergência e, tentarmos construir uma solução objetiva em cima desses pontos de divergência. Então... Rosemeire? Por favor, alguém leve o microfone pra Rosemeire.

Rosemeire: Boa tarde a todos e a todas! Primeiro os mais velhos. Assim, escutar uma fala que já aconteceu quando eu tinha a idade de 7 anos, nessa mesa que se repetiu, hoje, eu tenho 39 anos. É, é difícil, doutor Luciano, responder algumas coisas, sabe? Porque eu sou uma das pessoas que sabe o que é a dor de perda em questão de violência, em questão do Governo Federal, que a Marinha de Guerra do Brasil representa o Governo Federal. Infelizmente tem alguns militares que usa essa farda para destruir a nação. Então, assim, é difícil ouvir essa fala, aqui, de, em questão de portão que já aconteceu, o portão, em cima da barragem retirando a ida e vinda da comunidade, retirando todos os direitos que a comunidade tem. Com 2 homens com fuzil na mão, espancando criança e, adolescente, toda geração. E eu sou uma dessas criança que foi espancada ali. Se existe a máquina da verdade como a gente vê na televisão, é bom colocar cada um de nós para ver quem tá falando a verdade, né? (aplausos)

A gente sabe, a Marinha de Guerra do Brasil sabe, todos os comandantes que passou pela Base Naval sabe o que foi que acontece lá dentro do Quilombo, o que está acontecendo em questão de violência. Então, assim, a gente não pode permitir esse portão colocar, de novo, pra mulheres serem estupradas, como já aconteceu ali em cima, tá? E vários tipos de violências aconteceu alí só porque a gente ia pegar água. A gente não pode aceitar em questão daquele muro que vai destruir a nossa comunidade, as nossas vidas completamente. Eu quero ser o defunto, mas eu não vou pegar na alça do caixão de um das minhas filhas e nenhum do meu povo, dentro da Comunidade. Não vou! Que isso já aconteceu. E a gente sabe que aconteceu e, você Comandante, sabe muito bem o que já aconteceu ali dentro e, está acontecendo tanto dentro do Quilombo como fora e dentro da Vila. Então, assim, é difícil ouvir essa fala em questão do muro, porque a gente não é contra o muro, a gente é contra a maneira que o muro vai ser feito. A gente pode aceitar esse portão colocando do outro lado e, a gente não quer o domínio da Barragem. A gente quer o uso compartilhado da água. E aí, e assim, você falou certo. Que aquela barragem ali foi feita, a Marinha que fez a barragem, mas a Marinha fez a barragem usando nossos pais trabalhar como escravo para poder carregar aquelas pedra, ali, pra poder fazer aquela barragem; falando que vai dar água a Comunidade. E o subúrbio de Salvador e, existe documento falando sobre isso. E o Subúrbio não acha aquela água de jeito nenhum. E a Vila não usa aquela água. Aquela água vai pra base.

Em questão do concerto da barragem, aquela barra, ali, foi muitos anos abandonada. A gente pediu ajuda ao Ministério Público em questão do abandono da Barragem. A água da gente estava indo embora, os peixes... Várias vezes a gente ficou sem peixe, ali. Foi tudo destruído pra Comunidade ter o alimento pra botar na mesa. Em pouco tempo acontecer isso de novo. Então, assim, é como eu já falei. A gente não é contra o muro, a gente é contra a maneira que o muro vai

ser feito. E, a gente quer ser o defunto, mas não vai pegar na alça do caixão dos nossos filhos, que a gente sabe que tem uma máquina de moer gente e, é o nosso povo preto, não é os brancos. Em questão da demarcação, a demarcação, a Marinha fez a demarcação sem conversar com a Comunidade. A gente queremos a 104, a gente não é contra a 104. A única coisa que a gente é contra, aí, como foi que aconteceu a demarcação. Que a marinha demarcou nosso território, entregou pro INCRA só pra botar o piquete. E o INCRA que tinha que fazer esse trabalho. (aplausos)

Eles não estão tirando só o Rio dos Macacos, está tirando toda a nascente do Quilombo e, toda a área de fonte histórica do território. Então assim, eles mandaram um aviso, o Quilombo morrer, porque a gente vai ficar sem água completamente. A gente queremos uma água da Embasa, porque é um direito que a gente tem, cada um de nós. E aí, a gente vai pagar as contas e, é um dever do Governo colocar água da Embasa lá dentro. E não é dessa maneira, aqui, que a gente vai pagar. E eles vão pagar o que a gente já perdeu. Que a gente perdeu muito, não só em questão da Comunidade, é em questão das vidas. Em questão das vidas! Então, a gente pede pra, é... corrigindo em questão da demarcação, olhar ponto por ponto, estar entrando em roça, tirando as áreas de fonte importante pra Comunidade. A maneira que o muro está vindo lá do lado de dona Maria, que vai passar em frente à porta de dona Maria, tirando árvore história da Comunidade. Então assim, a gente precisa rever mais rápido possível. Em questão da estrada, a estrada é carta de alforria da Comunidade, as duas vias. Não é bem uma estrada, gente. É uma saída, é uma saída. Que o Exército abandonou a estrada só porque a Marinha ia passar o muro tirando toda a água da Comunidade. E, em nenhum momento sentou com a Comunidade pra ver qual é o ponto importante da Comunidade ou não. Em nenhum momento, uma decisão entre Governo.

Dr. Luciano: Rose? Posso ouvir agora o INCRA?

Rosemeire: Depois retorna, né?

Dr. Luciano: Depois retorna, sim. Exatamente, depois retorna. Depois eu quero, por assim dizer, contextualizar a fala de Rose. Ela é uma moça de muita coragem, muita coragem. Jovem! Tem trinta e poucos anos, de muita coragem. Ela não tem uma instituição como eu tenho por atrás de mim, ela não tem um salário que cai na conta e, garante a subsistência dela; ela sai da sua casa para lutar por si, pelas pessoas em redor e, pelas futuras gerações. Não está preocupada só com ela. Ela está disposta a enfrentar a vida nessa luta, atuava como vocês aqui também. Ao mesmo tempo, o Comandante fez aqui algumas colocações, expressando que não é uma questão dele não querer, é uma questão dele considerar, na posição dele, que ele precisa estabelecer certas garantias pra própria comunidade também que ele tem que defender. A comunidade das pessoas que confiam a ele a segurança e também o papel do trabalho que ele desempenha como comandante da daquela unidade. É por isso que, de uma certa forma, é possível ajustar as coisas como estão sendo feitas.

Eu, ontem, caminhei um pouco, muito pouco, mas caminhei um pouco na casa de Dona Maria, circulei até algumas áreas onde tem olhos d'água, que, em redor, tem algumas árvores cortadas, uns bambus cortados de fogo ateado. Sem valorizar aquele olho d'água e, é importante para a preservação dos Mananciais e, é possível, sim, fazer um pequeno ajuste. O INCRA pode fazer isso, porque esse olho d'água, por exemplo, não, não teria nenhuma serventia pra Vila Militar, nem para a Unidade Militar. E muita serventia para a Comunidade, muita serventia para a Comunidade. É, retificar rapidamente pra afastar um pouco a linha pretendida por um muro e, salvar lá gameleira branca, importante. Eu ouvi ontem uma informação interessante. Os nossos espíritos não são enterrados e, a gente passa por cima como se não existissem, eles nos

acompanham. A crença, esses lugares de celebração, são importantes para alguém que tem uma crença. Expressar respeito pelas suas divindades, é algo muito importante, ou seja, por que o que eu estou querendo mencionar é que é possível, chegando no detalhe afastando, para cá, um pouquinho, fazer a acomodação que o Comandante quer, com a necessidade que a Comunidade expressa. Como ela diz, nós não somos contra o muro, ela diz. Nós somos contra essa linha reta cortante que tá sendo prensada pro muro, que não está levando em conta a necessidade da gente. Ela mencionou isso. O Comandante abriu um espaço importante, mencionando àqueles que tiverem atividade de pesca e, àqueles que tiverem atividades religiosas, podem ter acesso pra fazer isso. O que eu iria apenas ponderar para o Comandante, sei que não haverá dificuldades quanto a isso é que comunidade tem o direito decorrente da própria lei, de definir ela própria, isso. Ou seja, bastaria que alguém da Comunidade dissesse, alguém da Comunidade dissesse ao Comandante: Oh, Comandante, na nossa Comunidade, essas são as pessoas que realizam a atividade de pesca. Senhor Comandante, na nossa Comunidade, essas são as pessoas que realizam as atividades religiosas. E isso seria pra o Comandante o suficiente. Ninguém questiona se o Comandante tem autoridade pra dizer o que diz. Todos respeitam! E, o Comandante respeitaria também da Comunidade quem dissesse nossa Comunidade quem está falando por nós. É essa pessoa e, ela pode falar por nós. E assim que aprendendo a acreditar uns nos outros, nós passaremos a estabelecer o respeito para a convivência pacífica. É nesse sentido que ouvir o INCRA e o que o INCRA tem a dizer sobre como foi feito concretamente esse desenho e, essa planta e, a possibilidade de restaurar, no traçado, algumas linhas que respeitem esses olhos d'água, essas árvores ancestrais, esses espaços... E, na verdade, é como se diz: é a materialização concreta disso em campo e que é possível fazer e, é por isso que eu gosto de escutar o INCRA a respeito disso, aí.

INCRA: Boa tarde a todos! Boa tarde, Comunidade! Que bom! É uma Audiência Pública participativa. Quero agradecer aqui ao ENPF pelo convite... doutor Luciano. Quero agradecer também a recepção do doutor Átila que nos recebeu na Defensoria Pública, hoje. Quero registrar a presença, aqui, da equipe da Coordenação Quilombola de Brasília, doutor Antônio Oliveira; está aqui o José; está aqui o Miguel da Superintendência aqui de Goiás. E, principalmente, a presença do nosso Superintendente, né? A gente sabe a importância que a Superintendência dá a esse tema aqui na Bahia. E a gente fica muito feliz em poder compor essa equipe que veio de Brasília: está aqui a Maria Tereza; está aqui o Sálvio do Ministério da Defesa; está aqui a SEPIR. São vários órgãos que compõem essa comitiva no atendimento desse chamamento do NPF pra gente tentar dar um passo adiante, pra tentar resolver, pra tentar trazer pra essa Comunidade, tranquilidade, o sonho que é criado através do Programa Nacional Quilombola, né? Nós do INCRA, a parte que nos cabe é... em que pese a parceria, a gente não se omite de outras discussões. Mas as questões fundiárias, as questões do reconhecimento da Comunidade. Nós de forma bem séria entendemos da dificuldade que é se tocar um processo desse, a burocracia que é, as peças técnicas que são extensas e trabalhosas. Nós, graças a Deus, com bastante empenho, aqui, da Superintendência da Bahia, na pessoa do nosso Superintendente Josepe, avançamos. Estamos com as peças prontas, estamos com o trabalho de georeferenciamento, aí. Eu até me apoio na pessoa do nosso querido amigo Miguel que é quem trabalhou lá, que teve lá na área, que fez todo o trabalho de georeferenciamento da área, junto à Comunidade. Nesse sentido, a gente fica preocupado na questão de rever uma peça técnica, pois se demandou muito trabalho, muitos dias. O Miguel a campo, junto com toda a equipe da Superintendência. E esse trabalho foi feito, foi finalizado. É um trabalho técnico que quando se tem a conclusão dele, o encaminhamento é para o registro e a titularização. E isso está sendo feito e, a gente espera que com essa Audiência Pública, ao final, vamos estar celebrando um grande dia, comemorando um

grande dia de acordo e, de definição de um empasse que dura mais de 10 anos, já. E aí, a gente vai estar caminhando para o fechamento e pro fim dessa semana, dessa situação. Então, quando se diz rever um pouquinho pra cá, um pouquinho pra lá, a gente fica preocupado, doutor Luciano, por conta do trabalho que já foi executado em campo. Hoje, se tiver alguma situação de retirada do marco, o INCRA tem a capacidade de ir lá com os seus feitos, com os seus mapas e retomar exatamente o local aonde estava aquele marco, porque isso já está registrado nas cartas, já está registrado nos nossos sistemas. Então, essa discussão, eu entendo que ela é um pouco intempestiva por conta dessa situação. Claro, evidente, que num bom acordo, numa conversa, a gente pode, de repente, pode sim, poupar uma árvore, poupar uma situação que também não vai interferir diretamente nesse trabalho que já foi feito. Mas, mudar de forma radical qualquer situação, no sentido de delimitação, significa retroceder e voltar na estaca zero para um novo trabalho, um novo tudo, que foi feito até agora. Em relação ao título, é como eu já disse, estamos próximo do final para que a gente consiga titular, tanto a área da nossa Comunidade Quilombola quanto a área da Marinha. Isso é... em poucos dias, meses, a gente teria com decisão de concluir esse trabalho.

Então, eu queria deixar esse breve recado, aqui. E dizer que a gente veio de Brasília na esperança de voltar com um acordo, com uma decisão, com um ponto final nessa etapa da Comunidade. E, a gente quer voltar aqui pra entregar crédito. A gente quer voltar aqui pra poder ver as casas. Está aqui o representante da CEPROM que é do Governo do Estado, que não foi citado. Eu gostaria que também fosse lembrado porque é um parceiro, é um amigo, é quem vai estar, realmente, levando o desenvolvimento pra dentro da Comunidade: casa, unidade produtiva, água na torneira de cada um de vocês, através da companhia de abastecimento. Isso tudo é extremamente relevante. E o que INCRA, além de tudo, a partir de uma nota, que foi assinado pelo nosso Presidente Leonardo, no final de 2017. Inclui todos os quilombolas brasileiros no CIMPRA, que é pra estar atendendo com as políticas públicas que os assentados já são beneficiados. Já são crédito inicial, PRONAF, PRONERA, Terra Sol, tudo isso os nossos beneficiados do nosso programa Quilombola. A partir da assinatura deste documento do nosso presidente, no final de 2017, todos os quilombolas do Brasil podem ser inseridos no INCRA, no CIPRA e, a partir disso, acessarem as politicas públicas. Então, a gente ver que uma briga que pode demorar mais 5, 10 anos. Estará sendo contraprodutivo pra essas famílias que estão, lá, na ponta, aguardando realmente que o governo brasileiro consiga levar até eles um benefício, uma ação prática que é a promoção financeira da sua condição. Então, eu queria agradecer e, encerrar aqui minhas palavras. Muito obrigado.

Dr. Luciano: Doutor Rogério, obrigado. Dr. Carlos, o senhor quer falar? Eu depois quero ouvir o doutor Walter sobre esse assunto.

Dr. Carlos: Muito boa tarde a todas e a todos! Queria brevemente fazer uma saudação aqui à mesa. Na ausência da doutora Vanessa, fazer essa saudação em nome de doutor Luciano que muito esforço fez para que essa Audiência esteja acontecendo agora. Pouco diferente do que colocou agora a pouco o Comandante, eu acho que a gente tem avançado, sim. A gente saiu a muito dessa estaca zero. A própria audiência que está acontecendo aqui, hoje, é mais um avanço independentemente dos resultados que a gente tire daqui. Porque quando esse conflito começou a gente tinha ações judiciais acusando pessoas de serem invasores de uma certa área, de um território sob o domínio da União e, hoje, nós temos o Estado brasileiro reconhecendo uma comunidade quilombola com pelo menos a garantia, através da portaria que foi publicada, de 104 hectares, que esperamos que em breve sejam titulares.

A gente, eu acho que é importante a gente ter em vista aqui, pelo menos, uma pauta mínima para essa reunião de hoje, pra essa Audiência Pública. Que em conversas com a comunidade, eu acho que dá pra resumir em cinco pontos. Eu acho que o primeiro deles é a efetiva titulação desses 104 hectares que estão reconhecidos pela portaria declaratória enquanto território a ser titulado pela Comunidade para a comunidade. Porque a portaria, ela reconhece de acordo com o estudo que foi feito pelo INCRA uma área de 301 hectares. Então, na medida que essa portaria, ela coloca que vão ser titulados, a princípio, 104 hectares apenas. A gente não pode deixar de observar que já está vendo uma grande perda, aí. São aproximadamente dois terços do território que foi identificado no universo histórico que diz cerca de 900 hectares que a comunidade reivindicou apenas esses 301, por reconhecer que ali já existia uma Vila Militar instalada, diversos outros equipamentos públicos que a comunidade... eu acho que corretamente não investiu pra isso ser desapropriado pra fazer parte do seu território tradicional como historicamente foi identificado.

No segundo ponto, eu acho que já foi colocado aqui talvez seja o ponto mais polêmico aqui: essa questão do acesso ao Rio dos Macacos; que é o rio que corta o território da comunidade e, foi barrado após a chegada da Marinha ao território. Eu acho que a gente avança na medida em que há uma proposta aqui, mas acho que de acordo com a fala, inclusive, aqui, de Rosemeire, é preocupante essa situação de se murar esse acesso à água, com a presença de um portão. Até porque a gente vê um certo contrassenso, a gente tem avançado muito no sentido da garantia de evitar esse contato entre as pessoas que vivem no quilombo e as pessoas que vivem na Vila Naval. A gente sabe que os inúmeros problemas que já aconteceram, inclusive, recentes por conta desse acesso ao quilombo através da Vila Naval. E surge uma proposta de colocar mais um ponto de contato com essa questão do acesso a água, de um contato que sempre vem sendo conflituoso, embora a gente tenha tentado muito para pacificar essa questão ao longo desses anos. É uma proposta, eu acho que é um avanço, mas a gente precisa pensar isso, mas também com muito cuidado.

O terceiro ponto seria... e essa fala é mais dirigida ao representante do INCRA, que acabou de falar, é a revisão desses marcos. Eu queria falar um pouco sobre isso porque é uma situação que eu acredito que não envolva grandes investimentos em trabalho, mas é uma questão de realizar a questão de metros, talvez. Porque, hoje, se a gente chega lá no território e, faz uma visita a casa de dona Olinda, a gente vê que tem um marco fixado no que é o quintal da casa dela. Ou seja, como Rosemeire falou. Se for construído um muro ali, ao invés dos locais onde já existe uma divisão, já existe uma cerca ali, hoje, separando a Vila Naval da parte do território onde vive a família de dona Olinda. Mas, se for feito um outro traçado onde está aquele marco, dona Olinda, dona Maria, vão abrir a porta de casa e vão dar de cara com o muro. Então, é isso que a gente precisa que seja revisto. E, essa questão também que doutor Luciano colocou, que a poucos metros também da casa de dona Olinda tem uma fonte que é sagrada pra comunidade, que tem os seus usos culturais, tradicionais; que eu não sou a pessoa mais adequada aqui pra falar, mas que a comunidade pleiteia também que esteja dentro do território tradicional a ser titulado, porque até como o doutor Luciano bem colocou, é algo que nós não conseguimos enxergar de serventia pra Vila Naval ou pra Marinha.

Um outro ponto que aí toca também nessa questão que a gente está falando de construção do muro, são as vias independentes que foram interrompidas as obras. O Exército chegou a iniciar essas obras, mas a partir de quando surgiu esse impasse sobre murar o acesso ao rio, essas obras também foram interrompidas. Então, eu acho que pra evitar esse tipo de contato conflituoso ao que me referi agora pouco, eu acho que essas vias precisam ser urgentemente terminadas.

E, por fim, é o acesso às políticas públicas. A entrada de políticas básicas no território quilombola de Rio dos Macacos que são direitos de qualquer cidadão, independente, da sua origem quilombola ou não, que são as políticas de habitação, de acesso à água encanada, de saneamento. A energia elétrica chegou a pouco tempo lá. Mais uma vitória da comunidade, mas essa ligação precisa ser feita. E, essas pessoas também precisam de moradia digna pra poder receber esse serviço de água, de esgotamento sanitário, de eletricidade.

Então, eu acho que esses cinco pontos a gente precisa tratar aqui com bastante objetividade pra gente ver até que ponto a gente consegue avançar, aqui, hoje. E, voltando um pouco a esse tema da titulação do território, que nós agora a pouco, no dia 8 de fevereiro, o povo negro do Brasil, as Comunidades Quilombola tiveram uma grande vitória. O Supremo Tribunal Federal finalmente reconheceu a constitucionalidade do Decreto 4887. A gente tem, aí, o Artigo do Ato 68, do Ato das disposições constitucionais, transitória da Constituição. Essa Constituição já vai fazer trinta anos e, ainda se discute o cumprimento desse comando constitucional. A gente já deveria ter avançado muito mais, onde tem mais de 3000 comunidades, aí, a espera do acesso a esse direito constitucional. E até hoje se discutia a constitucionalidade desse decreto, ao invés de se fazer, efetivar esse direito. Mas, enfim, a gente tem que comemorar que isso está aí. E isso ai nos põe numa obrigação de dá efetividade de titulação a esse território. Nós tivemos também um outro grande avanço, nós temos avançado, sim. Finalmente foi finalizada a transferência dos imóveis que estava ainda sobre o domínio da Marinha, pra SPU. No dia 27 de dezembro do ano passado saiu a portaria da SPU reconhecendo o interesse público dessas duas áreas que compõe os 104 hectares a serem titulados pra Comunidade. Então, ao nosso ver, não existe mais nenhum office pra que... material, ou legal, pra que essa titulação seja feita em nome da Associação da Comunidade. Então, com essas palavras, com esses 5 pontos, aqui, que a gente elenca, eu queria passar a palavra, aqui, pro nosso colega, doutor Walter Cloudes pra fazer a sua intervenção.

Dr. Walter: Nós fomos hoje, de alguma maneira, surpreendidos com essa notícia de que há uma possibilidade de discussão de acesso da Comunidade à água. Eu acho que a surpresa foi tão impactante que ainda não deu tempo da ficha cair, da gente digerir isso. Não deu tempo da gente se indignar, se há motivos para indignação e, também não deu tempo pra gente comemorar, se há motivos pra comemoração. Todavia, merecesse ser destacada, aqui, mais uma capacidade de diálogo, de compreensão, de sensibilidade por parte das Forças Armadas, porque quem está nesse barco a mais tempo, sabe que o papo a uma semana atrás era completamente outro. A questão da água era um tabu, não dava pra conversar sobre a água, poxa vida. Hoje nós temos um registro oficial, nessa Audiência Pública, de que as Forças Armadas, o Comando da Marinha reconhece que a comunidade tem uma expectativa legítima com relação a esse acesso à água. A maneira como a gente vai implementar isso, pode ser um processo mais ou menos doloroso, mas isso fica registrado, aqui, oficialmente. Acho que pela dupla homenagem da capacidade de diálogo, de sensibilização das Forças Armadas; e também da capacidade de resistência, de luta da Comunidade porque se não fosse assim, esse dia não se estabeleceria. E sobre o ponto, sem querer polemizar demais, eu queria retomar o momento da fala do Carlos Eduardo que é o seguinte: a essa altura do campeonato, anos depois, nós adquirimos algumas pequenas convicções. Uma delas é que é absolutamente doloroso esse controle da Comunidade em relação do lugar onde ela mora. As histórias mais tristes são histórias que se localizam geograficamente na portaria. Quanta dor, quanta lágrima, quanto desconforto de ambos os lados, de todos os lados, aconteceu nessa maldita portaria; por justificativas em razões de segurança nacional, mas assim, não causa um pouco de perplexidade imaginar que poucas certezas do que deu errado e não deve ser reproduzido? Que nós, de alguma maneira, reproduzíssemos essa receita numa

segunda portaria? Claro que diferente, claro que pra um outro tipo de acesso, mas mais ou menos essa inquietação, né? Mais uma portaria, será que a gente consegue gerenciar isso? Será que a gente investe numa receita que tem contra si um passado cheio de fantasmas? E assim, muito tecnicamente, eu acho que há espaço pra gente discutir juridicamente a validade desses critérios, doutor Luciano, com tanta sensibilidade, já adiantando. Quer dizer, se um dos critérios é o acesso da comunidade por razões econômicas, recreativas que é a pesca, juridicamente, nós provavelmente não conseguiríamos sustentar que esse critério objetivamente fosse o critério do registro na colônia de pescadores, alguma coisa assim. Juridicamente, provavelmente essa opção seria uma opção inválida. Da mesma forma, uma espécie de relação das pessoas que participam de uma metafísica afrodescendente, né? Quer dizer, a construção de relação de pessoas que precisam externar qual é o seu credo, qual é a sua fé, é a de a muito tempo, já, no campo do direitos humanos, no campo do direito constitucional, considerada inválida. Então, já que a Marinha, com essa sensibilidade se adianta em propor inclusive critérios, do ponto de vista jurídico talvez nós tivéssemos espaço aqui pra discutir a validade jurídica desses critérios. Não sei se a doutora Fabiana iria... (aplausos)

Dr. Luciano: Doutora Fabiana, presidente do Conselho Nacional de Identidade; e depois, o professor Júlio... Já estava inscrito nesse, o doutor Júlio César da Rocha, diretora de Direito que com certeza respeitará as mulheres, primeiro.

Dr. Júlio: Só antes de passar a palavra pra doutra Fabiana, eu queria registrar aqui a presença dos membros do Ministério Público Estadual: doutora Lívia, doutora Márcia, também registrar a presença de representantes da Embasa.

Dra. Fabiana: Então, eu agradeço a todos que me deram essa oportunidade de fazer uso, aqui, da palavra, brevemente. Então, primeiramente, boa tarde a todas e a todos! É... É uma honra estar aqui nesse momento que acredito ser e, quero acreditar que seja o momento histórico mesmo para comunidade quilombola Rio dos Macacos. Estou aqui como representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Atualmente na função de Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos; represento a Defensoria Pública da União naquele Colegiado e, nessa condição, no exercício desse mandato, desde o ano passado, o Conselho se debruçou com bastante atenção na temática dos direitos dos povos quilombolas, dos povos, especialmente, dos povos quilombolas. Nós temos uma Comissão permanente, né? Que trata de povos indígenas, quilombolas, conflitos fundiários; e, no ano passado, fizemos várias missões, inclusive; e também trabalho de incidência diretamente lá no STF, em conjunto com a sociedade civil. O Conselho que é um órgão de participação social direta da sociedade civil e, portanto, traz esse valor tanto democrático quanto de controle social. E foi então que sempre, sempre cientes do problema que arrasta há décadas, aqui, em Rio dos Macacos. Nosso primeiro contato foi naquela Audiência Pública, promovida pela PFTC, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e, violência no campo. Mas esse assunto, né? Esse embrolho que não se resolve a tantos anos, aqui, em Rio dos Macacos, é de conhecimento de todos e, todos nós que trabalhamos na temática de Direitos Humanos, de efetivação de Direitos Humanos.

Esse impasse realmente tem bastante visibilidade e, acredito mesmo na própria experiência como defensora pública, precisamos acreditar nas soluções de consenso, porque senão a solução que não seja pelo consenso é sempre uma solução muito difícil pra todo mundo. E eu acho que nesse contexto, aqui, a gente, eu venho aqui, hoje, com uma esperança. Esperança que foi até reforçada inicialmente antes de estabelecermos, aqui, a mesa, quando vi que estamos com todos as instituições e todas... com a comunidade aqui. Muito representada, né? Totalmente representada com todas as instituições capazes de resolver esse embrolho que se arrasta tanto tempo.

Eu selecionei aqui na espera das falas que me antecederam, é... eu tenho muito objetivamente aqui alguns pontos como uma proposta pra gente vê se consegue avançar. E pra colocar essa proposta, eu queria colocar essa sugestão de uma proposta de avançar no sistema, só que em etapas. Porque em etapas? Porque tem algumas questões que são tanto muito urgentes, emergências, quanto de fácil consenso. E eu já dou exemplo, primeiro caso, primeira situação que a gente pode imaginar aqui, que não tem, não faz o menor sentido, não consegui solucionar. É a questão das casas, as casas que estão com problemas, que estão se deteriorando, que estão com riscos de desabamentos, né? E isso é uma questão, mas não há a menor dúvida que a gente precisa conseguir. Imagina! Mais dia ou menos dia, com as chuvas, acontece alguma, alguma tragédia e... isso, obviamente, é algo que ninguém quer, que todos queremos evitar. É, mas pra gente chegar nesses quatro pontos, aqui, que eu acabei selecionando até com algumas etapas... eu queria colocar uma premissa. E uma premissa pedindo uma reflexão de todos nós aqui; de todos nós instituições públicas, né? Apesar de conhecermos a cultura e as tradições dos direitos da comunidade, não somos da comunidade, né? Eu queria colocar, aqui, a nossa reflexão... o seguinte sentido: os povos, a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, mais do que isso os povos das comunidades quilombolas do Brasil que tiveram o direito reconhecido no julgamento da STF, semana passada; julgamento histórico que reforça, reconhece esse direito. Não tem mais dúvida a respeito dos direitos de titulação da terra, de propriedade da sua terra. E até mais, e eu iria até além... a população negra no Brasil, brasileira que faz parte, preservar os direitos, não só os direitos, a cultura dos povos quilombolas e, mais do que isso, da população negra também. É absolutamente, é um compromisso de todos nós brasileiros, do povo brasileiro. É um compromisso até internacional. Por quê? A preservação da cultura dos povos quilombolas é basicamente a preservação da cultura do Brasil, do povo brasileiro, de um povo tradicional. E quando a gente pensa, assim, na preservação de cultura, de povos tradicionais, né? Convenção 169 da OIT... A gente não pode deixar de imaginar que essa cultura está totalmente ligada a terra de uma forma diferente, como nós brasileiros brancos e, pertencentes a outras comunidades no país, urbanas, em relação ao uso da água, em relação aos da terra, né? Então, qualquer saída aqui, que a gente pensa da comunidade quilombola, dos povos tradicionais em geral, ela necessariamente tem que envolver o acesso direto à água enquanto recurso natural. E isso... eu fiquei muito feliz quando ouvi a proposta do Comandante. Assim como... não que possamos de cara comemorar, o Walter acabou de mencionar. Mas, é um alento. Ah! Então quer dizer que esse obstáculo a gente pode superar, né? Acho que sim! Eu acho que a gente pode superar facilmente. E até... o procurador coloca um ponto, assim, mais do ponto de vista jurídico, de que não seria politicamente válida a questão do cadastro. Eu iria até além, Comandante... Será que é necessário a gente estabelecer esse, é proporcional, é necessário a gente estabelecer esse óbice do cadastro? Vamos deixar o acesso realmente livre. Deixa a comunidade acessar diretamente, livremente, né? Não precisamos criar essa burocracia. Esse cadastro de pescadores, o cadastro em relação às práticas religiosas... (aplausos)

No objetivo da gente conseguir chegar realmente ao um passo, da gente fazer desse momento, um momento histórico, de um avanço. No mesmo sentido, a comunidade dos Macacos também não pode prescindir, a gente não poderia transigir com relação a esse acesso autônomo independente. E pra isso, a construção das estradas ali, independentes; elas realmente é salutar e deve ser benéfica pra todo mundo: pra comunidade, pra Marinha... assim a gente garante autonomia da comunidade pra chegar as suas residências, e sem essas burocracias também. Além, claro, dos serviços públicos necessários e sempre respeitada a consulta prévia, ampla e formada da própria comunidade.

E pra fechar, eu colocaria aqui como uma proposta, a gente pelo menos conseguir sair daqui, se eventualmente, o Comandante, o próprio INCRA, não tiverem aqui de plano como já fecharam essas propostas, que pelo menos levem como porta-vozes do que a gente dialogou, aqui, essas propostas. Imediatamente, nós precisamos não ter nenhum tipo de obstáculo e precisamos conseguir fazer aqueles, aquelas reformas necessárias naquelas casas que estão sob risco de desabamento. Eu acho que isso gera o impedimento da construção ali, das reformas ali; geram uma responsabilidade pra todo mundo que não queremos obviamente que aconteça nenhum tipo de tragédia e, eu acho que isso precisa ser garantido, né? Então são aquelas obras ali; e isso obviamente se estende aos demais serviços públicos: eletricidade, serviço de segurança da comunidade também.

O segundo ponto da questão da água compartilhada... a gente está muito perto de conseguir chegar a um consenso e, eu acho que a gente poderia ir fazendo por etapas esses consensus. Já que algumas questões ainda podem demorar, alguma coisa em termos de burocracia, enfim.

O terceiro ponto... eventualmente com revisão dos marcos mesmo e com revisão daquilo que foi colocado. Mas aqui como a gente está falando todo mundo aqui junto, eu acho que se a gente tiver que dar um passo para trás naquilo que já foi registrado no INCRA, a gente consegue pelo menos ter um impulso da nossa Audiência Pública e do nosso consenso pra dar vários passos à frente pra garantir o acesso independente das estradas sem promover isolamento na casa da dona Olinda, sem promover qualquer tipo de restrição à fonte, a árvore sagrada, enfim. E numa terceira etapa, naturalmente vai acontecer na última etapa, mas que acredito que agora vai ser impulsionado num futuro muito próximo; mas que tem seus tempos normais que é efetivar realmente a regularização. A gente precisa da regularização, mas a gente não precisa esperar a regularização para seguir essas etapas anteriores. Essa, eu acho que é uma proposta que a gente poderia pensar aqui.

Dr. Carlos: Boa tarde a todos e todas! Eu tinha dias pensando nessa audiência. Somente como diretor da faculdade de Direito, a faculdade que tem formado procuradores, promotores, juízes, mas ao mesmo tempo uma faculdade que se distancia muito da sociedade. Então, eu tenho uma outra atividade agora, sistema prisional; mas eu não podia me furtar, dar um relato de experiência que foi uma experiência... Comandante e comunidade, uma experiência do Rio dos Macacos. E eu quero dizer pro Conselho Nacional dos Direitos Humanos, eu tenho desde 2011, certa forma me aproximar desse tema, mas foi com meus alunos da Universidade Federal do (?) de 2011 que eu vi um cabo da Marinha apontar uma pistola na cabeça de Rosemeire. E eu como diretor da faculdade de Direito, tem 127 anos; a terceira faculdade mais antiga do Brasil, eu tenho que dar um compromisso de violações sistemáticas de direitos humanos, de arbítrio do Estado; E talvez no caso do Rio dos Macacos, seja um dos casos mais emblemáticos junto com Marambai e Alcântara de violação dos Direitos Humanos e atuação das Forças Armadas contra cidadãos brasileiros. Então, eu tenho um compromisso ético, histórico de assumir... Até porque eu fui intimado, senhores procuradores; dentro do (?) pelo próprio antigo comandante da Base Naval pra prestar declarações sobre a ocorrência de violação de direitos humanos contra o cidadão. Eu consequentemente não fui na Base Naval, mas fui na promotoria militar, na 6ª Promotoria Militar, prestei declarações. Então, acho extremamente importante. Eu não venho nessa audiência estimular a falta de consciência, mas eu venho conclamar o Estado brasileiro a assumir suas responsabilidades institucionais; a cumprir a convenção 169 da OIT; a respeitar a Constituição Brasileira; e a Declaração de Direitos Humanos. Acho que nós não temos mais tempo a perder, direitos precisam ser assegurados, a água precisa chegar, o direito de ir e vir precisa acontecer... isso não precisa esperar. Eu já fui superintendente do IBAMA, 4 anos; diretor geral do Órgão das

Águas. É inadmissível que o INCRA diga que não tem condições de fazer um GPS de alteração no marco de uma área de um território determinado. (aplausos)

As vezes (?) distante, mas a força tarefa e faz isso quando for necessário. É possível. Do ponto de vista funcional... quem está falando aqui não é o diretor da faculdade, mas alguém que foi superintendente de um órgão que sabe o que é campo, que sabe o que é utilizar força tarefa, fazer GPS e, fazer um marco que seja necessário a efetivação dos direitos fundamentais como aqui tem colocado. Então, acho do ponto de vista administrativo, perfeitamente, possível.

Quero dizer também como ex-gestor da àgua do Estado que não existe águas privadas. Se existe uma barragem num território, ela tem que atender usos múltiplos, a lei 94337 que é a lei das águas. Então, não existe seletividade do uso de água. (aplausos)

Não existe água privada, não existe água da Marinha. As águas são bens de caráter difuso, portanto, disponibilizados a atender os usos múltiplos, sob pena, da Marinha está violando o marco legal da Política Nacional de Recursos Hídricos que está fazendo 20 anos agora. Eu também sugeri que a limitação, restrição viola marco legal que está completando 20 anos e, é uma conquista à sociedade brasileira. E a água é um direito humano fundamental. E ainda mais estabelecido, inclusive, nas recentes decisões da ONU sobre acesso de garantia fundamentais de Direitos Humanos.

Eu vou pedir desculpa aos presentes; dizer só, portanto, que a UFBA está extremamente disponível. Acho que chegar esse momento... eu queria, eu acho também importante o esforço do Mistério Público Federal, dos demais partícipes aqui presente de resgatar um processo histórico. É de muita dor. Só quem sabe é quem vive, só quem sabe é que sente, mas existe uma simetria, existe um racismo institucional declarado de muito tempo; existe um processo histórico (aplausos)

Que precisa ser refeito e revisto. Portanto, acho de uma forma muito ponderada, tranquila... eu orei muito para os mais velhos me inspirasse nas minhas breves falas. Eu acho que é o momento de não retroceder e, acho que é o momento de registros e avanços em etapas que são reversíveis. Eu quero parabenizar e me colocar à disposição... eu poderia, gostaria muito de chamar minha colega que representa a Universidade Federal, professora Guiomar Germane, se possível, pra compor essa mesa, que representa também o que de melhor a gente tem na Universidade Federal da Bahia. Muito obrigado. (aplausos)

Dr. Luciano: Eu gostaria de fazer um registro histórico interessante. A gente também esquece o seguinte: os militares brasileiros, os militares brasileiros estão diretamente presentes nas razões pelas quais acabou-se com a escravidão no Brasil. Quando o Brasil fez Guerra ao Paraguai, não foram os brancos ricos que foram, foram recrutados para o exército, pra Marinha, jovens negros que voltaram como heróis muitos deles e, os militares quando chegavam de volta e, via os seus heróis sendo chicoteados pelos brancos que não tiveram coragem de ir; eles não aceitaram aquela escravidão contra os negros. Eles, portanto, estão na raiz das causas da abolição da escravidão. E, se entre os militares, muitos estão nesse rol, eu particularmente cito o Almirante Barroso que é uma das grandes figuras da Marinha Brasileira e, lutou na Guerra do Paraguai. Venceu a Guerra do Paraguai. Na verdade, há uma coisa muito importante pra ser dita... nós estamos celebrando, este ano, 30 anos de redemocratização, e as lideranças militares íntegras do nosso país não dão nenhum respaldo a qualquer movimento que seja contrário aos direitos; a tomar o poder pela força e restabelecer regime de exceção. Eles essencialmente cumprem a lei, e muitas das dificuldades de um comandante é exatamente ter que cumprir os seus deveres de Comandante e não parecer que ele está cedendo a obrigações que ele se sinta no dever de cumprir. Por conseguinte, nós precisamos respeitar muito a coragem do comandante da Base

Naval de vir aqui conversar com honestidade sobre as possibilidades que ele tem, e as possibilidades que ele não tem. Mas eu estive conversando ali com doutor Rogério ali, tive ouvindo doutor Walter, ouvi a doutora Fabiana... e eu entendo que nós tenhamos algumas possibilidades. O doutor Carlos quando fez referência, questão da titulação, gestão das políticas públicas, acesso independente, acesso a água por exemplo, ele mencionou coisas que são muito importantes pra toda a comunidade. Eu visitei algumas casas lá, não fui a todas como Rose queria porque as minhas pernas são muito menores dos que as de vocês. As suas pernas e os seus sonhos são muito maiores do que os meus. A sua coragem e a sua braveza, a sua bravura são muito maiores que a minha coragem, mas eu então cedo o espaço da minha fraqueza pra me fortalecer com vocês nessa caminhada, e aprender com vocês. E o que eu quero dizer de objetivo é que o que eu vi lá... nós não precisamos modificar o que está estabelecido nos marcos normativos e nas plantas a lista acrescidas. Uma coisa é a definição dos marcos no papel e nos cartórios; a outra é na realização concreta daquele muro, aprender a respeitar a natureza, aprender a respeitar a vida, aprender a respeitar a história. Na colocação da defesa da unidade da Vila Militar, não precisa colocar o muro do lado oposto, pode colocar no próprio lado. Continua sendo da Marinha, continua garantindo para a Marinha, continua o manancial inteiro; podendo ser isolado quando se fizer necessário, mas não haverá isolamento. Nem o fato de não ter esse muro do outro lado fará com que a Comunidade diga que o lugar pertence à Comunidade. Ela passa a ter acesso, mas como haverá um marco normativo, e um documento dizendo onde é que termina a terra da Comunidade, esse marco continuará acontecendo. Isso por quê? Porque um bem que pertence à União não pode ser tornado de propriedade de um particular nem de uma comunidade. A Marinha não perderá nenhum centímetro do que nesse acerto for marcado como sendo dela, mas não precisará gastar sua energia, seu pessoal, seu enfrentamento, se pode realizar a proteção da Vila... porque o muro do modo como está sendo pensado, não está sendo necessário porque queira preservar o manancial. Ele pode ser preservado de um lado ou de outro, e de uma certa forma, se há uma consideração da possibilidade desse uso ser compartilhado, a Comunidade ajudará a revitalizar o rio.

Todas essas... doutor Sávio está aqui, doutora Maria Tereza... alguns já estiveram lá em Brasília, e na conversa em Brasília, todos concordaram com o seguinte: nós não temos mais nenhuma restrição... nós não temos nenhuma resistência a que a CEPROM faça o que tem de fazer de política pública. Isso já foi, já foi um consenso construído em Brasília, e que pode ser afirmado aqui novamente, ou seja, para fazer as casas, não parece haver resistência de ninguém; para fazer o acesso independente, não parece haver resistência de ninguém; para garantir aos demais políticas públicas, não parece haver resistência de ninguém. Então, quais são os pequenos pontos que podemos ajustar? Estamos muito perto disso, temos pessoas de boa índole de bons propósitos, de firmeza, pessoas de caráter. Na hora de passar concretamente o muro... se o marco pode estar, mas o muro pode se deslocar um pouco pra um lado, se deslocar um pouco pro outro. Foi isso que eu conversei com o doutor Rogério. Isso não terá dificuldade nenhuma. Aliás, não há, se quer, obrigatória de ter o muro! Mas se ainda tiver que ter, e se é um muro pra proteger vidas, que não tem outras tantas querendo ser estabelecidas. Então, o que é importante é que os passos da Comunidade vem de longe e, chegaram bem perto. Queiramos continuar juntos e, eu tenho certeza que saberemos continuar juntos. Não é fácil caminhar junto, tem alguns que querem ir muito rápido; tem alguns que querem muito devagar; tem outros que param no caminho. Não é fácil! Na vida não é fácil! Mas o importante é que nós consigamos ter a capacidade de caminhar juntos e, tenho certeza que essa abertura que o Comandante nos traz, da possibilidade de um certo uso compartilhado. E agora nós começamos a construtivamente pensar em como isso pode ser feito, ou seja, a Comunidade passaria a reconhecer que tem acesso à água; que está toda

instalada em área que pertence à Base; que havendo necessidade crítica, ela pode fazer suspender isso, mas dentro dos marcos normativos, como lembrou o professor Júlio, dentro dos marcos normativos, por conta das elevadas funções que a Marinha pode exercer. Mas na normalidade democrática, a segurança das pessoas se faz com alimento com acesso à saúde, com acesso à educação, com acesso à moradia. As armas muitas vezes utilizadas contra essa comunidade são de outros grupos e, portanto, o que é essa comunidade precisa é ser vista como pessoas com direitos. Nesse sentido, eu sou muito esperançoso, eu sou muito esperançoso, e acho que precisamos aprender a celebrar os avanços que conseguimos.

A doutora Fabiana, o doutor Carlos aqui falou também, o doutor Walter... Já se andou muito, já se está bem perto, e, portanto, falta continuarmos com a vontade de caminhar. A gente precisa aprender a entender uma coisa interessante... quem vive da roça sabe disso. Há um tempo de plantar, há um tempo de colher. Quem vive da roça sabe disso. Tem que aprender a fazer a limpa pra poder deixar a planta crescer. Muitas vezes, a semente é boa, mas a colheita não é. Então, é preciso entender que o sonho plantado ontem por muitos, começa a ser colhido... mas não é colhido todo de vez. A luta não para! A luta não fica por aí, mas é preciso entender que já se conseguiu muita coisa, e temos que conseguir materializar. Plantar casas também, plantar educação com escolas, plantar estrada com acesso. Além das roças que se planta. Nesse sentido, nós já podemos sair daqui perguntando o que é que falta para que essas políticas sociais venham. Ou seja, a água, a gente já está garantindo que vai ter acesso a ela por várias maneiras. E a abertura que o Comandante nos dá, já permite que nós estejamos cheios da esperança como nossos pais, com as nossas caixas d'água cheia de esperança. Ainda não cheias d'água, mas cheias de esperança, e pra depois ter essa caixa d'água, cheia d'água por conta da esperança que se materializou, não será distante. Mas precisamos construir também as casas, precisamos construir as escolas, precisamos completar as vias de acesso. E nada disso está sendo impedido pelo Comando. Nada disso está sendo impedido pelo Comando. Como consequência, precisamos ter um olhar mais abrangente, e não ficar só parado pensando no que está impedindo; e precisamos também pensar no que está nos fazendo caminhar. Eu pergunto se o Comandante gostaria de se pronunciar agora? Pois não!

Comandante da Marinha: Eu queria complementar sol com pequenas informações. Primeiro, eu vou tentar apresentar a necessidade de a gente ter o muro. Porque a partir do momento que a gente tiver uma estrada e livre acesso de qualquer pessoa, passa a ser por qualquer pessoa, e não só da Comunidade. Então um terceiro pode entrar e ter acesso a barragem e fazer algum tipo de delito à barragem que vai... digamos assim, que vai problematizar pra ambas as partes. Já que o acesso é livre e a frequência vai poder ser pra qualquer um, por não haver qualquer tipo de filtro.

A outra característica que queria colocar aqui é que eu entendo que nós estamos aqui para acordos, pra negociações, pra pequenos ajustes. Estarmos sendo solicitado isso no entorno da demarcação do INCRA. Estão me pedindo flexibilização dos marcos pra poder respeitar uma gameleira branca, pra respeitar um rio. E quando se fala na solicitação da Marinha de que se apresente algum documento, o senhor está indo ao rigor da lei. Então, eu acho que a gente está aqui pra acordo, pra negociações. Se a gente for ao rigor da lei, o rigor da lei é o marco do INCRA, e não tem qualquer tipo de negociação a respeito. Então, essa é a flexibilização que tem que haver de ambas as partes e, não só por parte da Marinha. Eu acho que a gente está aqui com o objetivo de conseguir chegar a um objetivo comum. A um denominador comum que seja pra todo mundo e, não que seja somente a flexibilização por parte da Marinha. A Marinha cedendo, a Marinha cedendo, e a comunidade não cedendo em aspecto nenhum.

Dr. Luciano: Carlos, por favor, você tem a palavra.

Dr. Carlos: Bom! Então, vou tentar ser breve aqui. Eu acho que não é uma discussão que tem por objetividade, nem eu gostaria de entrar nela aqui, mas é para se partir de um ponto de estrita legalidade, toda a demarcação desse território, ela está em desacordo com toda a legislação e toda a política constitucional quilombola. (aplausos)

A Constituição reconhece o direito dos quilombolas ao seu território tradicional e, obriga ao Estado brasileiro a fazer a titulação definitiva. O que acontece nesse caso já é uma aberração em termos jurídicos, se a gente coloca aqui... Eu vou colocar aqui muito brevemente. O INCRA, cumprindo o seu papel institucional, identificou 301 hectares pra essa comunidade. A proposta, embora a portaria reconheça a 301 é que sejam titulados só 104, de uma forma dividida; uma titulação em ilhas, uma titulação descontínua, que o próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu que não é legal, não é constitucional, no Julgamento da Raposa Serra do Sol. Então eu acho que a gente pode avançar no sentido que a comunidade já falou aqui. Ela quer ver titulada as 104. Professor Júlio acabou de colocar aqui muito bem colocado: todo o marco normativo a respeito de acesso à água no país. E eu digo mais, a legislação que fala também de soberania alimentar, a política nacional que fala de soberania alimentar, de direito à alimentação, coloca também a água enquanto direito fundamental; a pesca e tudo isso, então, vamos ver se a gente avança. Agora querer exigir a carteira, a carteira de pesca ela é uma exigência do Governo Federal, do reconhecimento da profissão.

Dr. Luciano: Doutor Carlos... deixa eu só... eu vou lhe pedir perdão...

Dr. Carlos: Pois não, doutor.

Dr. Luciano: Eu vou lhe dizer o seguinte. Acho que o senhor colocou com extrema competência, extrema habilidade, os cinco pontos principais: a titulação, o acesso ao rio, revisão dos marcos no sentido que já foi aqui esclarecido como na hora de passar o muro, por exemplo, identificar essas situações materiais, sem precisar alterar a planta para deixar o olho d'agua, como eu testemunhei lá. Deixar uma árvore importante pra comunidade, por exemplo, que é a sua visão também... as vias de acesso independente, e acesso as Políticas Públicas. Então, nós estamos tentando aqui exatamente fechar esses pontos. As falas que podem ser convergentes deviam avançar nesse sentido. Então, por exemplo, aqui nós já dissemos com todas as letras quais são as dificuldades, e o INCRA já fez a referência que se tivermos que mudar o mapa, atrasa o processo. Ou seja, é possível avançar! O mapa como está sendo que, isso permitirá realmente um avanço histórico redundante, fantástico! Então, isso já pode ser extraído como um avanço da comunidade. Realizar a titulação desta área já aceita por todo mundo. As vias de acesso independente... e vimos lá, não há resistência mais de nenhum órgão público, não há resistência! Então, podemos avançar nesse ponto. Isso pode ser um encontro tido como pacifico aqui pra que os órgãos que são competentes para a sua materialização sigam adiante: acesso as politicas públicas.

Outro ponto chave na sua fala, um ponto extraordinário também lembrado por Dona Fabiana... Podemos avançar, vamos avançar! Queremos as casas, queremos as escolas, queremos a garantia de que a comunidade possa ter também água tratada, possa ter a parte elétrica, tudo isso... as casas restauradas. Então, tudo isso já pode ser considerado consenso. Quais ficariam, portanto, os dois pequenos pontos? Um seria este, da identificação, pelo INCRA, do marco se instalar. O doutor Rogério mencionou pelo Shake, quer dizer, pelas plantas que têm uma identificação geodésica, um ponto exato. Verificar esse que está aqui, é aqui mesmo? Ou foi mudado e não era para ser aqui! Então, isso eles podem fazer porque tem já este material lá. E, portanto, qual ficaria sendo... e isso não devo atrapalhar os outros avanços, o acesso a água no sentido de assegurar que a comunidade possa ter esse acesso a essa água. Então, a abertura que o Comandante fez aqui é uma extraordinária abertura, é uma extraordinária abertura! Porque

é uma possibilidade da conversa acontecer, de se materializar. Se tem essa disponibilidade, essa... e se o Comandante já ouviu aqui as razões... O Comandante veio acompanhado do seu Assessor Jurídico, o Doutor Sávio que também é da Defesa, cuida da parte jurídica. Então, o Comandante pode ter manifestado um pensamento, e consultando os seus advogados, ser orientado por eles a fazer de outra forma, que realize o mesmo propósito que é segurança para a comunidade e segurança para a Vila Militar. Então, isso é possível avançar nesse ponto. O meu argumento todo é que tanta gente veio de tão longe pra se fazer perto de vocês e, vocês não podem, não podem, jogar fora essa oportunidade da construção deste caminho, de entendimento. O que eu estou querendo com objetividade nesse momento é o seguinte: Não fiquemos vinculados num ponto apenas para impedir o processo. Vamos fazer o processo andar! Como é o processo andar? Vamos dar segmento à titulação dos 104. Vamos dar segmento as políticas públicas para realização das casas, vamos dar segmento a construir as vias de acesso. Enquanto isso, que já temos o sinal verde, o sinal verde do Comandante para identificar modos concretos de garantir esse acesso a água, nós continuamos a conversa no que for necessário. Doutor Carlos, o senhor tem a palavra.

Doutor Carlos: Concordo e vou concluindo, acho que a minha fala aqui é justamente neste sentido, a gente puxar aqui para a objetividade dos pontos, porque a partir do momento que se começa a questionar a legalidade de certos procedimentos, a gente sabe que o que a gente tem aqui no entorno da decisão que foi tomada não foi uma decisão que a comunidade participou. Agora, a comunidade já se colocou aqui, quer ver titulado os 104 hectares. Agora vamos manter o nosso diálogo nesse sentido. Pra mim é prioritário, fundamental essa titulação e, inclusive, não vemos mais nenhum office, seja legal ou material para que isso seja feito. Tivemos uma reunião agora pouco tempo com a SPU. A SPU cumpriu o seu compromisso, publicou a portaria; a portaria está publicada. Os imóveis já estão sob domínio da SPU. Basta agora que o INCRA proceda o trâmite da titulação.

Dr. Luciano: Eu tenho uma dificuldade pratica que é o seguinte? O tempo não para! Nem vocês param, nem devem parar. O tempo não para! São quatro e dez e quando for cinco horas, eu vou ter que sair, porque eu vou pegar um avião. E ele não espera por mim não! E eu tenho coisa a fazer lá, só vou chegar em Brasília perto de meia-noite. E eu tenho coisas a fazer amanha cedo lá. Então o que eu quero mencionar é o seguinte: tem algumas pessoas inscritas da comunidade aqui: Gisele, Jussara, Edivaldo, Hilton, Cecilia, Marcos Lúcio e Marcos Antônio. Esses eu queria que já se aproximassem, ai, e fizessem perguntas. Aliás essas são as inscrições? Sim! As perguntas objetivas destas pessoas. Um minutinho. Perguntas objetivas pra que a gente pudesse pronunciar. Então, esses nomes que eu mencionei aqui assim. Cadê Gisele? Está aí?

Participante 1: Doutor, rapidinho! Dona Olinda que dar uma palavra rapidinho!

Dr. Luciano: Pois não, Dona Olinda. A senhora tem a palavra!

Dona Olinda: Boa tarde a todos e a todas! Obrigada, doutor Luciano. Agradeço muito ao doutor Leandro por nos convidar pra essa conferencia, oh... pra essa Audiência Pública. E dizer que eu me chamo Olinda, sou do Quilombo Rio dos Macacos, com muito prazer, certo? Nasci e me criei lá e, quero dizer... com todo respeito ao Comandante, que é novo na Marinha, certo? Na Base Naval de Aratu, que a gente já perdeu muito pra Marinha, sabe? A gente perdeu cerca de Duzentos... Cento e Noventa e poucos de terra, de hectares de terra pra Marinha. Então, o pouco que ficou pra gente, que é muito pouco, 1/3, certo? Esses 104 hectares de terra que ficou pra gente é muito importante. E dizer também que fiquei feliz, muito feliz com a fala de doutor Walter, com a fala de doutor Luciano em relação à comunidade, a doutora aqui também e, dizer: Gente! Comunidade não se vende, não se troca, a água é vida! As águas tem que ser respeitada, as pessoas tem que ser respeitada também. E pessoa nenhuma precisa de credencial pra fazer suas

referências às águas. Porque a fonte de Luzia é uma fonte tradicional que as pessoas que é de terreiro fazia suas oferendas. Digo porque eu tenho 59 anos nas costas e vi, certo? Posso dizer que aqui não é lugar de mentira, é lugar de verdade, certo? As pessoas que faziam santo, iam pra fonte pra tomar seu banho, depois que saía da camarinha. Esse candomblé de Gerson e Jaime foi derrubado pelos naval da Marinha, certo? Eu tinha precisamente 9 anos, então, a gente tem que respeitar a barragem. Sempre foi nosso rio pra pescar. Minha mãe me criou foi na beira do rio, no Barroso, pescando piaba. Sabe o que é que a gente levava pra beira do rio? Pimenta do quintal, anzol... porque minha mãe era uma pescadeira de piaba arretada, mesmo! O nome dela é Maria Valente, tem 90 anos! E, quero dizer o quê? Que depois que esta barragem foi feita, graças a Deus que foi feita para assim pra servir a Marinha, obrigado Brasil. Pra servir também de tristeza pra muitos moradores que apanharam na beira dessa barragem, foram pisados na cabeça. Porque aqui tem uma companheira de idade que esta ali sentada, que os filhos dela foram pescar... não foi do tempo do senhor, não tome como ofensa, certo? Não foi do seu tempo.

E pisaram na cabeça dos meninos dela pra tomar pescado. E quantas vezes a gente tomou carreira dos prepostos da Marinha pra tomar um caju que a gente pegava? Pra tomar o peixe que a gente pescava? E, hoje, a gente vê essa polêmica por causa de água. A água é um bem de todos, minha gente. Água é vida, água é um bem de todos, de todos os quilombolas. Todo canto do mundo ninguém nunca viu lei nenhuma que proibisse pessoa ir pescar e, também não tem lei nenhuma que diga que as pessoas tem que ter uma credencial no peito para dizer que é pescador, pra dizer que vai na beira do rio fazer uma oferenda para iemanjá ou para qualquer orixá, certo? E quero agradecer a todos e, dizer que demorei demais de falar porque eu não gosto de muita fala, viu? Porque às vezes a gente se perde nas falas. A gente fala muita coisa que o ouvido da gente começa a trabalhar o cérebro e, a gente quer falar muita coisa e termina ofendendo as pessoas. Eu não estou aqui para ofender pessoas nenhuma, eu sou de paz, certo? Mas também sou de guerra se precisar.

Dr. Luciano: Queria convidar o representante da CEPROM, o ministro Luís Paulo pra gente falar da questão das reformas e construção das casas.

Luis Paulo: Gente, primeiro, boa tarde a todas e boa tarde a todos. Eu sou Luís Paulo Bastos, sou da coordenação de políticas pra povos e comunidades tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia. Primeiro agradecer o direito a fala. Acho que isso é importante, tem várias autoridades aqui do Governo Federal, mas importante também registrar a presença do Governo do Estado aqui e outros órgãos também do Governo do Estado que estão aqui presentes: estou vendo aqui o Ministério Publico Estadual, Doutora Lívia e, tem outros atores e atrizes aqui também presentes.

Gente, eu acho que tem um ponto básico e, que foi um compromisso que foi assumido pela secretária Flávia Reis, desde o ano de 2015. A gente fez uma reserva orçamentaria no valor de 8 milhões de reais pra efetivar politicas públicas no antro da Comunidade quilombola Rio dos Macacos. Desses 8 Milhões de Reais, 3 mil e quinhentos reais seriam destinados a construção das unidades habitacionais. Teria 500 mil reais destinados a questão do acesso a água e, 4 milhões de reais para as políticas de inclusão produtiva, né? Daí doutor Luciano, até manifestar o prazer de conhecê-lo... não tinha conhecido o senhor ainda. Mas em algumas das diversas reuniões que a gente participou junto com a comunidade, junto com outros órgãos e o próprio Ministério Público, a gente apresentou a impossibilidade que nos foi colocada, aí no caso, a Secretaria Geral da Presidência nos oficiou colocando qual seria o posicionamento do Ministério da Defesa neste sentido, da impossibilidade de nós adentrarmos pela Vila Naval com o material para fazer a construção das casas, das outras questões de políticas públicas que nós teríamos nos comprometido com a comunidade. Provocamos novamente inclusive a secretaria-geral da presidência pra solicitação e autorização. Essa autorização ainda não nos foi dada. Conversava

até com a doutora Teresa que hoje pela manhã, falou: Luís, eu acho que a gente já pode avançar com isso, eu posso tentar autorizar? Mas eu acho que é importante atualizar essa informação, porque às vezes parece que é um descompromisso ou uma ausência de vontade. E não é nenhum descompromisso, nem uma ausência de vontade. Eu preciso falar também que isso cria para nós um impacto muito negativo. Porque a gente faz uma reserva orçamentária de 8 milhões no Governo, de orçamento do Governo, no ano de 2015. Não pudemos executar porque não veio a autorização. Conseguimos com muito esforço foi continuar manter essa reserva orçamentária para o ano de 2016. Não conseguimos executar porque não tivemos a autorização. Conseguimos com muito esforço continuar manter essa reserva orçamentária para o ano de 2017, não conseguimos executar porque não temos essa autorização. Estamos também com muito esforço manter essa reserva orçamentaria para 2018 e, a gente espera executar e, a gente espera que tenha essa autorização.

Dr. Luciano: Pois o senhor vai ter essa autorização!

Luis Paulo: Pronto! E assim eu espero e, eu acho que todos e todas esperam aqui também! (aplausos)

É importante colocar isso doutor porque não foi só eu que coloquei aqui, acho que a mesa toda colocou. Tem pessoas que estão correndo risco de vida, tem casas que estão para desabar, algumas pessoas até colocou: Ah! Seriam reforma? Não. Tem construção de unidades habitacionais, com projeto já aprovado pela comunidade, tudo que a gente pôde adiantar que não dependesse dessa autorização, a gente adiantou. Foi junto com a Comunidade, foram já referenciados pontos onde essas casas seriam construídas. O projeto da casa com fossa sumidouro foi aprovado pela Comunidade, também. Então, tem uma série de coisas que a gente tem feito essa construção conjunta. Agora, também, tem alguns empecilhos que tiveram, que nos impediram de concretizar até então essa proposta. Então assim, dizer que a secretária continua com esse compromisso, né? Foi a mensagem que ela passou, que o nosso compromisso continua de pé. Nós queremos executar esses 8 milhões na Comunidade e, também é importante entender da necessidade dessa autorização de imediato; porque a gente sabe do atual contexto que a gente vive no cenário político nacional. Isso precisa ser ressaltado também. A gente vive um cenário político nacional que é muito complexo e, fazer reservas orçamentais nesse cenário de crise tem sido cada vez mais difícil, né? Então, só para registrar aqui, qual é o compromisso do Governo do Estado está mantendo? E aí, por meio da mensagem da nossa secretária Flávia Reis... e dizer que infelizmente não é a ausência de vontade nossa, mas aí de uma formalização que nos impediu até então acessar por outro... pela Vila, esses acessos só seria permitido se fosse pelas vias alternativas que até então, infelizmente, não foram concluídas por razões outras porque tiveram algumas tensões relacionadas a esse processo.

Então a mensagem que eu queria passar e queria deixar aqui pra todas e todos vocês é essa, e qualquer outra informação que a gente tiver, que tiver ao nosso alcance, estamos aqui à disposição. E aí, estamos também tentando, na medida do possível, cumprir a nossa missão que é de assegurar o direito das comunidades quilombolas e dos povos das comunidades tradicionais.

Dr. Luciano: Doutor Luis Paulo, objetivamente, que documento o senhor precisa e pra fazer o quê?

Luís Paulo: Doutor, nós oficiando da Secretaria Geral da Presidência provocando, nesse sentido, se manteria o posicionamento do impedimento ao acesso ou se a gente teria autorização pra fazer essa entrada. Porque o que acontece? Sem a autorização, a gente não pôde nem fazer a licitação da empresa que iria executar as obras do serviço no território, por que eu preciso gerar expectativa de prazo pra execução do serviço pra pode licitar. Eu não posso licitar sem dizer qual é o prazo. Daqui eu estou vendo aqui a Professora Guiomar, ela está... o grupo Geografar da

UFBA está fazendo um serviço de georreferenciamento das Comunidades de fundo festipast (??) da SEPROMI, mas pra gente ter esse contrato, a gente tem que fixar um prazo. Eu não posso fazer um contrato e dizer: Oh! Quando der, você executa! Não posso gerar essa expectativa direito na Comunidade sem dizer efetivamente quando é que eu vou executar. Então, feita essa autorização pra nós, a gente abre o processo licitatório pra contratar a empresa e poder executar o serviço na Comunidade.

Dr. Luciano: Então, objetivamente, eu vou lhe solicitar o seguinte: O senhor por gentileza, encaminhe ao doutor Leandro os ofícios que o senhor já fez essa licitação e, objetivamente, dizendo o que o senhor precisa pra que essas políticas públicas possam chegar lá. Então, é uma maneira que nós consigamos, no dialogo direto, cada umas das organizações destravar o que que seja pra destravar. Seja (?) com o Comandante, seja com a doutora Maria Tereza... mas enfim, para que nós destravemos objetivamente o que estiver faltando. O senhor, por favor, nos encaminhe ao doutor Leandro e a nós para que nós possamos ajuda-los a ajudar a Comunidade.

Maria Tereza: Boa tarde a todos e todas, eu sou Maria Tereza, da Secretaria de Governo. E a Secretaria de Governo acompanha a comunidade Rio dos Macacos a bastante tempo. A atribuição que nós temos em relação ao acompanhamento da Comunidade é de fazer essa articulação das políticas públicas para o território. Então, nós não somos um órgão que entrega política pública. Quem entrega? É o INCRA, é a Fundação Palmares, é a SEPIR, enfim. Mas a gente faz essa articulação entre os órgãos do Governo. E ao longo desse processo, Fábio lembrou bem do orçamento da SEPROMI, mas também tinha sempre a afirmação de que precisava da titulação. Como era uma área que estava em litígio, então, também sempre isso, a Comunidade assim, enfim... algumas oportunidades, a gente teve essa conversa, né? Lembro, inclusive, não sei se vai estar aqui o Marcos da CPP, que era numa conversa ainda no começo do ano passado, e que falava também da questão de que a gente precisava... que essas informações de titulação não necessariamente era um impeditivo para acontecer essas políticas públicas. Então... aí, o Luis fala desse pedido de autorizo legal, e o que a gente teve agora em dezembro com a portaria de destinação para interesse social, isso já é um documento que não volta. Então o Órgão Federal não vai retroagir e dizer que esses 104 hectares não pertencem a comunidade. Então ele esta cravado já, é uma portaria de destinação para fim de regularização latifundiária e a partir disso o INCRA tem feito o acompanhamento diário junto com o INCRA, sede em Brasilia, junto com o INCRA Bahia para que todo esse processo de titulação se finalize. Então, essa informação também em relação ao autorizo legal, a gente não tem ainda a finalização da titulação, mas ele agora é um ato administrativo que está em curso. Mas que a portaria da SPU, de 27 de dezembro, ele já é um marco também legal, de que todas essas outras políticas públicas vão acontecer. Eu gostaria de deixar muito claro que as políticas públicas, elas já estão acontecendo na Comunidade, a distribuição de cestas, via Conab, já acontece. Essa semana (acho que amanhã ou sexta) já chega a primeira etapa de 2018. Então que é via Fundação Cultural Palmares que também está aqui presente. A questão da luz que foi instalada em fevereiro do ano passado também é uma articulação que o Governo Federal fez junto ao Ministério de Minas de Energia, junto a COELBA para instalação da energia elétrica; a assistência técnica, a extensão rural já vem acontecendo. Foi um edital do antigo MDS que ainda quando estava Desenvolvimento Social junto com o Agrário. Então, teve um edital, eram pra 70 famílias.

Hoje, 48 famílias estão no processo da Assistência Técnica com o fomento. Então, desses 48, mais de 25 famílias já receberam primeira parcela do fomento, vão receber a segunda. Então, as políticas públicas que ainda aguardavam esse autorizo legal, agora, já podem entrar em curso, Mas, outras já vinham acontecendo. Então, já tinha as ações. Aí, também junto com a prefeitura de Simões Filho para a organização do NIS, pra emissão das datas que é, também, foi junto pela assistência... pela APE. E aí, o acompanhamento também do INCRA por conta das demissões,

enfim, de tudo que vem também acontecendo. Bom! Era esse esclarecimento que eu queria fazer em relação ao autorizo legal; explicar o porque que também não tinha antes e, o que tem já, o que já vem acontecendo de política pública no território.

Dr. Luciano: Vamos colocar aqui de forma objetiva a lista, na forma aqui inscrita, a senhora Gisele Santana Cardoso Reis Santos... Gisele está aí? Santana? Jussara Pereira da Silva... Edvaldo Egídio de Souza, Hilton Barros Coelho...

Hilton: Boa tarde a todos e a todas! As pessoas que estão compondo a mesa, sobretudo, as pessoas que estão aqui no plenário...Uma vez eu fui numa Audiência Pública com Rose, e ela falou uma coisa que é o seguinte, que era mais ou menos o seguinte: eu vou continuar lutando, mesmo que me mate. Meu corpo pode morrer, mas minha alma vai voltar e, eu nunca vou parar de lutar. Isso é uma coisa muito forte, uma fala muito forte, é... na Audiência Pública. E eu acho que é um pouco esse clima que está na comunidade. Essa aqui é mais uma demonstração que a Comunidade não vai ceder de forma nenhuma, apesar de toda a trajetória. Acho que diversos tipos de tortura que essa comunidade já passou por parte da Marinha, ela não vai ceder. Então, eu quero começar dando um grande parabéns a esse auditório cheio aqui, de comunidade, do quilombo do Rio dos Macacos. Acho que é mais uma demonstração de força. E quero falar isso aqui pela Comissão de Reparação da Câmara de Vereadores de Salvador. Eu sou vereador da cidade de Salvador. E em nome da Comissão, eu quero fazer essa saudação, e dizer que desde que eu entrei na Câmara de Vereadores; esse é o segundo mandato que eu faço parte. A primeira ação que nós tivemos na Câmara de Vereadores, desde que eu entrei; sou da comissão de reparação, e a primeira ação da Comissão na legislatura que eu comecei a fazer parte foi em relação ao Quilombo Rio dos Macacos. Ou seja, pense aí... nós vamos formar só de trajetória legislativa nossa, vamos completar 6 anos agora. E o drama vem se estendendo durante toda essa trajetória. Desde aquele primeiro momento ali, a Câmara de Vereador, em parte, se compromete, se emociona em relação a essa situação, porque é uma situação realmente, é uma situação dramática. E, a gente chega aqui na Audiência Pública com toda uma expectativa que de fato passos adiante.

Eu acabei chegando um pouco atrasado, porque a sessão está tendo, está tendo sessão agora; uma sessão inclusive de votação, mas eu fiquei muito assustado. Quando nós vamos fazer um debate aqui, o clima da comunidade é de que questões como o acesso independente não está garantido. Então, eu acho que nós precisamos fazer um debate aqui pra se diferenciar no conjunto de audiências públicas que inclusive aconteceram aqui no Ministério Público, em que se teve minimamente uma posição afirmativa, mas uma posição em abstrato que, na prática, não se reveste de efetividade. Outro componente aqui que me assustou foi o componente do acesso à água. Então, veja, a gente não pode entender como uma atitude séria realmente que leva uma efetividade, essa perspectiva de burocratizar o acesso a água. A Comunidade não quer um acesso à água permitido pela Marinha. Que a Marinha diga que tem esse, essa e essa credencial. Esse e esse documento que vai ser necessário para ter acesso à água. A Comunidade que acesso à água pra fazer o que ela acha importante fazer com a água. Na verdade é uma decisão, um direito da Comunidade. Então, eu acho que um dos pontos, por exemplo, que nós não podemos contar, além dos outros três foram colocados aqui: do desbloqueio do acesso, da questão da política pública. Já se falou aqui a questão da titulação é fundamental, mas não seria um bloqueio efetivo pra isso. Tem que ter uma situação, mas tem que fazer a política pública. Me desculpe a representante do Governo que chamou cesta básica de política pública. Cesta básica não é política pública, o que a Comunidade quer é algo muito mais significativo.

Além desses pontos, acho que em relação ao ponto da água me parece incontornável de que não exista qualquer barreira burocrática por parte da Marinha pra baixar a autoestima da Comunidade pra inviabilizar, na prática, esse acesso. Então, eu queria deixar aqui, concluindo, né? Esse, a

solidariedade da Comissão de Reparação da Câmara de Vereadores e a nossa expectativa de que essa não seja mais uma Audiência Pública. Que a gente saia daqui com a segurança de que a Comunidade, de fato, vai construir uma história de respeito, de ser respeitada a partir de agora pela Marinha.

Dr. Leandro: Eu gostaria de registrar a presença de Jarbas Magalhães, procurador do município de Simões Filho...

Áudio II

Dr. Leandro: Eu queria passar a palavra para a Embasa, senhor André Luis de Oliveira Regis...

André Luís (Embasa): Boa tarde! Eu vou... a Embasa está, em relação ao abastecimento de água tratada na comunidade quilombola Rios dos Macacos, já foi analisado a viabilidade técnica pra que o sistema que transcorre ali na região atenda a comunidade. E, está em fase de projeto por parte da CERBE, o sistema de abastecimento que vai atender a comunidade dessa região. A Embasa já deu a viabilidade, e a gente está aguardando a entrega desse projeto pela CERBE para a execução da obra, para que a Embasa receba o sistema e, comece a operar e dê a devida manutenção.

André Luis: Mais algum questionamento, alguma dúvida, relação a Embasa...

Dr. Leandro: Eu vou prosseguir aqui na lista: Cecília de Souza Silva está aí? Marcos Mesquita Macedo...

Sr. Marcos: Vou ceder a palavra pra ela, por favor.

Dandara: Obrigado, companheiro Marcos Musse. Pra quem não me conhece, eu sou Dandara Pinho, sou Muzenza de Uganda Unda e venho representando a Ordem dos Advogados do Brasil. Pra quem não me conhece, eu sou Dandara Pinho, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem. E, estamos aqui presente fisicamente com essa representatividade que os toca, com esse fenótipo para dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil está ombreada com o quilombo do Rio dos Macacos, e que apoia todos os quilombos, bem como, apoiou a constitucionalidade do Decreto 4666. Então, eu deixo aqui o meu abraço, o meu apoio a todas e a todos os quilombolas. E que contem conosco, com Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil. Meu nome é Dandara Pinho, e estamos à disposição de todas e de todos. Obrigada!

Dr. Leandro: Seu Marcos Antônio Guimarães, seu José Ubirajara, seu José Fernando Nascimento, Marli Mateus dos Santos, Paula Regina...

Paula Regina: Boa tarde, meu nome é Paula Regina. Eu sou mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Novamente uma audiência aqui, estamos em Rio dos Macacos. Eu queria, então, fazer alguns, recapitular algumas coisas assim, né? A primeira coisa porque me incomoda muito quando eu vejo uma fala de que a Comunidade, ela, que a Marinha tem cedido muito à Comunidade. Que tem perdido muito, né? E não é pra polemizar não, é porque a verdade precisa ser dita. São 900, mais de 900 hectares que a Comunidade tinha direito, inclusive, com a saída pra Bahia de Aratu. A Comunidade perde a saída pra Bahia de Aratu. A Comunidade com 104, ganha dois territórios que não tem conexão, são descontínuos, são territórios fragmentados.

O terceiro ponto é que dentro dos 104 hectares, o único rio perene dentro da Comunidade, perene é um rio que não seca, é o Rio dos Macacos, que foi transformado em barragem. É o único! Como

é que uma comunidade pesqueira, quilombola, que vive da agricultura, vai ficar sem o rio? Ou melhor, vai ter as margens do seu rio que é protegido por legislação própria, né? Todo mundo lembra o que é que é APP - Área de Proteção Permanente, certo? Você tem um rio, você vai construir uma barragem, um muro em cima das margens do Rio. Esse rio, vai acontecer o que com esse rio? Pronto! Vai morrer, ou ele vai virar o quê? Um fosso, alguma coisa. Então, a Comunidade vai perder sua tradicionalidade... Vamos lá! Rios dos Macocos, ela está inserida dentro de Simões Filho. Simões Filho é uma região metropolitana. Se a Comunidade perde a água, qual é a primeira consequência dessa comunidade? Se favelizar! Vai deixar de ser uma comunidade rural, vai deixar de ter sua tradicionalidade, ela vai se favelizar! Ficar sem o Rio pra essa Comunidade significa a morte da tradicionalidade. É ineficaz, não vai adiantar titulação. Ficar sem a barragem, ficar sem acesso a água, vai ferir a característica quilombola e principalmente pesqueira dessa comunidade. Como é que a gente vai botar um muro, vai botar um portão. E a gente vai pedir pra que a Comunidade se cadastre, onde? No RGP? Que não está sendo emitido? É sério? Não vai, pô. É o desconhecimento completo, me desculpa, não é pra agredir, não. É porque a gente precisa falar. É o desconhecimento completo da realidade da pesca do Brasil atualmente. Quais são os pescadores que conseguem ser cadastrados atualmente? Pescadores que estão aqui? Pronto! Que cadastro é esse, inexistente?

Participante 1: O Ministério não está funcionando, nem INCRA, nem SPU, nem Palmares... está tudo (palavrão). (palavrão) com as comunidades tradicional. A secretaria está favorecendo só o capitalista. É (palavrão) com o povo da gente. Quer matar a gente. (aplausos)

Dr. Luciano: Você pode concluir, por favor?

Paula Regina: Tá! Eu vou só concluir. Não estou querendo chamar só para os aspectos... Eu quero chamar a atenção para os aspectos produtivos e de sustentabilidade dessa comunidade. A comunidade não tem condições de continuar sendo uma comunidade tradicional quilombola sem a água. Sem a água, a Comunidade, ela vai deixar de existir, vai se favelizar. Eu acho que, eu tinha outras coisas pra falar, mas isso é o fundamental! E quando o pessoal fala, sem água, sem vida; isso não é só um grito de guerra não. Isso é fundamental! Isso tem fundamentação. Você pode encontrar isso em qualquer teoria produzida até hoje. Se você não tem água dentro de uma comunidade quilombola, pesqueira, você não vai ter tradicionalidade. Você vai acabar, esmagar com essa comunidade que sobreviveu à violência, mas ela vai perecer por causa de questões outras. É isso! (aplausos)

Sr. Marcos: Boa tarde a todos e todas! Em primeiro lugar, aqui, eu quero agradecer a presença e o desempenho do doutor Leandro, doutor Walter, doutor Luciano e as demais outras autoridades que aqui estão presentes. Também queria agradecer a presença de todo o povão que abraçou a luta da Comunidade. Ter essa solidariedade sobre a luta da Comunidade. Então, aqui meus agradecimentos a todos. O ponto, doutor Leandro, doutor Walter, doutor Luciano é... Tem aquele dizer que o gato, ele escaldado de água quente, ele tem medo de água fria. E, eu aqui quero trazer uma reflexão a todos nós aqui, que estamos presentes aqui. Dentre autoridades ou não, principalmente da Comunidade, que vem vivendo essa mazela, essa forma de racismo institucional; violências e muitas mortes dos nossos, nessa luta por moradia, por terra em quilombo. Por luta por direitos, a gente tem essas cicatrizes nas costas. E que desde 2012, eu não vou puxar assim... um resgate, mas anos passados. Mas do mês 12 de 2012, de quando começou a Secretaria Geral da Presidência a ter um diálogo com a Comunidade, perante as falas aqui do doutor Eduardo, pelos senhores mesmo. Que o Estado brasileiro passou a reconhecer a comunidade quilombola, abriu esse diálogo. Só aqui nessa casa, que eu me lembro, hoje, está completando três Audiência Pública. Discutindo esses mesmos pontos de política, direitos, titulação, acesso, o rio, as fontes naturais, energia... Tem uma parte pronta com outra luta do sofrimento da Comunidade. Tem uma parte já instalada na Comunidade, mas falta mais. Então, é

o seguinte: neste pleito que vem discutindo, nessas reuniões, muitas reuniões aqui, muitas reuniões em Brasília. O senhor já está pioneiro em nos receber lá, no Ministério Público, no seu gabinete, a Comunidade; os advogados da APR que nos acompanha. E, é algo, assim, de experiência que temos, de udiências públicas e reuniões que já tem acontecido. E essa Audiência Pública de hoje, que tudo que venha sair aqui, eu faço esse pedido por mim e pela comunidade, e para que venha ser tudo honrado e ficar bonito e bom para todos nós. Porque eu acho um grande desrespeito, doutor Leandro, doutor Luciano, doutor Walter, doutor Átila que faz parte dessa mesa também, faz parte desse processo. E aí, vem esse processo a longos tempos. Um grande desrespeito pela parte do Governo Federal, e a sua instituição chamada Marinha; de uma audiência que nem essa e várias reuniões como eu citei, de sair encaminhamentos e nada. Sempre descumprimento. Teve avanços, sim, em algumas coisas, mas em outras não. E, eu acho um grande desrespeito com a Comunidade, por parte do Governo, por parte da Marinha. Que esse desrespeito não é só com a Comunidade, mas, sim, aos senhores também que vem de Brasília aqui pra uma Audiência Pública que nem essa e, amarrar as coisas aqui pra um dia depois praticamente de uma coisa ou outra se formar um empecilho, enterrar tudo de novo. E passar anos, a gente lutando, lutando, lutando pra chegar aonde eu estou, e mais uma Audiência Pública, de mais uma reunião em Brasília; que seja aqui nessa própria casa. Isso fica muito feio, fica muito desonroso pra esta casa, para os senhores como Procuradores, pra Comunidade, pra todos e todas que aqui estão.

Então, isso precisa a gente ter muito cuidado. Tudo que venha realmente ser tratado aqui hoje, que seja documentando, documentado porque é experiência das outras. Então, isso me deixa muito assustado. Me deixa com um olho aberto e outro arregalado. Um ouvido aberto e o outro mais bem aberto. Entendeu? Então, é o seguinte, em questão do muro como o senhor fez aquela fala muito bem feita, as imponderações de doutor Walter e dos demais; doutor Carlos Eduardo, doutora Fabiana aqui... Então, este muro, me cheira assim, a continuar a mesma situação que vem acontecendo a longos anos: 54 anos desde quando a Marinha chegou como Órgão que se diz a União. A Marinha, ali, é só um estande de frente ali, mas quando de vez segurança nem por eles tem ali. Isso eu posso dizer com grande certeza, entendeu? Contra aquela barragem ali, é também uma birra contra a Comunidade. Essa fala aqui, não é uma fala pra ficar como um empecilho, como um empecilho porque a Comunidade mora ali, a Comunidade é que vê o que acontece ali. A Comunidade vê quem entra e quem sai ali. E quem é que controla tudo, que diz que controla tudo e, está lá aberto pra, não vou dizer Deus e o mundo, que Deus é Deus, merece respeito, consideração de todos nós. Mas, a Marinha sabe quem entra e quem sai ali. Quem é do bem, quem é do mal. Então, com uma área daquela que diz que é uma área de estratégia de segurança nacional. Pra muitas coisas, eu não quero citar aqui o quê, mas todos aqui é inteligente e vai entender. Mas eu não sinto o que, o que pode acontecer ali. O que está acontecendo no cotidiano de todos os dias ali, dentro daquela Comunidade. Passa por dentro da própria Vila, e eles não têm o controle; de dizer até que (?) vai até alguém da Comunidade, e eles vir cá da portaria e impedir pra algum da gente; perguntar se algum da gente libera a passagem dessas pessoas. A gente é maluco de dizer que não? Se o controle deles é da Comunidade, eles como instituição, como uma Vila Naval... Isso fica muito contradizente. Eu vou fechar minha fala...

Então, em questão do muro, fechando daquela parte de lá, a Comunidade, beirando a estrada, vindo com a Comunidade... Isso cheira, vai cheirar violência! E violência com morte! Porque quando se faz um muro que coloca o portão desse, eles não vão cumprir o que o Comandante está dizendo que vai. Não vai! Por relação como eu falei das demais outras reuniões, audiências públicas. Saiu tudo amarrado, em ata de reunião, de audiências, de reuniões e, não cumpre! Quanto a Marinha, não cumpre! Então, é o seguinte, o direito da água é um direito universal de todo ser humano, de tudo que tem vida. E, eu costumo dizer, doutor Luciano, que para um ser humano, com tudo que se tem em cima desse mundo são dois pontos fundamental e que não

existe vida. Sem a terra e sem a água, não existe vida. A terra é a base de sustentação de tudo que há em cima desse mundo. A água é um bem comum, um bem natural que Deus deixou para todos nós. E água não se tem barreira, água não se tem cerca. Água não se tem tela pra impedir conforme alguém, foi o doutor, é... o professor Júlio Rocha falou aqui, explanando a fala dele. O que é que os três poderes interamericano a OIT, a ONU, a OIA fala, né? E quando fala sobre água, conforme agora o fórum da água, que vão empoderar muito nisso, como é que vai ser? Como é que se vai discutir sobre o direito de água como a Marinha quer fechar aquele acesso de água pra comunidade? Ser controlada! Os senhores não, eu peço, faço um pedido: veja qual o diálogo que vai ter com relação esse uso compartilhado da água. Como é que vai ser essa coisa, um documento bem informado, transparente, entendeu? Com um amarramento bem situado para que isso não venha ser um retrocesso amanhã ou depois, entendeu? E, vai ficar feio pra todo mundo, principalmente, para o Estado brasileiro porque isso vai formar uma guerra, uma guerra muito sangrenta dentro daquela comunidade sobre esse rio, sobre esse direito do uso compartilhado. Porque se ela botar essa cerca ou um muro alí, um dia vai dizer: Você não entra mais. É aí que vai ter, e a comunidade não vai ceder também. É... você pode relembrar o ponto que se falou?

Dr. Luciano: Eu queria que você concluísse isso aí.

Sr. Marcos: É, eu quero concluir mas eu me esqueci do ponto que você falou. Ou o senhor não quer falar?

Dr. Luciano: Por favor, é porque temos alguns inscritos aqui, os inscritos... Quer lembrar o ponto específico, lembra qual é o ponto que lhe falei?

Sr. Marcos: É... com relação com os marcos, os marcos. Que esses marcos quando for, conforme o senhor falou, ser discutido, deles salvar as árvores, a casa de dona Maria, as fontes naturais, que não deixe solto também, venha ser algo documentado. Porque eles não cumpre, não cumpre a palavra! Entendeu? Fechei! Gostaria até de falar mais, mas...

Dr. Luciano: Obrigado! Eu peço desculpas de ter que fazer você abreviar a sua fala. Eu não queria deixar de lhe ouvir, mas eu... quero lhe ouvir também agora, eu vou ter que sair daqui a 10 minutos. Eu queria antes de lhe ouvir, tentar estabelecer alguns encaminhamentos na linha do que Carlos fez aí, referente aos encaminhamentos. E repito o que ele disse porque ele sintetizou muito bem. Eu queria que objetivamente as autoridades que estão aqui dissessem, pra não ter dúvida, de que não estão com nenhuma resistência à titulação dos termos da proposta que o INCRA fez dos 104 hectares; como está nos dois módulos, embora descontínua, ou seja, isso avançará no processo. Então, eu gostaria que todos se pronunciassem especificamente sobre isso. Também gostaria que mencionassem que não estão, não são contrários à implantação das vias de acesso independente, ou seja, já estamos definindo o território com os 104 hectares das duas partes distintas. Então, vai haver a necessidade da construção da via de acesso independente pra fazer com essa comunidade tenha acesso à via de transporte pública circundante. Então, que se manifestassem os pensamentos sobre isso. Também gostaria que dissessem que não apresentam resistência às políticas públicas dos órgãos do Estado. E, nesse caso específico, a CEPROMI ficou de nos encaminhar objetivamente os ofícios dizendo que autorização precisa, de quem, pra que a gente possa conseguir objetivamente, dessas instituições, essas autorizações pra dizer: Pode começar com o projeto, pode começar com o trâmite do material. E, certamente, a gente vai exigir um diálogo como o Comandante. E, estou absolutamente certo que o Comandante estará aberto ao diálogo e dizer de que maneira poderemos fazer isso avançar. Também objetivamente eu gostaria de ter o pronunciamento sobre... na parte que eu fiz menção a chamada “revisão dos marcos”, que está aqui mencionada pelo doutor Carlos, isso significando objetivamente o seguinte; e aí, um esforço de obter a chamada sensibilidade, entendimento, colaboração do Comandante, dentro da Marinha, na hora

da colocação prática do muro; pra fazendo a identificação precisa dessa situação sem precisar alterar os marcos. Realizar o desenho prático do muro, respeitando as nascentes que estão... respeitando essa árvore. É uma pequena alteração que não precisa notificar o marco. É sobre uma implantação específica do muro, é só uma questão de política de boa vizinhança, de tolerância recíproca, de flexibilização específica.

E, finalmente, a questão da água não será aqui nesse espaço; vamos falar o português claro e honesto. Muitos que estão vindo aqui não estão interessados em convencer os que estão aqui, que são as autoridades que vão decidir. Estão interessados apenas em jogar pra plateia. Vamos falar o português claro e honesto. Respeito todo mundo, mas não preciso jogar pra plateia. Eu não preciso, eu não preciso. Eu conheço um pouco, apenas um pouco da dor que é muito de vocês. Tive com dona Olinda, tive com Rosemeire, conheço muito da dor de vocês. E sei que a dor está doendo demais. Estou aqui pra tentar ajudar essa dor passar. E não estou aqui pra ficar cutucando a ferida e fazer a dor aumentar, não. Eu não estou querendo aumentar essa dor, não. Estou querendo fazer a dor passar! Estou querendo ter casa que não caia na sua cabeça! Estou querendo que você tenha garantia de acesso a sua terra! E que a terra seja sua, em seu nome! E estou querendo também que o Comandante perceba e, ele terá a possibilidade de fazer isso. Tem doutor Sávio aqui, tem o advogado que ele tem, tem as outras figuras jurídicas que defende a União pra dizer que o marco normativo a questão da água. Como é que é possível ele garantir a segurança da Marinha com acesso à água, com tudo que ele quiser. Mas, ao mesmo tempo, com esse uso compartilhado. E é sobre isso objetivamente que entendo que será possível. Eu senti uma energia muito positiva do Comandante, uma energia muito positiva. Primeiro ele veio pra cá, saiu lá da base aérea, veio pra cá. Trouxe toda sua equipe, trouxe as pessoas que realizam a proteção da barragem; trouxe as pessoas que realizam os estudos de conservação da barragem; trouxe as pessoas que podem ajudar a tomar decisões. Ele está aqui pacientemente ouvindo, querendo conversar. Eu confio na capacidade de conversa dele e de vocês. Na capacidade de conversa dele e de vocês, e do doutor Átila que continuará aqui. E, de sempre é um parceiro grande de vocês; doutor Leandro que está aqui, e dos outros grandes parceiros que estão ao lado de vocês. E vocês sabem que estão contribuindo para que a solução possa acontecer. Será possível, portanto, objetivamente chegar e dizer: como é que nós conseguimos isso? Como é que nós conseguimos? Quais são os seus medos, Comandante? E o senhor conhecerá os nossos medos. Então, muitas vezes, o maior medo que a gente tem é quando a gente não quer, não precisa conhecer o outro, não quer conhecer o outro! E como consequência não se abre para aprender com o outro também. Quando eu digo quais são os meus medos, o outro diz qual é a sua coragem. E, eu então venço o medo, quando eu conheço os medos dos outros, eu dou a minha coragem. E ele então vence o medo dele. Então, precisamos dessa aproximação, precisamos desse diálogo. Falta muito pouquinho. E esse pouquinho cada um tem que dar um passo nessa direção. Não! Nós nunca conseguiremos, Nós nunca conseguiremos apagar as dores que já aconteceram. Mas nós podemos a dar um sentido diferente. Eu vendo uma dor, lembro da dor; mas posso dar um sentido diferente como dona Rosemeire já disse: “A minha vida eu posso até dar, mas eu não quero que as minhas crianças sofram o que eu sofri.” Nós aqui estamos não só tratando do passado, mas tratando do presente e do futuro. E, nesse sentido, vocês com garantia da terra; vocês com garantia das políticas públicas; vocês com garantia do acesso independente; vocês com autonomia sobre o seu território. Ora, se com tão pouco estão fazendo tanto, com o muito que receberão farão mais ainda. E se (?) há os outros quilombos em redor que estão numa fase muito anterior a de vocês. E não estão, se quer, podendo ter voz! não estão, se quer, podendo ter voz!

Então, a luta de vocês vai estimular as outras lutas. Eu vou pedir perdão porque eu vou precisar sair. Quem vai estar aqui ao lado do doutor Leandro, é o doutor Walter. Eu lhe escuto e saio. E, por favor, o senhor tem a palavra...

Sr. Edson: Eu agradeço muito ao senhor. Boa tarde, companheiros e companheiras. Meu nome é Edson Falcão. Doutor Luciano, eu fiquei um pouco sentido e um pouco também, sei lá, desacreditado quando o senhor disse que a dor de todos nós é a mesma que o senhor sente.

Dr. Luciano: Não! Não! Não disse isso não!

Sr. Edson: O senhor disse como?

Dr. Luciano: Eu disse que eu não consigo sentir o tamanho da sua dor. Eu só conheço um pouquinho dela e, sei que é grande.

Sr. Edson: Ah! Certo! Mas eu tenho o triplo da dor aqui dentro, doutor, que o senhor não tem. Outra coisa, doutor, o rapaz da Embasa ali. Vamos iniciar pela Embasa. A Embasa disse que precisa de projeto disso, projeto daquilo pra poder botar água na nossa Comunidade. Oh! Até quando esse projeto vai sair. Outra coisa, doutor, tenho certeza que cada um de nós dá a nossa vida pra aquele rio que a gente tira o nosso pão de cada dia, não seja cercado, não seja murado. E se murar, vai ter sangue derramado, vai ter vidas perdidas. Então, pense um pouco na nossa comunidade, em nós pescadores e pescadoras, e quilombolas que a gente tira o nosso pão de cada dia dalí. Já chega de sofrimento! Essa é uma cesta básica por mês. O senhor acha que isso vai nos adiantar nada? Adianta alguma coisa companheiros, a cesta básica? E quando a gente vai entrar para a nossa comunidade, a gente é mais papado do que quando a gente era criança para botar aquela fralda. Por ano! Já pensou excelentíssimo? A gente aqui quando a gente está aqui, aqui, cada um de nós sentado, a gente ouve uma coisa. Quando a gente volta pra nossa comunidade, bau, bau. É outra! A gente já estamos acostumados com isso. A gente já estamos sofrendo cada dia. Será que é mais uma papa que vamos botar em nossa boca? Tenho certeza que esse muro... Eu só vi, só sentado aqui, só observei o Comandante ali dizer que não! Que vai se fazer o muro. Por que não? Vamos sentar com a Comunidade pra ver, acertar como é que vai fazer pra nós... que seja bom pra nós e bom pra eles. Será possível?! A Marinha de guerra, que era pra gente confiar, uma nossa segurança. Será que tem que tirar a nossa sobrevivência, a nossa vida . Porque cercar aquele rio ali, vai ser matar a nossa comunidade. Nós vamos viver como? Eu tenho a carteirinha aqui de pescador. Tenho a carteirinha aqui de pescador. Vou pescar onde, vou buscar o pão aonde? Então, pelo amor de Deus, vamos pensar mais em nós, e nós comunidade. Será possível que a gente sempre sofrendo, sempre apanhando, sempre tomando chicotada; que até hoje não acabou esse chicote. Sempre a gente com o pescoço na guilhotina. Será possível? Vocês podem ter certeza pelas horas tantas que são, se for fazer aquele muro, mais um derramamento de sangue. Muito obrigado companheiros. (aplausos)

Dr. Leandro: Eu queria antes de, eu queria passar pra cada órgão aqui presente na mesa pra que pudesse com a nova rodada de conversações, o que foi discutido até então, que pudesse de forma objetiva como o doutor Luciano disse aqui, fazer o encaminhamento dessa audiência. Cada um que pudesse declarar, manifestar o que pode, de fato, contribuir ao invés de todos nós apenas criticarmos uns aos outros. Cada um contribuir, certo? É isso que é a minha proposta: é que cada órgão fale objetivamente o que pode contribuir dentro de suas atribuições. Todos nós aqui somos um conjunto. E, ninguém tem (?) uma espada mágica que pode resolver sozinho o problema. Tanto que a questão está judicializada. Então, de forma honesta com nós mesmos e, de forma honesta com a comunidade, com direito da comunidade que cada órgão aqui pudesse esclarecer o que pode fazer de forma objetiva pra ajudar na solução desse inquérito civil público, e no direito que assegura as comunidades. É essa minha proposta agora. Queria começar...

Participante 3: Eu queria começar, que eu vou sair... Bem! Eu queria parabenizar, acho que foi muito bem conduzido aí pelo doutor Luciano, doutor Leandro também. E, queria chamar aqui o Miguel pra que ele pudesse dar uma explicação técnica sobre a questão do marco. Mas antes eu queria reiterar as palavras do doutor Luciano. A gente precisa sair daqui com alguma coisa

prática. Isso é importante pra Comunidade. A gente ouviu aqui depoimentos que já vieram aqui por três vezes, em três audiências públicas e, nada. Então, se a gente veio aqui... Eu li um cartaz. Amigo abre o cartaz aí, por favor. “Nenhum direito a menos”. Alguém que fala “nenhum direito a menos” está querendo negociar? Eu acho que não. A gente precisa ter todos os direitos, precisamos ter todos os direitos, mas nós temos que negociar esses direitos. (vaias)

É só uma observação pra que a gente saia... só um minuto! Só um minuto! Deixa eu explicar! Deixa eu explicar! Nós precisamos negociar, sim, todos os direitos. Precisamos sair daqui com a solução pra que os nossos filhos... Eu vejo crianças aqui, que eles possam acessar os direitos públicos, possam estar recebendo benefício. A gente precisa avançar. Então assim, é esse o espírito que nós viemos, é de negociar, de tentar caminhar uma tratativa junto com os órgãos pra que a gente pudesse realmente tá vendo as coisas acontecerem dentro do nosso território quilombola Rio dos Macacos. Então, só essa a minha situação. Acho que tem um microfone aberto, pra não tá com o microfone aberto. Vou passar para o Miguel. Miguel vai dar uma explicação técnica sobre a questão do gel e dos marcos, tá bom? Essa é a situação.

Miguel (técnico): Boa, boa tarde! Eu acho que o doutor Luciano fez uma leitura perfeita, até técnica demais dessa situação dos marcos. E, eu acho que o que já avançou aqui Rogério, já não precisa uma explicação tão técnica. Então, o fato é que a gente já demarcou a proposta que foi homologada na portaria pela SPU que já incorporou no seu processo de titularização. Já está colocado lá, demarcado pelo INCRA, e num estágio muito avançado de sua conclusão.

O quilombo Rio dos Macacos, ele vai vim agora com uma marca muito forte, que vai ser o primeiro território quilombola no Estado da Bahia, cuja a referência dele vem com certificado pelo INCRA. O que que... Isso vale alguma coisa? Isso quer dizer que aquele território, ele passa ser reconhecido numa base de registro público no Brasil. E, ele ali, está preservado. Qualquer outra intervenção de alguma outra propriedade vizinha que vinha sobrepor aquele território está impedido. Então, aquele território, aquela poligonal daquele território estará protegido, demarcado. O que o doutor Luciano colocou, que foi importantíssimo, é que o que a gente já avançou, muito trabalho até hoje, não precisa ser... retroagir para ser revisto e, passar por todo o processo novamente. É que a execução da obra de engenharia, uma possível execução, pode haver ajustes, na engenharia. É um ajuste aqui, ali, dentro do possível. Isso pode ser negociado, nada é imutável. Mas, tem que se pesar o que vai causar essa mudança. Então, a sugestão que o doutor Luciano colocou, eu acho que ela é a mais proveitosa pra Comunidade e, pra todos que está envolvido nesse processo.

Participante 4: Olá gente, na esteira do que o doutor Carlos Eduardo mencionou, eu acho que a título de questão propositiva, eu acho que considerando tudo que foi ventilado aqui, eu acho que deixaria um encargo para a Marinha logicamente poder levar a sua estrutura interna bem como os demais, a possibilidade de fincar essa questão dos requisitos para acesso a água. Foi apresentado ao órgão alguns critérios por ele que a comunidade não concorda bem como apresentou aqui o colega Carlos Eduardo, a Rosemeire, dentre outros. Mas, isso eu acho que poderia ser um pontapé inicial pra que verificasse com os seus superiores como os integrantes, a possibilidade de não ter nenhum requisito, ou outros que não venha ferir a própria identidade da comunidade quilombola. Eu acho que isso poderia ser verificado, logicamente, isso tem que verificar com a Comunidade porque a Comunidade quilombola tem autonomia para verificar se vai aceitar ou não esse critério que, de forma alguma, não pode violar os critérios de identidade da comunidade quilombola.

Eu acho que bem com todos missionários já foi um ótimo início, eu acho que nunca tivemos em nenhum momento essa possibilidade de acesso às águas. Pena que foi apresentado com requisitos que violam a Comunidade, a própria identidade indígena de uma comunidade quilombola. Mas, eu acredito que a Marinha que tem total interesse de resolver o problema, pode

ser que possa apresentar outros requisitos que, caso assim, entenda desde que não viole a identidade quilombola. Eu acho que pode ser um direcionamento sendo que sempre isso ficará pela autonomia da Comunidade em dizer que vai aceitar ou não. Eu acho que é apenas um pontapé inicial, falando de palavras aqui bem coloquiais, para que futuramente possamos tentar resolver esse problema.

Ronaldo (Embasa): Boa tarde a todos! Aos membros da mesa, a pessoa do doutor Leandro. Saúdo a todos. Eu me chamo Ronaldo Costa, sou representante do departamento jurídico da Embasa. Falou agora pouco o nosso engenheiro. Eu não estou aqui pra falar de engenharia. Engenharia faz parte do processo de execução do empreendimento, mas é só pra esclarecer o ponto que o senhor... como ele se chama? Edson, seu Edson levantou sobre a Embasa. Na verdade, a Embasa faz parte da estrutura política do Estado, instrumento de política pública de água e esgotamento sanitário. E assim, ela vai exercer seu papel nesse processo. E essa estrutura do Estado, além da Embasa, tem também a ACERB. Então, como se trata de uma divisão clara do setor de engenharia, né? Como se trata de um saneamento rural, é a ACERB que mobiliza esse processo. Então, o colega Luís Paulo, através da CEPROMI está coordenando esse trabalho, no qual a ACERB vai empreender o sistema de abastecimento da localidade. E a Embasa, a partir da finalização desse processo, vai operar o abastecimento de água da comunidade quilombo Rio dos Macacos. Era apenas esse esclarecimento que eu gostaria de fazer, e nós já estamos nos ausentando. Fica a disposição tanto na presidência quanto a própria unidade operacional da Embasa que fica em Pirajá, né, André? E desejar boa sorte a todos, e a Embasa está à disposição no que for preciso.

Dr. Leandro: Passo a palavra pro Comando da Marinha...

Professora da UFBA: Queria falar duas coisas: primeiro que eu estou aqui pela generosidade de Júlio Rocha, pra UFBA não ficar em branco. Mas eu não estou representando a UFBA, eu sou uma professora da UFBA, participo do grupo de pesquisa que vem acompanhando há muito tempo toda a questão quilombola na Bahia. E nesse sentido, da luta quilombola, as conquistas pra chegar à. E nesse sentido, a comunidade Rio dos Macacos que a gente acompanha a muito tempo não é só um caso emblemático, mas é um caso que se distinguem de todos os outros pela questão da situação de violência que tem sofrido em todos os sentidos. Mas a gente tem que reconhecer algumas coisas e todos os alavancos. Mas a primeira coisa a reconhecer é a firmeza e a dignidade com que essa comunidade tem conseguido colocar a sua questão, e defender o seu direito à vida. Quando se luta por território, se luta pela vida. Então, aquilo que o doutor Carlos colocou do grande avanço de uma comunidade que era tida como invasores, ser considerada como uma comunidade de direitos. E também o grande avanço de se conseguir dialogar, e como conseguir não só nessa audiência em especial. Conseguir conversar, colocar as suas expectativas. E reconhecer também o avanço de ambas as partes. E a presença do Comandante aqui até o fim da sessão, eu acho que é também, um reconhecimento do respeito a essa comunidade. Não é uma situação tranquila, não é uma situação fácil, mas eu tenho certeza, eu reconheço isso como um avanço, já que outras audiências tiveram que os Comandantes não ficaram até o final, e saíram. Então, a sua presença aqui Comandante, embora não seja uma situação fácil e nem cômoda, eu reconheço como um respeito também à Comunidade que está, que convivem tão próximos.

E nesse sentido, eu acho que a gente pode acreditar em avanços também concretos nos desejos da comunidade pra continuar, pra garantir a sua continuidade como comunidade quilombola e pescador. O projeto Geografar conseguiu, fez acontecer, fez os quatro primeiros RTDs, que tiveram aqui na Bahia. E, de lá pra cá, isso em 2004, houve um avanço muito grande na compreensão do que é território quilombola, e na luta pela terra. E tá mais do que comprovado que o território não é só terra: é terra e água. E muito mais ainda pra uma comunidade quilombola

como a de Rio dos Macacos, que ela é também uma comunidade pescadora. Então, a água é fundamental. Se num determinado momento da história, eles tiveram acesso à água salgada que depois foi privado e passaram a ter acesso à água da barragem, que lhe dá o nome Comunidade do Rio dos Macacos. Essa questão se coloca agora, a garantia do acesso à água, a terra e a água como fundamental. Com relação ao acesso à terra, o reconhecimento da sua titulação, a gente tem aí, já tem avanços mas ainda não tá concretamente definido. A comunidade já recuou dos seus direitos históricos, acordou 104 hectares, embora divididos. Mas ainda tem de avançar concretamente pra ver isso regularizado a sua titulação. E há também a revisão dos marcos. Eu fiquei contente com a fala do colega, do Miguel, do INCRA, que falou, o técnico. Que eu ia levantar justamente isso: que a revisão dos marcos, ela tem uma dificuldade política, de dizer aonde vão passar os marcos. E não é uma dificuldade técnica. A definição dos marcos é política, e não técnica. E ele esclareceu isso. Então, com relação à revisão dos marcos, me parece que é uma questão de definir aonde vão passar, salvando aqueles elementos da natureza que tem uma importância significativa pra Comunidade.

Então, fica pendente a questão da titulação, né? Pelo que eu entendi. A revisão dos marcos é um acordo pra salvar esses elementos que são importantes pra Comunidade. E ficamos ainda, que eu acho, com a dificuldade da água, da questão do acesso à água. Mas levando que, como foi dito, pelo Júlio Rocha, e todo mundo também sabe, né? Que não existe a água privada. O que vai se colocar é o uso compartilhado dessa água. Dessa água que, ela é importante pra Comunidade, por uma série de usos. É o uso, sem água não há vida, né? A questão da água, da água pra (já estou concluindo). A questão da água para o uso, parece que a Embasa, de certa forma, já está solucionando. Mas, a questão é a das cercas nas águas, né? Uma comunidade pescadora que tem suas águas trancadas, Comandante, é muito difícil. O senhor me mostrou aqui a questão da, dos peixes que temo na barragem, não é um número muito expressivo. Mas, a mesma, esse número insignificante, dentro dos estudos, pra Comunidade é importante. Então, eu acho que esse é o gargalo maior pra se resolver a questão da cerca nas águas. E o lema das comunidades dos pescadores é: “Cerca nas águas, derrubar!” Então, nós não podemos aqui chegar a um acordo numa audiência pra que se construa uma cerca na água. Nós temos de chegar, e eu acredito que se não aqui nessa audiência, mas eu acredito que se chegará a um bom termo. Pra ver a Marinha, a Base Naval preservada, a sua água e a Comunidade também. Eu acho que a gente tem um diálogo e os interesses preservados. É isso que eu acho que teria de dizer, que todas as limitações são, elas podem ser vencidas. E eu acredito que a Base Naval, em função, porque ela vai continuar lá, a comunidade quilombola vai continuar lá. Então é importante que esses traumas causados por esse tempo de violência sejam também minimizados e, não aguçados. É isso!

Dra. Fabiana: Bom! Essa parte toda do fundamento a professora já contemplou o que eu ia colocar, então já me sinto absolutamente contemplada por essa parte em relação às motivações, a necessidade de preservação da água, e tudo mais. E mais objetivamente então em termos de encaminhamento, eu vejo aqui que a gente tem alguns pontos mais consensuais e que ainda precisariam na fala final do Comandante ficar registrado como possíveis compromissos e pontos que podem de imediato ser avançados. O primeiro deles, pelo menos, eu não identifiquei nenhuma resistência: a questão das casas. Ressalto, essa é uma questão, é claro, não é o mais importante. O mais importante é a da titulação e da tradicionalidade, mas é uma questão emergencial que já pode ser, já pode ser avançada. A Maria Teresa falou por parte de uma interpretação que deu agora em relação a portaria e tudo mais, sem entrar na discussão jurídica, até porque entendemos que não teria, nem antes, aquele óbice. Mas, enfim, o que importa agora é daqui pra frente. Daqui pra frente não tem esse óbice? A pergunta que fica é: Tem algum óbice por parte da Marinha? De repente, isso já fica na Audiência Pública já esclarecido pra que a

CEPROMI, de imediato, dê continuidade a essa parte. Que é uma questão muito específica mas ao mesmo tempo muito emergencial.

Em relação ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós somos uma instituição de Estado e com esse caráter de participação social direta e que, nesse contexto, tem a possibilidade de fazer essa interlocução. Essas incidências tanto na área técnica quanto na área política com as demais instituições de Estado. Nós fazemos recomendações, quando é o caso, fazemos com reuniões diretamente, etc. Nós vamos pautar na próxima reunião do Conselho as recomendações que forem necessárias e ações que forem necessárias caso não tenha avançado, mas eu tenho a impressão que, antes mesmo da próxima reunião, parte daqui, desse esforço coletivo, a gente já consegue avançar em alguns pontos, né? Até porque houve, pela primeira vez, essa sinalização positiva de que a Comunidade possa ter acesso à água. Então, pronto! A partir daí, o que a gente continua essa discussão? Com a proposta que, ao meu ver, o Comandante não sei se teria essa autonomia para já responder aqui, mas que poderiam, se não tiver o pedido aqui, seja o nosso porta-voz aqui pra levar a proposta... (exatamente, enfim.) pra levar essa proposta que é a seguinte: Se não houver, se existe a predisposição de garantir que a Comunidade tenha acesso à água, que a gente consiga fazer isso de uma forma desburocratizada. Essa primeira, sem ser dessa forma como foi inicialmente apresentada, tentar chegar num termo que não precise da carteirinha, seja de pesca, ou carteirinha de culto que eu nem sabia que existia, mas aí é ignorância minha. Mas enfim, o que eu quero dizer é isso, sem essas questões, pra avançar mais um pouquinho.

Em relação a acesso independente, eu queria ver do Comandante, que eu estou dizendo da estrada; da estrada que ficou, principalmente, aquela estrada maior que era usada pro acesso. E teve, ficou lá, virou um barranco ali. E não consegue acessar por ali. Se seria possível retomar essa questão, sem precisar passar pela portaria da Marinha. E, em relação aos demais pontos, a a gente realmente tem que pensar, conjugar duas questões, eu acho. Que ao mesmo tempo que a gente tem que buscar um acordo, a gente precisa desse acordo. A melhor solução vai ser o acordo, melhor do que terceirizar pro Poder Judiciário decidir numa canetada. Melhor é construir um acordo aqui coletivamente. E, mas ao mesmo tempo também respeitar as tradicionalidades, da consulta, decisão que parta da própria Comunidade. Claro que a Comunidade tendo essa titularidade dessa decisão também tem que visar chegar nesse acordo. Porque o acordo vai ser a melhor solução. O interesse realmente é de solucionar, e ajudar na construção de uma solução coletiva dessa questão, e não apenas dessa forma, nesse viés de denúncias de violações, tá? Era isso.

Dr. Carlos: Obrigada, Fabiana. Doutor Walter, doutor Leandro, eu vou aqui tentar ser bem objetivo, e ver se a gente consegue sair pelo menos com alguns encaminhamentos. Bom! Eu gostaria de ouvir, sair daqui com algo mais concreto a respeito da titulação do território. Pela terceira vez, estou colocando porque eu acho que não existe mais nenhum óbice desde que foi publicada a portaria da SPU, foi várias vezes aqui tanto a questão da titulação. E aí, eu gostaria de saber dos órgãos que estão aqui, dos responsáveis por essa questão, qual é o cronograma que a gente tem, e qual é a viabilidade disso sair o mais rápido possível.

Nessa questão das políticas públicas e das vias de acesso, se eu bem compreendi a fala inclusive aqui, é... o companheiro da CEPROMI colocou que havia um óbcie pelo Ministério da Defesa. Que a resposta que a gente tinha é essa. Eu não sei se está aqui representado o Ministério, mas a gente precisa agir, também saber se existe esse óbice, porque inexistindo, acho que a gente precisa dar cumprimento imediato a essas questões. Segundo a fala do nosso colega da CEPROMI, que eles precisam é ter essa permissão pra poder estabelecer o cronograma e fazer a licitação.

Vilma: Carlos, é importante também destacar que esse foi o mesmo argumento pra não permitir turmas de alfabetização na Comunidade; não permitir acesso a um laboratório básico de saúde, né? Um laboratório... Que esse tempo, a gente está entendendo que foi superado aqui hoje. Não vamos mais ouvir de nenhuma autoridade estadual que não está cumprindo as suas tarefas em respeito à aplicação das políticas, porque foram impedidas. A gente está aqui na frente do Ministério Público vendo o que foi dito, e o pedido aqui do representante do MPF é que o ente Estadual apresente o seu documento pra cumprir a sua responsabilidade, cujo recurso está na Secretaria, desde 2014. Então, nós não vamos mais ouvir essa frase. Essa é a esperança que nós temos.

Dr. Carlos: Exatamente Vilma. Muito obrigado pela intervenção. Acho que é isso que precisa ser amarrado aqui. Tem impedimento ou não tem? E quem é que está impedindo? E como é que a gente desimpede. Porque pra mim, talvez, eu não tenha captado ainda mas não ficou isso claro pra tá... (esse microfone está funcionando? Eu estou achando um pouco baixo, eu vou falar... estou colado aqui nele.) Então, isso aqui precisa sair amarrado, porque dessas autorizações, eu tenho mais três pontos de nossa pauta aqui. Então está dependendo disso. A questão do acesso às políticas públicas, o acesso à água encanada, pelo menos. E a questão da entrada do material pra construção das habitações, não é isso? As vias de acesso e a água encanada da Comunidade. Precisa sair daqui com essa questão bastante amarrada. Eu não sei se, e também gostaria de saber essa questão da titulação. Se a gente consegue sair daqui com esse cronograma, com a previsão do cumprimento da política institucional, da titulação do território. Quanto a essa questão do acesso à água do Rio dos Macacos, eu acho que eu estou contemplado aqui com as falas das colegas. Eu acho que isso não vai sair daqui delimitado, mas eu acho que a gente estabeleceu aqui de ambos os lados, quais são as questões que a gente vai ter que pensar pra estar, e fazer as possíveis consultas e voltar a abordar esse tema.

Agora quero deixar claro um impedimento aqui é discordante, inclusive. Nós não estamos aqui negociando direitos, a gente pode chegar a acordos necessários para viabilizar os direitos previstos constitucionalmente, na legislação infraconstitucional, mas direito na minha concepção a gente, a gente (?) (aplausos)

Então, eu acho que é isso, talvez seja necessário doutor Walter que a gente se reúna novamente, que fixe um pouco esse momento. E também eu acho que precisa ficar claro essa questão da revisão dos marcos. Quando a gente fala em revisão dos marcos, volto a dizer, é porque tem um ponto lá, um marco, no meio do quintal de dona Olinda. Então, ainda que não seja um trabalho de tirar aquilo do lugar, colocar pra outro; quando a gente for fazer uma definitiva demarcação, seja através, se vai fazer um muro lá, inclusive, que tem limites estabelecidos. Alguns metros desse marco tem uma cerca já que separa o território da Base Naval do território que foi identificado como quilombola. Eu não quero acreditar, não posso acreditar que quando foi proposto aqui 104 hectares, quando foi publicado essa portaria, a previsão era que passasse um muro, uma cerca no meio do quintal de dona Olinda pra ela abrir a porta da casa e, dar de cara com o muro. Não acho isso razoável, e acho que isso é perfeitamente sanável, sem causar nenhum problema pra nenhuma das partes. Obrigado. (aplausos)

Rosemeire: Eu acho assim, eu preciso de ouvir os órgãos pra trazer, colocar as políticas públicas lá dentro da Comunidade, porque, na verdade, não era pra gente estar discutindo aqui questão das políticas públicas porque a gente tem direito. Todas as comunidades tem direito. Não era pra estar nessa mesa aqui, que é uma vergonha, que o Estado rasgando a convenção 169. Então assim, não era pra gente tá nessa discussão em questão das políticas públicas; em questão da saúde, educação, às casas, à água. Isso é uma vergonha pro Governo, isso é uma vergonha pra Marinha, que fala que é pra defender a nação. Que são a nação pra eles? Quem é a nação pra eles? Então assim, enfim, em questão da água, a gente não usa só a água Comandante pra

pesca e nem sobre religião. E a gente ainda não descobriu nenhum decreto falando sobre isso aí. Que a gente tem, é obrigado falar qual é a religião que a gente é. A minha religião, é eu que vou escolher pra onde eu vou. Então assim, a gente não precisa de uma carteira pra mostrar que a gente é ou não. E assim, a água, a gente quer o acesso à água, o uso compartilhado da água é pra todas aquelas coisas que precisa da água. Quando a gente fala, a água é vida. A gente não pode falar aqui nessa mesa de reunião que a Comunidade só vai usar a água pra pesca e em questão da religião não. Não existe isso! Não existe! A água é livre pra todos. Deus botou na terra pra todos! E eu espero que aqui nessa mesa saia alguma coisa concreta, né? Que infelizmente a gente está discutindo em questão das políticas públicas que não era pra gente está discutindo as questões das políticas públicas; que é um direito de cada um de nós.

Participante 6: Na verdade não é pra gente está aqui discutindo sobre nada: nem terra, nem água, nem nada. Se houvesse um respeito para conosco de não querer o que é nosso na tora. Se isso acontecesse, houvesse respeito, ninguém precisava tá aqui pra reclamar terra, reclamar água. Não só o Rio dos Macacos como Quigonga, Tororó e todos os quilombos que existe. Porque quem quer nossas terras é gente de dinheiro. (aplausos)

A Marinha quando chegou aqui encontrou Rio dos Macacos, Tororó, Ilha de Maré, Conceição. Então, ali é nosso! E cadê o respeito para conosco? Não querer o que é nosso na tora, não. É para todos, é um bem da humanidade. É assim que a gente vive: pescando, plantando, é essa a nossa vida. É a vida de todos os quilombolas. (aplausos)

Dona Olinda: Para encaminhamento também, a gente gostaria que a nossa água ela venha pela via de acesso da , certo? Porque é uma questão de liberdade. A gente quer nossa liberdade. A gente quer sair da senzala para a liberdade. Porque chega! São 500 anos de escravidão no Brasil. O Brasil deve muito às comunidades negra e quilombola. (aplausos)

Dr. Leandro: Mais algum órgão pra falar pra eu fazer os encaminhamentos?

Rosemeire: Eles estão manobrando a lista. Não é de agora que se inscreveram, então, a gente precisa ouvir essas pessoas, tá feio, tá feio. Porque assim... chega e, ninguém aguenta mais ficar aqui. É feio!

Posso falar pessoal? Bom dia a todos, meu nome é Antônio Oliveira, sou coordenador das ações do território quilombola do INCRA lá em Brasília. Eu quero parabenizar a mesa, parabenizar a todos que representa aqui as comunidades quilombolas da Bahia. Eu só quero aqui, mais ou menos, já foi dito aqui várias vezes, em que fase está de fato o processo de titulação como o advogado ali falou. Então, com o conhecimento de todos, no dia 27 de dezembro foi publicado a (?). Eu estou desde o dia 17 de janeiro, o INCRA entrou de férias, mas nós aqui, a coordenação do INCRA de Brasília junto com a SPU central não tem parado um dia pra não tratar desse tema: titulação de Rio dos Macacos. Até final de semana eu tenho pensando nessa titulação. Que é um compromisso do INCRA, a titulação do Rio dos Macacos. Temos participado quase quinzenalmente na Casa Civil, na Secretaria de Governo. Quero registrar aqui o compromisso de Teresa e desses órgãos que atuam direto com as políticas quilombola no Brasil, lá na Casa Civil porque tem sido um desafio pra nós. É uma luta que o INCRA reconhece a luta de vocês. Eu sei que o desejo de vocês é bem mais, nós reconhecemos isso. Mas, nesse momento, membros da mesa e Comunidade, eu acho é que nós temos nesse momento avançar nesse ponto. É titular, vamos titular, depois vamos brigar por política, por qualquer política pública, por todos os direitos que estão aí previsto. Mas, nesse momento, nós vamos, eu acho que é um dever, é algo de imperioso aqui para as instituições públicas: a titular do povo. Porque eu acho que as comunidades estão cansadas. Nós também que fazemos parte da política quilombola, nós estamos cansados também. Um desafio tão grande, todo dia só batendo, batendo, batendo, e não resolve. Então, muitas politicas negava inicialmente que era a questão da titulação. Pronto! A

titulação vamos resolver. O INCRA vai resolver a titulação. Eu só queria dizer pra vocês que está na porta a titulação dos hectares. Essa semana, pra ser mais sincero, segunda-feira foi no sistema a certificação. Está em processo, dentro do INCRA, pra sair essa titulação. Processo de regulamentação, digamos assim, estarei anunciando pra sair a titulação: segunda ou terça.

Em fazendo isso, o que é que nós vamos fazer a partir de então? Temos o INCRA que ir ao cartório. Nós temos que ir ao cartório de Simões Filho e Salvador pra unificar as matrículas, duas matrículas. Unificando as duas matrículas, o território dos 301 hectares ficará uma única matrícula com o território de 301 hectares. Na verdade dá 314 depois da demarcação. Feio o registro dos 314, registro com a participação aqui da SPU, nós iremos fazer o desmembramento das duas glebas; a gleba 1, não sei se a gleba 1 tem 190 hectares; e a gleba aí em baixo, aquela menorzinha que são 50 hectares. Feito isso, os dois registros em mãos, o INCRA titulará o mais breve possível. E nós na próxima semana, é um compromisso nosso do INCRA, a nossa superintendência aqui na Bahia. A partir da, sair no sistema a certificação, ir a cartório imediatamente pra fazer as verificações da matrícula. Então, eu queria deixar a par do que está acontecendo. É uma satisfação nossa, do INCRA, estar aqui presente pra resolver essa questão. Sei que o desejo de vocês é bem maior, reconhecemos isso, pensamos também que as vezes o Estado realmente tem dificuldade. Vocês não imaginam a dificuldade pra SPU transitar esse processo lá na SPU central. É muita burocracia, e nós já vencemos essa burocracia toda. Então, eu só queria deixar a par em que fase está o processo de titulação. Está bem próximo, bem próximo. Está certo? Então era isso que eu queria passar pra vocês. Eu quero desculpa também porque nós vamos nos retirar agora. Nós vamos viajar agora, alguns membros da SPU está viajando agora. E pedir licença que a gente vai ter que sair. No mais, muito obrigado. Meu nome é Antônio Oliveira, a gente trabalha na Coordenação em Brasília. Qualquer coisa, os membros das comunidades aqui já me conhece, estou a disposição de vocês lá, tá bom? Muito obrigado.

Dr. Leandro: Queria agradecer justamente os esclarecimentos aí, e desejar um bom retorno. Queria antes de conceder a palavra aqui... (?) vamos voltar aqui pra ouvir seu Anilso Aventura... estava na lista aqui. Marcos! Uma pessoa que estava inscrita, só pra facultar aqui. Senhor Marcos, Marcos...

Marcos: Eu gostaria de acrescentar alguns elementos que eu acho que pode ser importante, né? Antes de qualquer coisa, assim, lamentável, lamentável. Se nos saíssemos dessa Audiência Pública sem ter elementos mais efetivo em relação ao acesso da Comunidade à água pública da Embasa, né? O acesso à água; o acesso à estrada que inclusive, ela está 80% já encaminhado, né? Enfim, foi paralisado; e sem o acesso às casas porque vidas das pessoas estão correndo risco. Então, sair dessa Audiência Pública sem ter uma, passos efetivos em relação esses pontos seria assim realmente lamentável. Porque assim, a gente tem uma impressão de como sociedade organizada, de que impedir o acesso à água, impedir o acesso à estrada, impedir o acesso às casas soa como uma chantagem, soa como uma forca, soa como uma forma perversa de obrigar a comunidade aceitar coisas que a comunidade não quer aceitar. Então assim, isso é muito triste. Isso não pode ser aceito. Então assim, para que possa existir uma negociação justa é preciso que esses elementos de perversidade, de proibição, chantagem, sejam eliminados; precisa ser eliminado hoje. A gente precisa resolver esse problema. Porque sem resolver esse problema ninguém consegue ter uma negociação justa. Inaceitável isso.

No segundo ponto, eu quero ser muito breve, em relação ao segundo ponto, o acesso às águas da barragem que barrou o Rio dos Macacos, que é o rio da Comunidade, histórico, ancestral para o acesso a pesca, pro acesso aos rituais e também pra garantir a (?) da pequena agricultura familiar. É preciso que exista uma investigação sobre o uso da água da barragem sobre o Rio dos Macacos. Assim, a gente precisa falar francamente com a Marinha, e ter um diálogo aberto na sociedade, constituição do Estado, num ambiente republicano. Foi dito hoje naquele conjunto

habitacional, a Vila na (?) da barragem tem 500 habitações, 514 habitações. A pergunta que não quer calar é todo esgotamento sanitário dessas 500 habitações, esse esgotamento sanitário vai pra onde? Essa é uma pergunta importante. Porque assim, a comunidade denuncia, e ai é importante que a gente analise, que todo esse esgotamento sanitário vai pra dentro do Rio dos Macacos. Então assim, se isso realmente está acontecendo, isso é terrível. Porque isso está colocando em risco a comunidade, e coloca em risco também toda a população que vive a jusante; que vive naquele pequeno estuário da Bahia de Aratú. Que inclusive toda a população daquelas comunidades estão fazendo, assim, denúncias terríveis do problema ambiental, da sanidade, do problema de coceiras, graves problemas. Uma outra situação importante em relação a barragem é a seguinte. Pergunta: A barragem, ela consegue liberar uma vasão ambiental aceitável diante dos licenciamentos ambientais relativos àquele rendimento? A olho nu, passando pela barragem, a gente percebe que a barragem estagna o rio, ela fecha e impede qualquer passagem de água para a jusante do Rio dos Macacos. A água do Rio dos Macacos, ela não consegue mais chegar no estuário, e isso traz graves problemas ambientais para os pescadores daquela região. Aí a gente pergunta assim, ó: Será que não existe outras alternativas de uso de água da Marinha, da região metropolitana de Salvador que possa desafogar a barragem do Rio dos Macacos? Não existe outras alternativas? E outra pergunta também assim que nos inquieta, que é o seguinte: dentro do porto de Aratú, desculpa, dentro da Base Naval de Aratú...

Dr. Leandro: Dois minutos, viu.

Carlos: Existem empreendimentos privados, empreiteiras: OAS, Odebrecht, manutenção de barcos e estaleiros privados. Aí a gente se pergunta, essa água que está sendo tanto querida? Nossa pela Marinha, nossa preocupação, é uma preocupação com a sociedade. Isso é uma situação justa que precisa ser colocada em público. Essa água ela é realmente colocada para atender os interesses nacional, ou essa água é pra atender os interesses de empreiteiras privadas que precisam fazer manutenção nas suas plataformas de petróleo? Porque assim, pra fazer manutenção em plataforma de petróleo, como tem sido feito de empreiteiras privadas dentro da Base Naval de Aratú, se utiliza muita água. E essa água vem de onde? Será que seria admissível priorizar a necessidade de água de grandes empreiteiras privadas como essa Odebrecht. Agora e qualquer um de nós passarmos pela frente da Base Naval de Aratu, vamos ver uma grande plataforma de petróleo pela Base Naval de Aratu fazendo manutenção. A gente pergunta, é aceitável que a Comunidade seja privada da água, mas as empreiteiras privadas tenham acesso a água lá? Então assim, eu penso que esses elementos são importantes pra dizer que é sim possível encontrar alternativas de uso compartilhado dessa água. E eu acredito que encontraremos essas alternativas. (aplausos)

Comandante da Marinha: Em primeira mão, acho que você precisa antes de fazer qualquer tipo de acusação, ter argumentos e não factoides dentro da sua acusação. As plataformas que estavam na Base Naval de Aratú era a Petrobrás desmobilizada lá de Sergipe. Então, elas estavam atracadas e foram vendidas para ferro velho. Estão em manutenção por parte da Odebrecht, OAS ou qualquer empreiteira que você falou, que a Base Naval conhece, abastece de água lá dentro. Não existe nenhuma dessas empresas, eu posso garantir pra você com todas as letras, que não existe nenhuma dessas empresas dentro da Base Naval de Aratú. Possa ser que lá até tenha. A Odebrecht acabou de desmobilizar uma plataforma. Está tentando contratar a Marinha enquanto ele não utiliza a plataforma em outro posso. Porque a parte de petróleo do Brasil está toda parada, a Petrobrás está falindo pelo Governo anterior. O que eu posso colocar em termos de situação, quanto às suas acusações, a Vila da barragem tem uma estação de tratamento e faz (?), e não joga nada do esgoto das casas dentro do rio como você está acusando. Então é uma falácia, que você inventou aqui na frente de todo mundo pra insultar, como o doutor Luciano colocou, que você veio aqui pra tentar fazer uma coisa e tentar mostra

uma coisa. Você não conseguiu agregar nenhum valor à negociação que estava sendo feito aqui. Desvirtuou totalmente do assunto que estamos discutindo pra falar acusações sem qualquer tipo de profundidade a respeito. Eu mostro todos os meus contratos. Estou muito tranquilo em relação a isso. Não tenho qualquer justificativa ou ter que ficar me explicando nesse sentido. Voltando aqui da negociação em si, do que a gente veio fazer hoje propriamente aqui nessa reunião. A gente tem que colocar que a gente ficou a tarde toda, um fator primordial que é colocado como um fator sinequanon pela Marinha e pelo Ministério da Defesa que é a segurança de suas instalações.

A segurança de suas instalações passa pela construção do muro. A flexibilização desse muro será um portão que a gente vai negociar, que eu vou levar ao Comando da Marinha, pro Comando da Marinha tem de se pensar numa flexibilização. A proposta que eu tinha eu trouxe e coloquei aqui na mesa pra todos verem. Vou retornar e a gente vai tentar verificar o que pode ser feito em termos de futuro. Hoje a proposta é essa e não tem retorno. Com relação... (barulho) Eu ouvi a todos com educação, simples assim. Inclusive as acusações de ser assassino, de ser estuprador, eu ouvi a todos com educação. Então, eu gostaria de ter o mesmo tratamento. Com relação a parte de acesso, a Marinha não se opõe que a CEPOMI inicie a parte de construção de casas, e reformas das casas da Comunidade e qualquer coisa do gênero, qualquer tipo de restrição. Existe uma restrição: o muro. Nós vamos chegar nele de novo. Porque pra construção da estrada, a estrada é um livre acesso qualquer entrada, assalto; a estrada é uma entrada livre pra qualquer pessoa à nossa Vila. Então, a estrada é concomitante ao muro para garantia do que a Marinha colocou desde o início: a segurança de sua instalação e do seu pessoal. Isso, infelizmente, vem do Comando da Marinha e do Ministério da Defesa. Colocando aqui, eu não tenho a posição ou autoridade pra falar nada diferente. Por quê? Até as máquinas que forem entrar na Comunidade pra construir, efetivamente, máquinas pesadas que forem necessárias, não vão poder passar por aquela entrada atual da gleba 1 porque é ao lado da barragem, e corre riscamento. Então tem toda uma estrutura que precisa efetivamente do acesso para a entrada dessas máquinas e início das construções. Então, a gente tangenciou a tarde toda o muro, mas o muro é determinante, tendo em vista a determinação e orientação que eu tenho. A parte de acesso fica condicionada a essa condição que eu coloquei, e eu vou levar pra ver se há uma contraproposta, alguma coisa negociável no futuro. Uma boa tarde a todos.

Sr. Osvaldo: Doutor Leandro, eu posso (?) dar aqui a ele... ficar como uma interrogação, perante o senhor falou aqui em público quando o doutor Luciano está aqui que gastaria anualmente, não me lembro o valor que o senhor falou, de manutenção da barragem. E eu essa semana fiz um vídeo... não, a semana passada, fiz um vídeo nesse escape da barragem, nesse ponto aqui, ó... o vazamento desse (?) Quero que o senhor responda o que é isso.

Comandante da Marinha: É manutenção que a gente tem que fazer em gastos de 185 mil. E eu tenho que falar, ao longo do ano passado

Sr. Osvaldo: Tem menos de um mês, eu vi o pessoal trabalhando. Tem menos de um mês!

Comandante da Marinha: Sim! O senhor estava vendo o reparo aí que tentou? E a gente tem que fazer o muro?

Sr. Osvaldo: Então, se o senhor diz que faz um não sei quanto de gasto anualmente, o senhor tinha que rever dali da barragem até a Base quanto que não existe por dentro da terra de vazamento desse aqui. Porque vocês nunca fizeram a troca desde quando fizeram essa barragem. (?) A gente monitora tudo isso...

Comandante da Marinha: O senhor está corroborando as minhas palavras que eu tenho que gastar mais ainda, senhor Osvaldo.

Dr. Leandro: Vamos ver os encaminhamentos... Por favor, pessoal! Vamos fazer os encaminhamentos aqui. Três fatos aqui que foram colocados em audiência que foram, um tipo, como se fossem acordados entre as autoridades presentes. Primeiro a questão da titulação do INCRA assegurou que nos próximos dias irá dar seguimento (?) o Ministério Público oficial do INCRA pra pedir essas informações e acompanhar o processo, entendeu? O andamento. A CEPROMI aqui na presença do doutor Luciano ficou de encaminhar pra que não fique apenas na Audiência Pública. A gente vai oficiar a CEPROMI, pedir cópias dos documentos que comprovem a titulação com a liberação da verba pra construção e reformas das casas. E a parte do acesso à água que o Comando da Marinha ficou de levar ao Ministério da Defesa à Brasília, foi a questão da construção do portão pra que, no momento, é o que se tem, o que se possa ter o acesso à Comunidade. Só que isso vai ser discutido com vocês, a proposta que ele faz, é claro. Eu só estou dizendo aqui o que foi dito pelas autoridades. Cabe a Comunidade depois analisar e, justamente, se reunir, apresentar, procurar o Ministério Público, a gente se reunir pra o que se vai aceitar ou não a sugestão do Comando da Marinha na questão do acesso à água. Eu passo aqui a palavra pro doutor Walter pra complementar alguma coisa que quiser...

Sr. Edson: Doutor Leandro, doutor Leandro, eu que não falei nada, eu tenho direito também. Como se falou aí de uma titulação, e esse Comandante que saiu daqui, que ele não quis ouvir, e ele impôs de novo a ditadura dele que a estrada, está se tratando aqui, o senhor falou que teve o encaminhamento da titulação, certo? Essa proposta absurda dele que é a proposta dele como o senhor falou, desse portão aí; pra nós isso não existe. E o encaminhamento, aquele procurador que estava aí que foi embora, o doutor Luciano falou que era muito importante, e que não tinha entrave mais pra isso, se desde quando o rapaz do INCRA, ali, já falou que vai titular; que ele colocou isso pra Comunidade e agora ele colocou até como uma questão de honra. E diz, esse tal que ele falou aí, que já saiu, que vai titular. E um comandante ditador, chega aí e fala que a condição de fazer a estrada é junto com o muro. Onde é que existe isso? Que palavra é essa aí? Quer dizer que ele está com o poder em cima, ele está dizendo que está pondo autoridade em cima de uma terra titulada, que não pode se fazer uma estrada? Foi o que ele acabou de falar aí. (aplausos)

Dr. Walter: Audiências públicas tem hora pra começar, hora pra se desenvolver, hora pra terminar também. E a gente aqui tinha nosso limite que era 6 horas da tarde. Eu peço que eu podia, talvez, olhasse pra essa Audiência Pública com um sabor meio amargo, porque eu saio daqui de novo sem saber é o prazo pra a Embasa instalar a água. Eu não sei quando o INCRA vai conseguir titular essas terras; eu não sei como vai ser a reforma das casas, essa é uma resposta que a CEMPROMI me podia ter dado. Não sei quando vão terminar a estrada que está quase, quase no fim. E eu também não sei como vai ser o uso compartilhado da represa que é... Mas eu prefiro não fazer análise final dessa audiência pública pro lado negativo. Nós, da parte do Ministério Público Federal, nós mobilizamos o esforço que nós tínhamos. A sinceridade que nós temos, a honestidade que nós temos. O doutor Leandro ainda dizia que considera esse, talvez, o caso mais complexo da vida dele. Veio aqui o vice-procurador geral da Público, acho que não havia nenhuma autoridade de escalão mais alto do que o doutor Luciano aqui. Eu acho que talvez a Audiência Pública é o máximo que a gente consegue, que a gente consegue. Então, me impactou muito uma fala do seu Edson. Daqui a um tempo nós vamos olhar pra trás e vamos verificar, ou essa Audiência Pública foi mais uma daquelas que não serviu pra nada ou nós vamos reconhecer que essa Audiência Pública alguma coisa significou. Isso depende da seriedade, das pessoas que falaram, que estiveram presentes aqui hoje. Sinceramente pode parecer pouco, mas a parte do Ministério Público Federal, às vezes a Audiência Pública é o máximo onde a gente consegue chegar.

Dr. Leandro: Só pra... Queria saber se o representante do Ministério da Defesa está presente aqui, doutor Sávio Andrade? Mais alguma autoridade que queira falar algo...

André Luís (Embasa): Eu queria deixar claro, mais uma vez, como expliquei mais cedo que, hoje, o fornecimento de água pra Comunidade não está dependendo da Embasa. O fornecimento de água hoje depende da ACERB apresentar o projeto. A Embasa já deu a viabilidade técnica pra que a comunidade seja abastecida pelo sistema que existe no local. A ACERB está responsável por apresentar o projeto pra ser aprovado e executar a obra. E há um assentamento de aproximadamente 1 km e meio de tubulação até chegar a Comunidade e fazer a redistribuição de terra na Comunidade. Assim que for feito isso, esse sistema vai ser trocado pelo sistema da Embasa, e vai possibilitar o abastecimento da Comunidade. A Embasa, hoje, não tem pendência da Embasa em relação a isso. Hoje está sobre a responsabilidade da ACERB fazer o projeto e executar as obras.

Participante 7: E avisa também companheiro de botar um relógio pra cobrar 80% em cima do saneamento básico. Que a Embasa hoje é o pior inimigo. Principalmente dos quilombolas, hoje, é a Embasa. Chega nas comunidades, bota uma aguazinha, só liga 2 horas por dia aquela água. O vento conta mais do que a água, e ainda cobra 80% em cima do recibo da água. Isso é roubo! Isso é assalto! Isso é assalto! Chegou na minha comunidade, tapou o rio, de...

Vilma Reis: Eu estou inscrita desde o início da tarde, eu queria falar... É uma instituição pública, uma Audiência Pública.

Dr. Leandro: Passou do horário, mas eu vou ceder, que a senhora acompanha, sempre esteve aqui... claro! Eu preciso encerrar.

Vilma Reis: Isso! Que eu estou inscrita. Boa tarde! Meu nome é Vilma Reis, sou ouvidora geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, ouvidora externa, não sou defensora, não sou da carreira defensorial. Represento a sociedade civil, fiz questão de falar aqui nessa audiência porque é uma instituição pública, é uma Audiência Pública. E mesmo quando as pessoas tem uma postura de dizer: Olha! Faz o favor de deixar fora algumas organizações. Algumas acham que se a gente falar que vai criar um tipo de posição nas comunidades quilombolas. Isso é a coisa mais desrespeitosa porque a liderança quilombola tem toda a autonomia pra tomar as decisões. São pessoas muito firmes na luta; são pessoas que nos ensinam a luta todos os dias. E a gente não vai botar nada na cabeça das pessoas pra impedir os processos de negociação. Quando elas se negam a aceitar as propostas, é pelo sentido aviltante das propostas; é pela feitura das propostas; é pela brutalidade política que comparece nas propostas. É por isso que as comunidades se negam. Porque vai uma ouvidoria pra lá ou porque vai uma ouvidoria da CPP, da CDR ou de qualquer outra organização. Então, é por isso que a gente fez questão de falar aqui. Porque a audiência é pública, a instituição é pública, e a gente acha que todo mundo aqui tem o direito de falar. Se contrapor, enfrentar a violência política especialmente num ambiente dominado hoje... que é isso que a gente está vivendo. Está se evitando, não se fala em golpe. Ai, que pessoa problemática, né? Falar em golpe. Não! Nós estamos vivendo o horror da intervenção; que a intervenção se alastra do Rio de Janeiro para o país. E a gente fica incomodado sim. E não é porque a gente participa, dialoga que a gente vai influenciar, que a presença da gente nas reuniões... Misericórdia! Ave-Maria! Esses cão não traz pra reunião não que vai impedir que as comunidades aceite as propostas inacreditáveis que comparecem. As lideranças, as populações se negam a aceitar, porque é impossível aceitar, ficar de joelhos para os capitalistas. É impossível ficar de joelho pra casa grande. É impossível você aceitar uma proposta que vai lhe levar à morte coletiva. Não é porque a gente vem pras audiências e acompanha os movimentos não. Então isso é preciso ser falado porque se faz todo tipo de manobra. A gente quer falar... todo tipo! Chega fica feio. Então, é importante porque é instituição pública. E é importante que a pessoas ser vivo a

pedagogia do constrangimento. Então, eu gostaria de dizer agora depois dessa rápida roupa lavada, né? Eu gostaria de dizer que por decisão... (ó, que o negócio está pegando.) (risos)

É importante aqui que a gente reitere o que foi decidido aqui. Primeiro, que fique gravado que a CEPROMI não está impedida de fazer as políticas, que o dinheiro aprovado desde 2012 do fundo de combate a pobreza, destinado a Rio dos Macacos, que isso vai acontecer. E aqui doutora Lívia, a senhora está aqui, o Ministério Público que acompanha toda essa situação pra gente é muito importante que esse documento seja encaminhado. E que as autoridades cumpra sua responsabilidade com Rio dos Macacos porque o que acontecer de exemplo com Rio dos Macacos pode incentivar as outras comunidades a não aceitar certas respostas que elas têm nos levado à morte. Então, por decisão da Comunidade, a batalha que está aqui sobre a mesa é pela titulação dos 104 hectares, do acesso as fontes e as águas para uso pacífico. A Comunidade não quer água pra fazer guerra; a Comunidade não quer água pra abastecer navio que vem do fim do mundo; abastecendo, enriquecendo os mais ricos e, deixando a miséria aí, muitas vezes como ia, acontecer com o navio Golden Miller, dia 17 de dezembro de 2013, que quase bota a Ilha de Maré nos ares, 12 mil pessoas. Não é pra esse fim que a Comunidade quer a água, e não é porque a Ouvidoria da Defensoria Pública, ou qualquer outro órgão, ou às Assessorias Populares se colocam, não é por isso que a Comunidade não aceita as propostas vergonhosas, não. É porque elas sabem, foram elas que nos ensinaram a lutar.

Uma outra coisa é que nós entendemos que as vias de acesso independente pra Comunidade, elas são decisivas pra conter o conflito que está estabelecido. E nós vimos, de forma irresponsável, como a obra que foi gasto e, feito pelo Exército Brasileiro, foi desfeita e se jogou com uma retroescavadeira, se desmanchou uma obra de terraplanagem pra não possibilitar a passagem. Se a gente quisesse levar a termo mesmo, quem fez isso teria que responder. Como é que uma obra de terraplanagem já quase pronta, ela foi toda escavacada de novo pra que nenhum quilombola pudesse mais passar. Não! A gente não vai fechar os olhos, ser omissa e bater palmas para os horrores. Obviamente que as pessoas dão um jeito mesmo: Deixa ver se esse povo desiste de falar. Nós não vamos desistir de falar. E nós não vamos esconder nossa cara. A gente não precisa, inclusive, estando em qualquer espaço formal, institucional ou fora dele. A gente vai falar, que aí não depende de onde a gente vem. A gente vai falar.

Então, o outro ponto é a revisão dos limites da demarcação do território quilombola. A gente está fazendo questão de repetir aqui a pauta política. A pauta reivindicatória de Rio dos Macacos que foi lida e dita aqui por doutor Carlos Eduardo Chaves, e pelas lideranças de Rio dos Macacos.; e pelo defensor da DPU. Porque isso pra gente é importante, tem que ficar aí gravado. Esse roteiro, nós trouxemos, nós espalhamos esse relise aí com todos os jornalistas que estavam porque pra gente não é a nossa vontade. A gente não acorda entediados. Não! A gente vai dificultar o caminho daquelas pessoas boas que querem o melhor pra Rio dos Macacos. Não é isso não. A gente está falando de um grupo que foi tratado de forma inadequada, absurda, pelo Estado brasileiro que foi desrespeitado, e que conseguiu 7 anos depois chegar nessa audiência. E se contarmos da decisão do juiz federal, nós estamos aqui depois de 10 anos. São 10 anos que a gente tá enfrentando aqui nessa sala; e muito constrangimento institucional, muita vergonha para as instituições. Pra aqueles que ficaram aqui se encolhendo e dizendo: Não! Nós não podemos por isso, isso e isso. Instituições que vergonhosamente apresentaram relatórios falando da inviabilidade de instalar os serviços em Rio dos Macacos. E que hoje as próprias pessoas, as instituições, e a gente discute instituições porque a gente não está aqui pra atacar nenhuma pessoa. O nosso debate é político, nosso debate não é pessoal. Nosso debate é político. E desfazer na cabeça de servidores públicos de que eles não cumpram o papel nefasto e vergonhoso de servir ao poder, aos senhores do capital. Que se sintam servidores públicos pra servir à nação, e é esse o tipo de constrangimento que a gente vive. Por isso que Rios dos

Macacos é um caso emblemático. Mas aqui tem diversas outras comunidades esmagadas por esse tipo de omissão: aqui está Quigoma; aqui está Tororó; aqui está são Francisco Paraguaçu; aqui está Iguape; aqui está Conceição de Margaridas; aqui tem diversas. Todas expostas à omissão. Há pessoas que querem servir a um capital que não respeitam ninguém, não respeita nada. É isso que está em jogo. Então, obviamente que não é pra gente falar. Obviamente que um sistema desse precisa de pessoas mansas, bastante mansas. E nós não somos pessoas mansas. A gente não foi para os lugares onde nós estamos para nos omiti-los, pra ficar escondido atrás da mesa; pra fazer guerra de papel com o direito e a vida das pessoas. Pra gente tem outro sentido. Então acho que é importante, corajoso. O MPF chamou essa audiência, construída com muitas dificuldades, com o trabalho de organizações que acreditam efetivamente que as instituições precisam funcionar. É isso que nós acreditamos.

Então, além disso, nós em um respeito em uma pauta que é da Comunidade, a questão da construção das casas, ela precisa acontecer. São esses 5 pontos. Está aqui a revisão dos limites da demarcação do território porque não é possível. O próprio doutor Luciano reestabeleceu o diálogo aqui na mesa, dizendo que não vamos fazer casuísmo em torno de um ajuste de uma obra de engenharia, pra não respeitar o que a Comunidade está se colocando. A dificuldade quando as pessoas estão discutindo com a gente. Formado em movimento, na luta, que acredita na coletividade. É que a gente não tem coletivamente um patrão pra alguém dizer: Cale a boca! Vá devagar, senão eu vou falar com fulano que domina a sua cabeça pra você parar. Nós somos pessoas com autonomia política. Nós somos pessoas que acreditamos na luta, e no direito da população de se levantar frente à brutalidade do capital. E nós sabemos também que o direito é menos a lei e mais o jogo perverso político daqueles que tem poder. É pra isso! Nós fomos para as Ouvidorias Externas, e estamos falando num tom bem alto de que sem Ouvidoria Externa não há democracia na Justiça. A gente veio pra esse espaço porque nós entendemos, e nós cansamos de perder. O que obviamente o principal agressor do nosso povo é o Estado e os empresários acordoados com o Estado, né? Nós sabemos disso. (aplausos)

Então, doutor Leandro, a insistência em falar é porque a audiência é pública, a instituição é pública, e todo mundo na audiência tem direito de falar.

Participante 9: Eu só gostaria de fazer um registro muito rápido aqui, muito, muito rápido. Eu acho que a forma como o senhor comandante saiu daqui, dizendo que simplesmente não vai fazer as coisas nós abordamos aqui. E ainda colocando a criminalização da Comunidade. Porque quando ele saiu daqui dizendo que tem um problema de segurança, ele está dizendo que as pessoas da Comunidade estão acoitadas com criminosos que vão cometer crimes na barragem. Segurança é um dever do Estado, e um direito dessa comunidade também. Então, a segurança da barragem passa pela segurança da Comunidade dos Rios dos Macacos que é um dever do Estado também. Agora vir aqui com um discurso de que abrir a barragem pra Comunidade é abrir pra criminalidade, o que que ele está querendo dizer com isso? Essa comunidade é de criminosos? Essa Comunidade está acoitada com criminosos que vão ter acesso à barragem? Porque a Comunidade precisa do acesso à água? Eu acho que esse tipo de discurso não justifica e assim, é muito ruim que o Ministério da Defesa não esteja aqui porque aqui foi colocado abertamente que o Ministério da Defesa que não permite a entrada de material de construção; não permite que as políticas públicas entrem na Comunidade. Eu acho que fica aqui pro Ministério Público Federal, você falou muito bem. Aliás, ele mesmo disse, o vice Procurador Geral da República estava aqui nessa mesa. E eu acho que isso precisa ser levado em consideração, ser levado em respeito. Nós vamos precisar agir desse modo. Como terminou essa audiência, eu acho que a gente não vai conseguir avançar se alguma medida enérgica não for tomada aí pra gente estabelecer o mínimo de respeito, de um diálogo, e de um equilíbrio de forças nessa batalha que a gente está vivenciando aqui a 10 anos como Vilma colocou. Obrigado, doutor Leandro.

Dr. Leandro: Eu agradeço a presença de todos, a colaboração de todos, e todas as declarações que foram ditas aqui serão cobradas ás autoridades do INCRA, a CEPROMI. E eu manterei contato com o doutor Luciano que se disponibilizou lá de Brasília. Também agradeço e, contribuiu muito para a Audiência Pública, e a equipe também do gabinete (?).

Rosemeire: Doutor Leandro... Rapidinho! A gente quer segurança pra chegar na Comunidade porque esse comandante, foi falado pra Comunidade que o Ministro da Defesa ia estar presente nessa audiência. O chefe de gabinete do ministro da defesa, se foi aquela pessoa que se representou dentro da Comunidade, que estava andando com a Marinha lá dentro da Comunidade ontem, se for aquele rapaz que é o chefe de gabinete do Ministério da Defesa, porque ele não sentou nessa mesa, no lugar do Comandante? Então assim, a gente quer chegar na Comunidade com segurança, e qualquer coisa eu gostaria de falar no telefone desse negócio aí. A gente quer chegar na Comunidade com segurança porque a gente sabe quem é o Comandante, e bem sabe quem é a Comunidade. Porque em mesa de reunião ele fala uma coisa, e na Comunidade é completamente outra. Em questão de violência, de tudo. Então assim, da maneira que ele colocou em questão da Comunidade, agredindo a Comunidade aqui, e falou que a gente é criminoso. Que as palavras que ele colocou ali na mesa foi sobre isso ai. A gente espera que o Ministério Público Federal, que faça o trabalho deles. Não é eu estou desfazendo do Ministério Público Federal. Mas eu estou colocando aqui que precisa um pouco mais. São vidas que está em risco. Não é de agora que a gente denuncia nessa casa em questão das violências. E mais uma violência ele colocou aí na mesa, e está gravado. Está gravado! Qualquer coisa que acontecer em questão de qualquer uma pessoa da Comunidade, todos os órgãos do governo tem a sua irresponsabilidade. Porque o que aconteceu com Binho, antes de Binho ser assassinado, ele pediu socorro. Ele pediu socorro, e esse socorro não chegou. E essa casa aqui está esperando mais um quilombola ser assassinado tanto na Comunidade como em outra comunidade. Porque é o que eles podem fazer. O delegado falou com a gente e não muda nada. Mas aí, a casa fica com os braços cruzados. A gente precisa em questão dessa segurança, e é um dever de cada um de vocês que está aqui. A gente não está baixando a cabeça, nem pedindo de joelho não. É um dever, em questão dessa segurança, e é vida que está em risco. É vida que está em jogo. Em todo momento a gente tem, senta na mesa de negociação com a faca na garganta, sendo ameaçado. Porque o chefe de gabinete, o Ministro da Defesa não sentou na mesa? Porque quando eu vi o Comandante na mesa, eu tive certeza, eu tive certeza que ia acontecer isso que aconteceu hoje. Se levantar e sair. É isso que ele faz. E destruir cada vez mais. Em questão do esgoto dentro do rio e dentro da barragem, a gente pede à casa que chame o IBAMA e faça uma grande investigação lá dentro da Comunidade em questão desse esgoto. E o grande pinicão que está jogando as fezes dentro do rio, destruindo as nossas vidas. Como é que a gente sabe que a gente vai morrer em questão de vários tipos de doenças. A gente é obrigado comer aqueles peixes. A gente é obrigado. Essa casa, a gente está pedindo também uma investigação, que saia esse encaminhamento: investigar onde é que joga as fezes. Todo o esgoto que vem da Vila Naval; que o senhor vai ver se não vai cair dentro da barragem, que vai cair dentro do rio. Destruindo não só a Comunidade não, como falou aí. É todas as comunidades que estão ali em volta. Todas as comunidades que usa a água da Bahia de Aratú. Todas! Entendeu? Então assim, não é só nós que está em risco, não é. E eu espero que vocês faz o trabalho de vocês porque essas casas têm que sair, essa estrada tem que sair.

A água é um direito de todos! E eu não aceito ouvir em mais uma audiência pra sair em questão de encaminhação de como já teve outra que nada foi feito. A gente espera que essa casa se levante. A gente vai perder mais vidas como já perdeu? A gente não pode perder mais vidas como já perdeu. Ele falou que já perdeu muito. Ele perdeu o quê? Ele tinha que colocar o que foi que ele perdeu. Eles destruíram as nossas vidas! Eles destruíram as nossas vidas! Assassinato que a Marinha assassinou nosso povo lá dentro. As 104 não saiu no Diário Oficial não. Teve várias

vidas. Teve pessoas cortadas dentro do território. E essa casa aqui sabe como foi o processo de 104. O processo de 104! Isso foram pessoas de dentro da área. Que eles falam que ficou pra eles. E ameaçando aquelas vidas. A gente não pode brincar com nossas vidas. Que vida vai, mas não volta. E eu espero que o Ministério Público aja sobre isso aí. Eu espero! Porque eles são Marinha, usam a farda, eles podem destruir a nação? Eles estão aí é pra defender a nação, não é pra destruir. A gente paga o salário deles, a gente paga o salário deles. Não é pra eles comprar bala pra matar nosso povo, da maneira como eles estão fazendo. As pessoas que colocam lá dentro (?). Não existe isso! Tanto o salário deles que a gente paga como cada um de vocês que está aqui. Não é pra destruir as nossas vidas nas comunidades! A gente pede essa casa como sempre! Que aja! Porque se não a gente vai pegar os corpos que tiver na Comunidade ou fora da Comunidade que seja assassinado pra trazer pra aqui pro Ministério Público. (aplausos)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-BA-00022941/2018 CARTA**

Signatário(a): **JOSE LUCIANO CERQUEIRA LIMA RIBEIRO**
Data e Hora: **19/04/2018 18:27:42**
Certificado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 35EB86DB.1B25C772.FBA51B36.A91E3B14

Audiência Pública – Comunidade Quilombola Rio dos Macacos

Dr. Leandro: Inicialmente queria agradecer a presença de vocês aqui nesta Audiência Pública. A Audiência Pública é um instrumento previsto na lei complementar que rege o Ministério Público nas resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e, tem por objetivo colher informações, ouvir a comunidade aqui interessada que é a comunidade Quilombola Rio dos Macacos. Colher soluções e sugestões de todos os Órgãos e atores envolvidos nesse longo procedimento que é a questão do debate, dos direitos inerentes à Comunidade Quilombola. Queria também registrar que o Supremo Tribunal Federal recentemente julgou constitucional o decreto que regulamenta o procedimento de titulação da Comunidade, ou seja, uma vitória considerada para comunidade é um... Fevereiro, esse julgamento – 10 a 1 – o que expressa a maioria! E queria também aqui registrar um agradecimento a todos os órgãos que tiveram a iniciativa de comparecer: a Advocacia da União, a Defensoria Pública da União, a Sexta Câmara de Coordenação do Ministério Público na pessoa doutor Luciano Maia, nosso coordenador; o Doutor Walter Cláudio, Doutor Gustavo e, também do Comando da Marinha presente, da Secretaria do Patrimônio da União, da Universidade Federal da Bahia, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Articulação Social, Fundação Cultural Palmares, o ATR também, e demais órgãos que estão diretamente ou indiretamente relacionados a esse... Esse Inquérito Civil é um Inquérito de 2011, em que a atuação da Defensoria Pública com o Ministério Público, a SPU e demais órgãos estão sempre em convergência para encontrar soluções que atenda os direitos da Comunidade Quilombola.

Autoridade mulher: Com a chegada da Procuradora Chefe Substituta, eu gostaria de convidar algumas autoridades presentes para poder ocupar alguns lugares na mesa. Então, gostaria de convidar o Coordenador da Sexta Câmera de Coordenação e Revisão da MPF, Sr. Luciano Mariz Maia; gostaria de convidar as representantes da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, Sra. Rosemeire dos Santos Silva e sra. Olinda Oliveira dos Santos. Gostaria de convidar também o Carlos Eduardo Chaves, que é representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais para se posicionar ao lado das representantes da Comunidade; a Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a sra. Fabiana Galera Severo; o Defensor Público Federal Átila Ribeiro Dias, procurador-chefe da União do Estado da Bahia, Reinaldo de Souza Couto Filho; capitão Di Mare Guerra, Marcus Vinicius de Castro Loureiro, comandante da Base Naval de Aratu; e o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia o Sr. Júlio César de Sá Rocha.

Dr. Leandro: Presente aqui na Audiência Pública, e a gente tem aqui a presença da procuradora-chefe do Ministério Público Federal aqui na Bahia, demais autoridades também que compõe a mesa e, conforme previsão no edital, que foi publicado na Audiência, previamente houve uma lista de inscritos na internet, não prejudica que eventuais pessoas que sejam imprescindíveis aos esclarecimentos e sugestões que possam contribuir para a solução dos problemas referentes ao Inquérito Civil e Público, sejam facultadas as respectivas falas e direito à palavra, né? Inicialmente eu gostaria de passar a palavra para o Comando da Marinha que poderá aqui expressar algumas colocações sobre um ponto que é fundamental entre a Comunidade e a própria... o Comando da Base Naval, que é a questão do acesso a água. Queria que excelentíssimo comandante colocasse as expressões e as colocações na revisão da Marinha.

Dr. Luciano: Boa tarde! Antes de passar pro Comandante e, já fazer com que ele abra com essas palavras, parece que a doutora Vanessa vai precisar sair, não sei se quer fazer uma saudação e sair, pra não ficar aqui nesse momento... E, em seguida, eu queria dar uma palavrinha de saudação antes do doutor... antes do Comandante... pode ser comandante? Eu agradeço muito, doutora Vanessa, então.

Dra. Vanessa: Boa tarde a todos! Peço desculpas pela voz, estou muito gripada. Eu vim apenas para saudá-los, agradecer a presença de todos, desejar que esta tarde seja uma tarde muito frutífera, de bons resultados, de bons acordos, de resolução de questões, colocar a casa aqui a disposição de todos. Essa Audiência Pública vai ser muito bem conduzida pelo doutor Leandro e pelo doutor Luciano e, os demais presentes na mesa. E, mais uma vez, eu agradeço a presença de todos. Aproveito e convido o Superintendente Regional de Estudo Nacional de Colonização Reforma Agrária do INCRA, Doutor Giusepe para poder compor aqui a mesa no meu... já que vai vagar um lugar com a minha saída. E doutor Luciano... se quiser já pode vim aqui, eu já estou... de licença... E bons trabalhos a todos.

Dr. Luciano: Boa tarde! Eu quero começar agradecendo ao colega Leandro, a doutora Vanessa e todos os demais servidores e colegas da Procuradoria que permitiram que isso acontecesse. Eu quero agradecer a vinda de todos e cada um da Comunidade. São muitos anos de luta, muita esperança, muita dor, muito sofrimento, mas muitas alegrias também. Hoje, mais uma vez, é um espaço de realização da esperança e do encontro. Eu celebro e agradeço cada um de vocês terem vindo aqui. Agradeço muito a vinda do Comandante. Ele tem muitas responsabilidades, tem muitos encargos, muitos deveres no seu cotidiano. E ele reservou tempo pra conversar com a sua equipe, trouxe toda sua equipe aqui para demonstrar a seriedade do propósito de sua vinda, para demostrar o zelo que tem no trato da questão. E, vieram também muitas outras pessoas de Brasília, do INCRA, do Ministério da Defesa, da Advocacia Geral da União. Pessoas que tem sob sua responsabilidade muitas obrigações de respeitar a lei e, muitos limites também no espaço de atuação da lei.

O que eu quero celebrar com a presença de todos que estão aqui: a doutora Fabiana que está com o Presidente do Conselho Nacional de Direitos humanos; o INCRA que está aqui; a Fundação Cultural Palmares que está aqui; o doutor Átila que é um grande parceiro de luta também está aqui; o procurador-chefe da Advocacia-Geral da União aqui na Bahia; meu colega Walter Rothenburg que veio de São Paulo; Gustavo Alcântara... Esse é o momento em que numa Audiência Pública nós nos colocamos pra ouvir, ouvir as autoridades pra dizer como elas podem se expressar a respeito das questões que têm em frente e, ao mesmo tempo, ouvir a Comunidade para que a Comunidade possa expressar como tem sido a dificuldade do seu cotidiano. Graças ao trabalho de vocês, da luta de vocês, da coragem de vocês, muito já foi feito. Há muito por fazer também, mas é preciso aprender a comemorar, a celebrar os avanços que são obtidos. Então, é nesse, nesse espírito de abrirmos para possibilidades de encontros, abrirmos para a possibilidade de realização em que nós agradecemos a confiança que cada um tem na força do diálogo; a confiança que cada um tem na capacidade de falar a sua verdade e, ouvir a verdade do outro e, nesse sentido, as verdades caminhando lado a lado, nós conseguimos construir justiça nas nossas relações. Então, com essa pequena introdução eu terei muita alegria em ouvir o Comandante que terá muito a nos dizer.

Comandante da Marinha: Bem! Boa tarde a todos! E, agradeço as palavras do senhor, no sentido de que a gente consiga efetivamente por meio do diálogo, efetivamente, chegar a um denominador comum, chegar à resolução de... vamos colocar entre aspas "um problema que se arrasta há mais de 8 anos". Bem! A Marinha se põe aqui na presença do Comandante da Base no

intuito de tentar dialogar e conseguir, dentro deste diálogo, uma possibilidade de um acordo que a gente vem ao longo dos anos, iniciando alguma coisa e, retornando à estaca zero, logo em seguida. Iniciando algum tipo de aproximação e, retornando à estaca zero, logo em seguida. Então, ao longo dos anos, a gente vem correndo em círculos e, não chegando à evolução nenhuma em cima desse problema. A gente já teve uma negociação passada, chegou-se ao (?) e atualmente nas proximidades, ali. Provavelmente a portaria do INCRA, voltando até pra titulação. Bem! A terra será dos senhores e senhoras, todos aqui presentes, será delimitada... e perfeito. Assim como a terra delimitada para a União ficará para a Marinha. Então, a Marinha só quer a solução dessa contenda pra poder prover a segurança do seu pessoal. Nós temos 514 residências lá dentro e, uma área que foi construída pela Marinha que é a barragem Rio dos Macacos. A Marinha construiu porque na época Salvador não tinha uma empresa, a Embasa, com tamanha capacidade pra atender a demanda de água que a segunda maior Base Industrial da Marinha precisava. Então, a Marinha construiu a barragem do Rio dos Macacos para poder abastecer de água 101 residências. Todo este complexo industrial que eu acabei de falar, que é o segundo maior do Brasil, nós temos o maior dique do Norte-Nordeste, até que o Enseada Paraguaçu construa o dele, o nosso será o maior! Então, nós temos uma demanda de navios e atracações, tanto da esquadra quanto navios desquitais, que consomem essa água após o tratamento executado lá dentro da Base Naval. Porque a água da barragem, ela tem um nível de oxigenação muito baixo, inclusive, influenciando uma série de características que eu prefiro, inicialmente, nessas palavras iniciais, no caso, me abster de pontuar. Mas... então, a importância estratégica desta barragem pra Marinha é essa. São... um cálculo de 2015, 10 milhões e oitocentos mil reais, por ano, em conta de água economizados por causa da existência da Barragem. A manutenção anual da Barragem custa R$170.000 reais. Então, meu técnico em barragens, encostado ali na porta, que pode falar todo tipo de obra que é executado, todo tipo de legislação de certificação que a gente tem que apresentar todo ano ao INEMA. Só a manutenção anual da barragem custa R$170,000 reais pra que mantenha, aqui, a segurança de todos nós. Então, a importância estratégica desta barragem pra Marinha é essa. A gente tem todo um viés de preocupação com a parte de abastecimento de todo esse complexo industrial.

Dr. Luciano: Muito obrigado comandante. Na previsão daqui, da... Qual é a que se seguiria? Talvez você possa...

Dr. Leandro: Gostaria de convidar à mesa o doutor Rogério Arantes que é Diretor de Ordenamento de Estrutura Fundiária do INCRA, representando. E gostaria também posteriormente de facultar a palavra ao Defensor Público da União, doutor Átila Dias.

Dr. Rogério: Boa tarde a todos! Agradecer a presença de todos. Eu acredito que essa Audiência Pública... nós já tivemos algumas e, o objetivo é justamente sair daqui para uma solução, em relação aos problemas que são passados pela Comunidade. Gostaria de saber, do nosso principal questionamento, é a cerca, da questão do acesso à Barragem, para acesso a água. Quero saber por parte da Marinha se haveria alguma proposta intermediária para a questão da possibilidade de acesso as águas por parte da Marinha.

Comandante da Marinha: Bem! Eu tenho a autorização pelo meu Almirante, o Vice-Almirante Almir Garnier Santos, Comandante de Segundo Distrito Naval, responsável por toda essa região. A autorização de efetuar uma proposta de utilização, de certo modo, compartilhado, colocando um portão próximo à barragem, efetivamente, no muro já construído e com a segurança necessária para todo o pessoal, para as 514 residências existentes dentro da Vila Naval da Barragem. E, tentando acesso lá, efetivamente, já que tem uma demanda da Comunidade em todas as últimas reuniões. Pelo menos, todos os documentos que eu recebi e li, no passado, que a demanda da

comunidade referente à Barragem Rios dos Macacos era: Acesso à água para pesca e, acesso a água para os ritos de matizes afrodescendentes.

Bem! Aquelas pessoas que tiverem efetivamente algum cadastro e alguma entidade de pesca e, apresentarem essa documentação, poderão ter acesso e aqueles que efetivamente se encaminharem em vista com a certeza e afirmação que são de religiões afrodescendentes, que vão fazer as atividades religiosas nas gameleiras brancas, também serão permitidos a entrada.

Dr. Luciano: Talvez pudéssemos então, agora, fazer o seguinte... Eu gostaria de ouvir a dona Rosemeire... pra que ela passa então mencionar quais são, na perspectiva da comunidade, as necessidades que a comunidade enfrenta. E gostaria de ouvir o INCRA, para também mencionar em que ponto estamos em termo de titulação, pra em seguida tentarmos identificar quais são os pontos de divergência e, tentarmos construir uma solução objetiva em cima desses pontos de divergência. Então... Rosemeire? Por favor, alguém leve o microfone pra Rosemeire.

Rosemeire: Boa tarde a todos e a todas! Primeiro os mais velhos. Assim, escutar uma fala que já aconteceu quando eu tinha a idade de 7 anos, nessa mesa que se repetiu, hoje, eu tenho 39 anos. É, é difícil, doutor Luciano, responder algumas coisas, sabe? Porque eu sou uma das pessoas que sabe o que é a dor de perda em questão de violência, em questão do Governo Federal, que a Marinha de Guerra do Brasil representa o Governo Federal. Infelizmente tem alguns militares que usa essa farda para destruir a nação. Então, assim, é difícil ouvir essa fala, aqui, de, em questão de portão que já aconteceu, o portão, em cima da barragem retirando a ida e vinda da comunidade, retirando todos os direitos que a comunidade tem. Com 2 homens com fuzil na mão, espancando criança e, adolescente, toda geração. E eu sou uma dessas criança que foi espancada ali. Se existe a máquina da verdade como a gente vê na televisão, é bom colocar cada um de nós para ver quem tá falando a verdade, né? (aplausos)

A gente sabe, a Marinha de Guerra do Brasil sabe, todos os comandantes que passou pela Base Naval sabe o que foi que acontece lá dentro do Quilombo, o que está acontecendo em questão de violência. Então, assim, a gente não pode permitir esse portão colocar, de novo, pra mulheres serem estupradas, como já aconteceu ali em cima, tá? E vários tipos de violências aconteceu alí só porque a gente ia pegar água. A gente não pode aceitar em questão daquele muro que vai destruir a nossa comunidade, as nossas vidas completamente. Eu quero ser o defunto, mas eu não vou pegar na alça do caixão de um das minhas filhas e nenhum do meu povo, dentro da Comunidade. Não vou! Que isso já aconteceu. E a gente sabe que aconteceu e, você Comandante, sabe muito bem o que já aconteceu ali dentro e, está acontecendo tanto dentro do Quilombo como fora e dentro da Vila. Então, assim, é difícil ouvir essa fala em questão do muro, porque a gente não é contra o muro, a gente é contra a maneira que o muro vai ser feito. A gente pode aceitar esse portão colocando do outro lado e, a gente não quer o domínio da Barragem. A gente quer o uso compartilhado da água. E aí, e assim, você falou certo. Que aquela barragem ali foi feita, a Marinha que fez a barragem, mas a Marinha fez a barragem usando nossos pais trabalhar como escravo para poder carregar aquelas pedra, ali, pra poder fazer aquela barragem; falando que vai dar água a Comunidade. E o subúrbio de Salvador e, existe documento falando sobre isso. E o Subúrbio não acha aquela água de jeito nenhum. E a Vila não usa aquela água. Aquela água vai pra base.

Em questão do concerto da barragem, aquela barra, ali, foi muitos anos abandonada. A gente pediu ajuda ao Ministério Público em questão do abandono da Barragem. A água da gente estava indo embora, os peixes... Várias vezes a gente ficou sem peixe, ali. Foi tudo destruído pra Comunidade ter o alimento pra botar na mesa. Em pouco tempo acontecer isso de novo. Então, assim, é como eu já falei. A gente não é contra o muro, a gente é contra a maneira que o muro vai

ser feito. E, a gente quer ser o defunto, mas não vai pegar na alça do caixão dos nossos filhos, que a gente sabe que tem uma máquina de moer gente e, é o nosso povo preto, não é os brancos. Em questão da demarcação, a demarcação, a Marinha fez a demarcação sem conversar com a Comunidade. A gente queremos a 104, a gente não é contra a 104. A única coisa que a gente é contra, aí, como foi que aconteceu a demarcação. Que a marinha demarcou nosso território, entregou pro INCRA só pra botar o piquete. E o INCRA que tinha que fazer esse trabalho. (aplausos)

Eles não estão tirando só o Rio dos Macacos, está tirando toda a nascente do Quilombo e, toda a área de fonte histórica do território. Então assim, eles mandaram um aviso, o Quilombo morrer, porque a gente vai ficar sem água completamente. A gente queremos uma água da Embasa, porque é um direito que a gente tem, cada um de nós. E aí, a gente vai pagar as contas e, é um dever do Governo colocar água da Embasa lá dentro. E não é dessa maneira, aqui, que a gente vai pagar. E eles vão pagar o que a gente já perdeu. Que a gente perdeu muito, não só em questão da Comunidade, é em questão das vidas. Em questão das vidas! Então, a gente pede pra, é... corrigindo em questão da demarcação, olhar ponto por ponto, estar entrando em roça, tirando as áreas de fonte importante pra Comunidade. A maneira que o muro está vindo lá do lado de dona Maria, que vai passar em frente à porta de dona Maria, tirando árvore história da Comunidade. Então assim, a gente precisa rever mais rápido possível. Em questão da estrada, a estrada é carta de alforria da Comunidade, as duas vias. Não é bem uma estrada, gente. É uma saída, é uma saída. Que o Exército abandonou a estrada só porque a Marinha ia passar o muro tirando toda a água da Comunidade. E, em nenhum momento sentou com a Comunidade pra ver qual é o ponto importante da Comunidade ou não. Em nenhum momento, uma decisão entre Governo.

Dr. Luciano: Rose? Posso ouvir agora o INCRA?

Rosemeire: Depois retorna, né?

Dr. Luciano: Depois retorna, sim. Exatamente, depois retorna. Depois eu quero, por assim dizer, contextualizar a fala de Rose. Ela é uma moça de muita coragem, muita coragem. Jovem! Tem trinta e poucos anos, de muita coragem. Ela não tem uma instituição como eu tenho por atrás de mim, ela não tem um salário que cai na conta e, garante a subsistência dela; ela sai da sua casa para lutar por si, pelas pessoas em redor e, pelas futuras gerações. Não está preocupada só com ela. Ela está disposta a enfrentar a vida nessa luta, atuava como vocês aqui também. Ao mesmo tempo, o Comandante fez aqui algumas colocações, expressando que não é uma questão dele não querer, é uma questão dele considerar, na posição dele, que ele precisa estabelecer certas garantias pra própria comunidade também que ele tem que defender. A comunidade das pessoas que confiam a ele a segurança e também o papel do trabalho que ele desempenha como comandante da daquela unidade. É por isso que, de uma certa forma, é possível ajustar as coisas como estão sendo feitas.

Eu, ontem, caminhei um pouco, muito pouco, mas caminhei um pouco na casa de Dona Maria, circulei até algumas áreas onde tem olhos d'água, que, em redor, tem algumas árvores cortadas, uns bambus cortados de fogo ateado. Sem valorizar aquele olho d'água e, é importante para a preservação dos Mananciais e, é possível, sim, fazer um pequeno ajuste. O INCRA pode fazer isso, porque esse olho d'água, por exemplo, não, não teria nenhuma serventia pra Vila Militar, nem para a Unidade Militar. E muita serventia para a Comunidade, muita serventia para a Comunidade. É, retificar rapidamente pra afastar um pouco a linha pretendida por um muro e, salvar lá gameleira branca, importante. Eu ouvi ontem uma informação interessante. Os nossos espíritos não são enterrados e, a gente passa por cima como se não existissem, eles nos

acompanham. A crença, esses lugares de celebração, são importantes para alguém que tem uma crença. Expressar respeito pelas suas divindades, é algo muito importante, ou seja, por que o que eu estou querendo mencionar é que é possível, chegando no detalhe afastando, para cá, um pouquinho, fazer a acomodação que o Comandante quer, com a necessidade que a Comunidade expressa. Como ela diz, nós não somos contra o muro, ela diz. Nós somos contra essa linha reta cortante que tá sendo prensada pro muro, que não está levando em conta a necessidade da gente. Ela mencionou isso. O Comandante abriu um espaço importante, mencionando àqueles que tiverem atividade de pesca e, àqueles que tiverem atividades religiosas, podem ter acesso pra fazer isso. O que eu iria apenas ponderar para o Comandante, sei que não haverá dificuldades quanto a isso é que comunidade tem o direito decorrente da própria lei, de definir ela própria, isso. Ou seja, bastaria que alguém da Comunidade dissesse, alguém da Comunidade dissesse ao Comandante: Oh, Comandante, na nossa Comunidade, essas são as pessoas que realizam a atividade de pesca. Senhor Comandante, na nossa Comunidade, essas são as pessoas que realizam as atividades religiosas. E isso seria pra o Comandante o suficiente. Ninguém questiona se o Comandante tem autoridade pra dizer o que diz. Todos respeitam! E, o Comandante respeitaria também da Comunidade quem dissesse nossa Comunidade quem está falando por nós. É essa pessoa e, ela pode falar por nós. E assim que aprendendo a acreditar uns nos outros, nós passaremos a estabelecer o respeito para a convivência pacífica. É nesse sentido que ouvir o INCRA e o que o INCRA tem a dizer sobre como foi feito concretamente esse desenho e, essa planta e, a possibilidade de restaurar, no traçado, algumas linhas que respeitem esses olhos d'água, essas árvores ancestrais, esses espaços... E, na verdade, é como se diz: é a materialização concreta disso em campo e que é possível fazer e, é por isso que eu gosto de escutar o INCRA a respeito disso, aí.

INCRA: Boa tarde a todos! Boa tarde, Comunidade! Que bom! É uma Audiência Pública participativa. Quero agradecer aqui ao ENPF pelo convite... doutor Luciano. Quero agradecer também a recepção do doutor Átila que nos recebeu na Defensoria Pública, hoje. Quero registrar a presença, aqui, da equipe da Coordenação Quilombola de Brasília, doutor Antônio Oliveira; está aqui o José; está aqui o Miguel da Superintendência aqui de Goiás. E, principalmente, a presença do nosso Superintendente, né? A gente sabe a importância que a Superintendência dá a esse tema aqui na Bahia. E a gente fica muito feliz em poder compor essa equipe que veio de Brasília: está aqui a Maria Tereza; está aqui o Sálvio do Ministério da Defesa; está aqui a SEPIR. São vários órgãos que compõem essa comitiva no atendimento desse chamamento do NPF pra gente tentar dar um passo adiante, pra tentar resolver, pra tentar trazer pra essa Comunidade, tranquilidade, o sonho que é criado através do Programa Nacional Quilombola, né? Nós do INCRA, a parte que nos cabe é... em que pese a parceria, a gente não se omite de outras discussões. Mas as questões fundiárias, as questões do reconhecimento da Comunidade. Nós de forma bem séria entendemos da dificuldade que é se tocar um processo desse, a burocracia que é, as peças técnicas que são extensas e trabalhosas. Nós, graças a Deus, com bastante empenho, aqui, da Superintendência da Bahia, na pessoa do nosso Superintendente Josepe, avançamos. Estamos com as peças prontas, estamos com o trabalho de georeferenciamento, aí. Eu até me apoio na pessoa do nosso querido amigo Miguel que é quem trabalhou lá, que teve lá na área, que fez todo o trabalho de georeferenciamento da área, junto à Comunidade. Nesse sentido, a gente fica preocupado na questão de rever uma peça técnica, pois se demandou muito trabalho, muitos dias. O Miguel a campo, junto com toda a equipe da Superintendência. E esse trabalho foi feito, foi finalizado. É um trabalho técnico que quando se tem a conclusão dele, o encaminhamento é para o registro e a titularização. E isso está sendo feito e, a gente espera que com essa Audiência Pública, ao final, vamos estar celebrando um grande dia, comemorando um

grande dia de acordo e, de definição de um empasse que dura mais de 10 anos, já. E aí, a gente vai estar caminhando para o fechamento e pro fim dessa semana, dessa situação. Então, quando se diz rever um pouquinho pra cá, um pouquinho pra lá, a gente fica preocupado, doutor Luciano, por conta do trabalho que já foi executado em campo. Hoje, se tiver alguma situação de retirada do marco, o INCRA tem a capacidade de ir lá com os seus feitos, com os seus mapas e retomar exatamente o local aonde estava aquele marco, porque isso já está registrado nas cartas, já está registrado nos nossos sistemas. Então, essa discussão, eu entendo que ela é um pouco intempestiva por conta dessa situação. Claro, evidente, que num bom acordo, numa conversa, a gente pode, de repente, pode sim, poupar uma árvore, poupar uma situação que também não vai interferir diretamente nesse trabalho que já foi feito. Mas, mudar de forma radical qualquer situação, no sentido de delimitação, significa retroceder e voltar na estaca zero para um novo trabalho, um novo tudo, que foi feito até agora. Em relação ao título, é como eu já disse, estamos próximo do final para que a gente consiga titular, tanto a área da nossa Comunidade Quilombola quanto a área da Marinha. Isso é... em poucos dias, meses, a gente teria com decisão de concluir esse trabalho.

Então, eu queria deixar esse breve recado, aqui. E dizer que a gente veio de Brasília na esperança de voltar com um acordo, com uma decisão, com um ponto final nessa etapa da Comunidade. E, a gente quer voltar aqui pra entregar crédito. A gente quer voltar aqui pra poder ver as casas. Está aqui o representante da CEPROM que é do Governo do Estado, que não foi citado. Eu gostaria que também fosse lembrado porque é um parceiro, é um amigo, é quem vai estar, realmente, levando o desenvolvimento pra dentro da Comunidade: casa, unidade produtiva, água na torneira de cada um de vocês, através da companhia de abastecimento. Isso tudo é extremamente relevante. E o que INCRA, além de tudo, a partir de uma nota, que foi assinado pelo nosso Presidente Leonardo, no final de 2017. Inclui todos os quilombolas brasileiros no CIMPRA, que é pra estar atendendo com as políticas públicas que os assentados já são beneficiados. Já são crédito inicial, PRONAF, PRONERA, Terra Sol, tudo isso os nossos beneficiados do nosso programa Quilombola. A partir da assinatura deste documento do nosso presidente, no final de 2017, todos os quilombolas do Brasil podem ser inseridos no INCRA, no CIPRA e, a partir disso, acessarem as politicas públicas. Então, a gente ver que uma briga que pode demorar mais 5, 10 anos. Estará sendo contraprodutivo pra essas famílias que estão, lá, na ponta, aguardando realmente que o governo brasileiro consiga levar até eles um benefício, uma ação prática que é a promoção financeira da sua condição. Então, eu queria agradecer e, encerrar aqui minhas palavras. Muito obrigado.

Dr. Luciano: Doutor Rogério, obrigado. Dr. Carlos, o senhor quer falar? Eu depois quero ouvir o doutor Walter sobre esse assunto.

Dr. Carlos: Muito boa tarde a todas e a todos! Queria brevemente fazer uma saudação aqui à mesa. Na ausência da doutora Vanessa, fazer essa saudação em nome de doutor Luciano que muito esforço fez para que essa Audiência esteja acontecendo agora. Pouco diferente do que colocou agora a pouco o Comandante, eu acho que a gente tem avançado, sim. A gente saiu a muito dessa estaca zero. A própria audiência que está acontecendo aqui, hoje, é mais um avanço independentemente dos resultados que a gente tire daqui. Porque quando esse conflito começou a gente tinha ações judiciais acusando pessoas de serem invasores de uma certa área, de um território sob o domínio da União e, hoje, nós temos o Estado brasileiro reconhecendo uma comunidade quilombola com pelo menos a garantia, através da portaria que foi publicada, de 104 hectares, que esperamos que em breve sejam titulares.

A gente, eu acho que é importante a gente ter em vista aqui, pelo menos, uma pauta mínima para essa reunião de hoje, pra essa Audiência Pública. Que em conversas com a comunidade, eu acho que dá pra resumir em cinco pontos. Eu acho que o primeiro deles é a efetiva titulação desses 104 hectares que estão reconhecidos pela portaria declaratória enquanto território a ser titulado pela Comunidade para a comunidade. Porque a portaria, ela reconhece de acordo com o estudo que foi feito pelo INCRA uma área de 301 hectares. Então, na medida que essa portaria, ela coloca que vão ser titulados, a princípio, 104 hectares apenas. A gente não pode deixar de observar que já está vendo uma grande perda, aí. São aproximadamente dois terços do território que foi identificado no universo histórico que diz cerca de 900 hectares que a comunidade reivindicou apenas esses 301, por reconhecer que ali já existia uma Vila Militar instalada, diversos outros equipamentos públicos que a comunidade... eu acho que corretamente não investiu pra isso ser desapropriado pra fazer parte do seu território tradicional como historicamente foi identificado.

No segundo ponto, eu acho que já foi colocado aqui talvez seja o ponto mais polêmico aqui: essa questão do acesso ao Rio dos Macacos; que é o rio que corta o território da comunidade e, foi barrado após a chegada da Marinha ao território. Eu acho que a gente avança na medida em que há uma proposta aqui, mas acho que de acordo com a fala, inclusive, aqui, de Rosemeire, é preocupante essa situação de se murar esse acesso à água, com a presença de um portão. Até porque a gente vê um certo contrassenso, a gente tem avançado muito no sentido da garantia de evitar esse contato entre as pessoas que vivem no quilombo e as pessoas que vivem na Vila Naval. A gente sabe que os inúmeros problemas que já aconteceram, inclusive, recentes por conta desse acesso ao quilombo através da Vila Naval. E surge uma proposta de colocar mais um ponto de contato com essa questão do acesso a água, de um contato que sempre vem sendo conflituoso, embora a gente tenha tentado muito para pacificar essa questão ao longo desses anos. É uma proposta, eu acho que é um avanço, mas a gente precisa pensar isso, mas também com muito cuidado.

O terceiro ponto seria... e essa fala é mais dirigida ao representante do INCRA, que acabou de falar, é a revisão desses marcos. Eu queria falar um pouco sobre isso porque é uma situação que eu acredito que não envolva grandes investimentos em trabalho, mas é uma questão de realizar a questão de metros, talvez. Porque, hoje, se a gente chega lá no território e, faz uma visita a casa de dona Olinda, a gente vê que tem um marco fixado no que é o quintal da casa dela. Ou seja, como Rosemeire falou. Se for construído um muro ali, ao invés dos locais onde já existe uma divisão, já existe uma cerca ali, hoje, separando a Vila Naval da parte do território onde vive a família de dona Olinda. Mas, se for feito um outro traçado onde está aquele marco, dona Olinda, dona Maria, vão abrir a porta de casa e vão dar de cara com o muro. Então, é isso que a gente precisa que seja revisto. E, essa questão também que doutor Luciano colocou, que a poucos metros também da casa de dona Olinda tem uma fonte que é sagrada pra comunidade, que tem os seus usos culturais, tradicionais; que eu não sou a pessoa mais adequada aqui pra falar, mas que a comunidade pleiteia também que esteja dentro do território tradicional a ser titulado, porque até como o doutor Luciano bem colocou, é algo que nós não conseguimos enxergar de serventia pra Vila Naval ou pra Marinha.

Um outro ponto que aí toca também nessa questão que a gente está falando de construção do muro, são as vias independentes que foram interrompidas as obras. O Exército chegou a iniciar essas obras, mas a partir de quando surgiu esse impasse sobre murar o acesso ao rio, essas obras também foram interrompidas. Então, eu acho que pra evitar esse tipo de contato conflituoso ao que me referi agora pouco, eu acho que essas vias precisam ser urgentemente terminadas.

E, por fim, é o acesso às políticas públicas. A entrada de políticas básicas no território quilombola de Rio dos Macacos que são direitos de qualquer cidadão, independente, da sua origem quilombola ou não, que são as políticas de habitação, de acesso à água encanada, de saneamento. A energia elétrica chegou a pouco tempo lá. Mais uma vitória da comunidade, mas essa ligação precisa ser feita. E, essas pessoas também precisam de moradia digna pra poder receber esse serviço de água, de esgotamento sanitário, de eletricidade.

Então, eu acho que esses cinco pontos a gente precisa tratar aqui com bastante objetividade pra gente ver até que ponto a gente consegue avançar, aqui, hoje. E, voltando um pouco a esse tema da titulação do território, que nós agora a pouco, no dia 8 de fevereiro, o povo negro do Brasil, as Comunidades Quilombola tiveram uma grande vitória. O Supremo Tribunal Federal finalmente reconheceu a constitucionalidade do Decreto 4887. A gente tem, aí, o Artigo do Ato 68, do Ato das disposições constitucionais, transitória da Constituição. Essa Constituição já vai fazer trinta anos e, ainda se discute o cumprimento desse comando constitucional. A gente já deveria ter avançado muito mais, onde tem mais de 3000 comunidades, aí, a espera do acesso a esse direito constitucional. E até hoje se discutia a constitucionalidade desse decreto, ao invés de se fazer, efetivar esse direito. Mas, enfim, a gente tem que comemorar que isso está aí. E isso ai nos põe numa obrigação de dá efetividade de titulação a esse território. Nós tivemos também um outro grande avanço, nós temos avançado, sim. Finalmente foi finalizada a transferência dos imóveis que estava ainda sobre o domínio da Marinha, pra SPU. No dia 27 de dezembro do ano passado saiu a portaria da SPU reconhecendo o interesse público dessas duas áreas que compõe os 104 hectares a serem titulados pra Comunidade. Então, ao nosso ver, não existe mais nenhum office pra que... material, ou legal, pra que essa titulação seja feita em nome da Associação da Comunidade. Então, com essas palavras, com esses 5 pontos, aqui, que a gente elenca, eu queria passar a palavra, aqui, pro nosso colega, doutor Walter Cloudes pra fazer a sua intervenção.

Dr. Walter: Nós fomos hoje, de alguma maneira, surpreendidos com essa notícia de que há uma possibilidade de discussão de acesso da Comunidade à água. Eu acho que a surpresa foi tão impactante que ainda não deu tempo da ficha cair, da gente digerir isso. Não deu tempo da gente se indignar, se há motivos para indignação e, também não deu tempo pra gente comemorar, se há motivos pra comemoração. Todavia, merecesse ser destacada, aqui, mais uma capacidade de diálogo, de compreensão, de sensibilidade por parte das Forças Armadas, porque quem está nesse barco a mais tempo, sabe que o papo a uma semana atrás era completamente outro. A questão da água era um tabu, não dava pra conversar sobre a água, poxa vida. Hoje nós temos um registro oficial, nessa Audiência Pública, de que as Forças Armadas, o Comando da Marinha reconhece que a comunidade tem uma expectativa legítima com relação a esse acesso à água. A maneira como a gente vai implementar isso, pode ser um processo mais ou menos doloroso, mas isso fica registrado, aqui, oficialmente. Acho que pela dupla homenagem da capacidade de diálogo, de sensibilização das Forças Armadas; e também da capacidade de resistência, de luta da Comunidade porque se não fosse assim, esse dia não se estabeleceria. E sobre o ponto, sem querer polemizar demais, eu queria retomar o momento da fala do Carlos Eduardo que é o seguinte: a essa altura do campeonato, anos depois, nós adquirimos algumas pequenas convicções. Uma delas é que é absolutamente doloroso esse controle da Comunidade em relação do lugar onde ela mora. As histórias mais tristes são histórias que se localizam geograficamente na portaria. Quanta dor, quanta lágrima, quanto desconforto de ambos os lados, de todos os lados, aconteceu nessa maldita portaria; por justificativas em razões de segurança nacional, mas assim, não causa um pouco de perplexidade imaginar que poucas certezas do que deu errado e não deve ser reproduzido? Que nós, de alguma maneira, reproduzíssemos essa receita numa

segunda portaria? Claro que diferente, claro que pra um outro tipo de acesso, mas mais ou menos essa inquietação, né? Mais uma portaria, será que a gente consegue gerenciar isso? Será que a gente investe numa receita que tem contra si um passado cheio de fantasmas? E assim, muito tecnicamente, eu acho que há espaço pra gente discutir juridicamente a validade desses critérios, doutor Luciano, com tanta sensibilidade, já adiantando. Quer dizer, se um dos critérios é o acesso da comunidade por razões econômicas, recreativas que é a pesca, juridicamente, nós provavelmente não conseguiríamos sustentar que esse critério objetivamente fosse o critério do registro na colônia de pescadores, alguma coisa assim. Juridicamente, provavelmente essa opção seria uma opção inválida. Da mesma forma, uma espécie de relação das pessoas que participam de uma metafísica afrodescendente, né? Quer dizer, a construção de relação de pessoas que precisam externar qual é o seu credo, qual é a sua fé, é a de a muito tempo, já, no campo do direitos humanos, no campo do direito constitucional, considerada inválida. Então, já que a Marinha, com essa sensibilidade se adianta em propor inclusive critérios, do ponto de vista jurídico talvez nós tivéssemos espaço aqui pra discutir a validade jurídica desses critérios. Não sei se a doutora Fabiana iria... (aplausos)

Dr. Luciano: Doutora Fabiana, presidente do Conselho Nacional de Identidade; e depois, o professor Júlio... Já estava inscrito nesse, o doutor Júlio César da Rocha, diretora de Direito que com certeza respeitará as mulheres, primeiro.

Dr. Júlio: Só antes de passar a palavra pra doutra Fabiana, eu queria registrar aqui a presença dos membros do Ministério Público Estadual: doutora Lívia, doutora Márcia, também registrar a presença de representantes da Embasa.

Dra. Fabiana: Então, eu agradeço a todos que me deram essa oportunidade de fazer uso, aqui, da palavra, brevemente. Então, primeiramente, boa tarde a todas e a todos! É... É uma honra estar aqui nesse momento que acredito ser e, quero acreditar que seja o momento histórico mesmo para comunidade quilombola Rio dos Macacos. Estou aqui como representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Atualmente na função de Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos; represento a Defensoria Pública da União naquele Colegiado e, nessa condição, no exercício desse mandato, desde o ano passado, o Conselho se debruçou com bastante atenção na temática dos direitos dos povos quilombolas, dos povos, especialmente, dos povos quilombolas. Nós temos uma Comissão permanente, né? Que trata de povos indígenas, quilombolas, conflitos fundiários; e, no ano passado, fizemos várias missões, inclusive; e também trabalho de incidência diretamente lá no STF, em conjunto com a sociedade civil. O Conselho que é um órgão de participação social direta da sociedade civil e, portanto, traz esse valor tanto democrático quanto de controle social. E foi então que sempre, sempre cientes do problema que arrasta há décadas, aqui, em Rio dos Macacos. Nosso primeiro contato foi naquela Audiência Pública, promovida pela PFTC, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e, violência no campo. Mas esse assunto, né? Esse embrolho que não se resolve a tantos anos, aqui, em Rio dos Macacos, é de conhecimento de todos e, todos nós que trabalhamos na temática de Direitos Humanos, de efetivação de Direitos Humanos.

Esse impasse realmente tem bastante visibilidade e, acredito mesmo na própria experiência como defensora pública, precisamos acreditar nas soluções de consenso, porque senão a solução que não seja pelo consenso é sempre uma solução muito difícil pra todo mundo. E eu acho que nesse contexto, aqui, a gente, eu venho aqui, hoje, com uma esperança. Esperança que foi até reforçada inicialmente antes de estabelecermos, aqui, a mesa, quando vi que estamos com todos as instituições e todas... com a comunidade aqui. Muito representada, né? Totalmente representada com todas as instituições capazes de resolver esse embrolho que se arrasta tanto tempo.

Eu selecionei aqui na espera das falas que me antecederam, é... eu tenho muito objetivamente aqui alguns pontos como uma proposta pra gente vê se consegue avançar. E pra colocar essa proposta, eu queria colocar essa sugestão de uma proposta de avançar no sistema, só que em etapas. Porque em etapas? Porque tem algumas questões que são tanto muito urgentes, emergências, quanto de fácil consenso. E eu já dou exemplo, primeiro caso, primeira situação que a gente pode imaginar aqui, que não tem, não faz o menor sentido, não consegui solucionar. É a questão das casas, as casas que estão com problemas, que estão se deteriorando, que estão com riscos de desabamentos, né? E isso é uma questão, mas não há a menor dúvida que a gente precisa conseguir. Imagina! Mais dia ou menos dia, com as chuvas, acontece alguma, alguma tragédia e... isso, obviamente, é algo que ninguém quer, que todos queremos evitar. É, mas pra gente chegar nesses quatro pontos, aqui, que eu acabei selecionando até com algumas etapas... eu queria colocar uma premissa. E uma premissa pedindo uma reflexão de todos nós aqui; de todos nós instituições públicas, né? Apesar de conhecermos a cultura e as tradições dos direitos da comunidade, não somos da comunidade, né? Eu queria colocar, aqui, a nossa reflexão... o seguinte sentido: os povos, a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, mais do que isso os povos das comunidades quilombolas do Brasil que tiveram o direito reconhecido no julgamento da STF, semana passada; julgamento histórico que reforça, reconhece esse direito. Não tem mais dúvida a respeito dos direitos de titulação da terra, de propriedade da sua terra. E até mais, e eu iria até além... a população negra no Brasil, brasileira que faz parte, preservar os direitos, não só os direitos, a cultura dos povos quilombolas e, mais do que isso, da população negra também. É absolutamente, é um compromisso de todos nós brasileiros, do povo brasileiro. É um compromisso até internacional. Por quê? A preservação da cultura dos povos quilombolas é basicamente a preservação da cultura do Brasil, do povo brasileiro, de um povo tradicional. E quando a gente pensa, assim, na preservação de cultura, de povos tradicionais, né? Convenção 169 da OIT... A gente não pode deixar de imaginar que essa cultura está totalmente ligada a terra de uma forma diferente, como nós brasileiros brancos e, pertencentes a outras comunidades no país, urbanas, em relação ao uso da água, em relação aos da terra, né? Então, qualquer saída aqui, que a gente pensa da comunidade quilombola, dos povos tradicionais em geral, ela necessariamente tem que envolver o acesso direto à água enquanto recurso natural. E isso... eu fiquei muito feliz quando ouvi a proposta do Comandante. Assim como... não que possamos de cara comemorar, o Walter acabou de mencionar. Mas, é um alento. Ah! Então quer dizer que esse obstáculo a gente pode superar, né? Acho que sim! Eu acho que a gente pode superar facilmente. E até... o procurador coloca um ponto, assim, mais do ponto de vista jurídico, de que não seria politicamente válida a questão do cadastro. Eu iria até além, Comandante... Será que é necessário a gente estabelecer esse, é proporcional, é necessário a gente estabelecer esse óbice do cadastro? Vamos deixar o acesso realmente livre. Deixa a comunidade acessar diretamente, livremente, né? Não precisamos criar essa burocracia. Esse cadastro de pescadores, o cadastro em relação às práticas religiosas... (aplausos)

No objetivo da gente conseguir chegar realmente ao um passo, da gente fazer desse momento, um momento histórico, de um avanço. No mesmo sentido, a comunidade dos Macacos também não pode prescindir, a gente não poderia transigir com relação a esse acesso autônomo independente. E pra isso, a construção das estradas ali, independentes; elas realmente é salutar e deve ser benéfica pra todo mundo: pra comunidade, pra Marinha... assim a gente garante autonomia da comunidade pra chegar as suas residências, e sem essas burocracias também. Além, claro, dos serviços públicos necessários e sempre respeitada a consulta prévia, ampla e formada da própria comunidade.

E pra fechar, eu colocaria aqui como uma proposta, a gente pelo menos conseguir sair daqui, se eventualmente, o Comandante, o próprio INCRA, não tiverem aqui de plano como já fecharam essas propostas, que pelo menos levem como porta-vozes do que a gente dialogou, aqui, essas propostas. Imediatamente, nós precisamos não ter nenhum tipo de obstáculo e precisamos conseguir fazer aqueles, aquelas reformas necessárias naquelas casas que estão sob risco de desabamento. Eu acho que isso gera o impedimento da construção ali, das reformas ali; geram uma responsabilidade pra todo mundo que não queremos obviamente que aconteça nenhum tipo de tragédia e, eu acho que isso precisa ser garantido, né? Então são aquelas obras ali; e isso obviamente se estende aos demais serviços públicos: eletricidade, serviço de segurança da comunidade também.

O segundo ponto da questão da água compartilhada... a gente está muito perto de conseguir chegar a um consenso e, eu acho que a gente poderia ir fazendo por etapas esses consensus. Já que algumas questões ainda podem demorar, alguma coisa em termos de burocracia, enfim.

O terceiro ponto... eventualmente com revisão dos marcos mesmo e com revisão daquilo que foi colocado. Mas aqui como a gente está falando todo mundo aqui junto, eu acho que se a gente tiver que dar um passo para trás naquilo que já foi registrado no INCRA, a gente consegue pelo menos ter um impulso da nossa Audiência Pública e do nosso consenso pra dar vários passos à frente pra garantir o acesso independente das estradas sem promover isolamento na casa da dona Olinda, sem promover qualquer tipo de restrição à fonte, a árvore sagrada, enfim. E numa terceira etapa, naturalmente vai acontecer na última etapa, mas que acredito que agora vai ser impulsionado num futuro muito próximo; mas que tem seus tempos normais que é efetivar realmente a regularização. A gente precisa da regularização, mas a gente não precisa esperar a regularização para seguir essas etapas anteriores. Essa, eu acho que é uma proposta que a gente poderia pensar aqui.

Dr. Carlos: Boa tarde a todos e todas! Eu tinha dias pensando nessa audiência. Somente como diretor da faculdade de Direito, a faculdade que tem formado procuradores, promotores, juízes, mas ao mesmo tempo uma faculdade que se distancia muito da sociedade. Então, eu tenho uma outra atividade agora, sistema prisional; mas eu não podia me furtar, dar um relato de experiência que foi uma experiência... Comandante e comunidade, uma experiência do Rio dos Macacos. E eu quero dizer pro Conselho Nacional dos Direitos Humanos, eu tenho desde 2011, certa forma me aproximar desse tema, mas foi com meus alunos da Universidade Federal do (?) de 2011 que eu vi um cabo da Marinha apontar uma pistola na cabeça de Rosemeire. E eu como diretor da faculdade de Direito, tem 127 anos; a terceira faculdade mais antiga do Brasil, eu tenho que dar um compromisso de violações sistemáticas de direitos humanos, de arbítrio do Estado; E talvez no caso do Rio dos Macacos, seja um dos casos mais emblemáticos junto com Marambai e Alcântara de violação dos Direitos Humanos e atuação das Forças Armadas contra cidadãos brasileiros. Então, eu tenho um compromisso ético, histórico de assumir... Até porque eu fui intimado, senhores procuradores; dentro do (?) pelo próprio antigo comandante da Base Naval pra prestar declarações sobre a ocorrência de violação de direitos humanos contra o cidadão. Eu consequentemente não fui na Base Naval, mas fui na promotoria militar, na 6ª Promotoria Militar, prestei declarações. Então, acho extremamente importante. Eu não venho nessa audiência estimular a falta de consciência, mas eu venho conclamar o Estado brasileiro a assumir suas responsabilidades institucionais; a cumprir a convenção 169 da OIT; a respeitar a Constituição Brasileira; e a Declaração de Direitos Humanos. Acho que nós não temos mais tempo a perder, direitos precisam ser assegurados, a água precisa chegar, o direito de ir e vir precisa acontecer... isso não precisa esperar. Eu já fui superintendente do IBAMA, 4 anos; diretor geral do Órgão das

Águas. É inadmissível que o INCRA diga que não tem condições de fazer um GPS de alteração no marco de uma área de um território determinado. (aplausos)

As vezes (?) distante, mas a força tarefa e faz isso quando for necessário. É possível. Do ponto de vista funcional... quem está falando aqui não é o diretor da faculdade, mas alguém que foi superintendente de um órgão que sabe o que é campo, que sabe o que é utilizar força tarefa, fazer GPS e, fazer um marco que seja necessário a efetivação dos direitos fundamentais como aqui tem colocado. Então, acho do ponto de vista administrativo, perfeitamente, possível.

Quero dizer também como ex-gestor da àgua do Estado que não existe águas privadas. Se existe uma barragem num território, ela tem que atender usos múltiplos, a lei 94337 que é a lei das águas. Então, não existe seletividade do uso de água. (aplausos)

Não existe água privada, não existe água da Marinha. As águas são bens de caráter difuso, portanto, disponibilizados a atender os usos múltiplos, sob pena, da Marinha está violando o marco legal da Política Nacional de Recursos Hídricos que está fazendo 20 anos agora. Eu também sugeri que a limitação, restrição viola marco legal que está completando 20 anos e, é uma conquista à sociedade brasileira. E a água é um direito humano fundamental. E ainda mais estabelecido, inclusive, nas recentes decisões da ONU sobre acesso de garantia fundamentais de Direitos Humanos.

Eu vou pedir desculpa aos presentes; dizer só, portanto, que a UFBA está extremamente disponível. Acho que chegar esse momento... eu queria, eu acho também importante o esforço do Mistério Público Federal, dos demais partícipes aqui presente de resgatar um processo histórico. É de muita dor. Só quem sabe é quem vive, só quem sabe é que sente, mas existe uma simetria, existe um racismo institucional declarado de muito tempo; existe um processo histórico (aplausos)

Que precisa ser refeito e revisto. Portanto, acho de uma forma muito ponderada, tranquila... eu orei muito para os mais velhos me inspirasse nas minhas breves falas. Eu acho que é o momento de não retroceder e, acho que é o momento de registros e avanços em etapas que são reversíveis. Eu quero parabenizar e me colocar à disposição... eu poderia, gostaria muito de chamar minha colega que representa a Universidade Federal, professora Guiomar Germane, se possível, pra compor essa mesa, que representa também o que de melhor a gente tem na Universidade Federal da Bahia. Muito obrigado. (aplausos)

Dr. Luciano: Eu gostaria de fazer um registro histórico interessante. A gente também esquece o seguinte: os militares brasileiros, os militares brasileiros estão diretamente presentes nas razões pelas quais acabou-se com a escravidão no Brasil. Quando o Brasil fez Guerra ao Paraguai, não foram os brancos ricos que foram, foram recrutados para o exército, pra Marinha, jovens negros que voltaram como heróis muitos deles e, os militares quando chegavam de volta e, via os seus heróis sendo chicoteados pelos brancos que não tiveram coragem de ir; eles não aceitaram aquela escravidão contra os negros. Eles, portanto, estão na raiz das causas da abolição da escravidão. E, se entre os militares, muitos estão nesse rol, eu particularmente cito o Almirante Barroso que é uma das grandes figuras da Marinha Brasileira e, lutou na Guerra do Paraguai. Venceu a Guerra do Paraguai. Na verdade, há uma coisa muito importante pra ser dita... nós estamos celebrando, este ano, 30 anos de redemocratização, e as lideranças militares íntegras do nosso país não dão nenhum respaldo a qualquer movimento que seja contrário aos direitos; a tomar o poder pela força e restabelecer regime de exceção. Eles essencialmente cumprem a lei, e muitas das dificuldades de um comandante é exatamente ter que cumprir os seus deveres de Comandante e não parecer que ele está cedendo a obrigações que ele se sinta no dever de cumprir. Por conseguinte, nós precisamos respeitar muito a coragem do comandante da Base

Naval de vir aqui conversar com honestidade sobre as possibilidades que ele tem, e as possibilidades que ele não tem. Mas eu estive conversando ali com doutor Rogério ali, tive ouvindo doutor Walter, ouvi a doutora Fabiana... e eu entendo que nós tenhamos algumas possibilidades. O doutor Carlos quando fez referência, questão da titulação, gestão das políticas públicas, acesso independente, acesso a água por exemplo, ele mencionou coisas que são muito importantes pra toda a comunidade. Eu visitei algumas casas lá, não fui a todas como Rose queria porque as minhas pernas são muito menores dos que as de vocês. As suas pernas e os seus sonhos são muito maiores do que os meus. A sua coragem e a sua braveza, a sua bravura são muito maiores que a minha coragem, mas eu então cedo o espaço da minha fraqueza pra me fortalecer com vocês nessa caminhada, e aprender com vocês. E o que eu quero dizer de objetivo é que o que eu vi lá... nós não precisamos modificar o que está estabelecido nos marcos normativos e nas plantas a lista acrescidas. Uma coisa é a definição dos marcos no papel e nos cartórios; a outra é na realização concreta daquele muro, aprender a respeitar a natureza, aprender a respeitar a vida, aprender a respeitar a história. Na colocação da defesa da unidade da Vila Militar, não precisa colocar o muro do lado oposto, pode colocar no próprio lado. Continua sendo da Marinha, continua garantindo para a Marinha, continua o manancial inteiro; podendo ser isolado quando se fizer necessário, mas não haverá isolamento. Nem o fato de não ter esse muro do outro lado fará com que a Comunidade diga que o lugar pertence à Comunidade. Ela passa a ter acesso, mas como haverá um marco normativo, e um documento dizendo onde é que termina a terra da Comunidade, esse marco continuará acontecendo. Isso por quê? Porque um bem que pertence à União não pode ser tornado de propriedade de um particular nem de uma comunidade. A Marinha não perderá nenhum centímetro do que nesse acerto for marcado como sendo dela, mas não precisará gastar sua energia, seu pessoal, seu enfrentamento, se pode realizar a proteção da Vila... porque o muro do modo como está sendo pensado, não está sendo necessário porque queira preservar o manancial. Ele pode ser preservado de um lado ou de outro, e de uma certa forma, se há uma consideração da possibilidade desse uso ser compartilhado, a Comunidade ajudará a revitalizar o rio.

Todas essas... doutor Sávio está aqui, doutora Maria Tereza... alguns já estiveram lá em Brasília, e na conversa em Brasília, todos concordaram com o seguinte: nós não temos mais nenhuma restrição... nós não temos nenhuma resistência a que a CEPROM faça o que tem de fazer de política pública. Isso já foi, já foi um consenso construído em Brasília, e que pode ser afirmado aqui novamente, ou seja, para fazer as casas, não parece haver resistência de ninguém; para fazer o acesso independente, não parece haver resistência de ninguém; para garantir aos demais políticas públicas, não parece haver resistência de ninguém. Então, quais são os pequenos pontos que podemos ajustar? Estamos muito perto disso, temos pessoas de boa índole de bons propósitos, de firmeza, pessoas de caráter. Na hora de passar concretamente o muro... se o marco pode estar, mas o muro pode se deslocar um pouco pra um lado, se deslocar um pouco pro outro. Foi isso que eu conversei com o doutor Rogério. Isso não terá dificuldade nenhuma. Aliás, não há, se quer, obrigatória de ter o muro! Mas se ainda tiver que ter, e se é um muro pra proteger vidas, que não tem outras tantas querendo ser estabelecidas. Então, o que é importante é que os passos da Comunidade vem de longe e, chegaram bem perto. Queiramos continuar juntos e, eu tenho certeza que saberemos continuar juntos. Não é fácil caminhar junto, tem alguns que querem ir muito rápido; tem alguns que querem muito devagar; tem outros que param no caminho. Não é fácil! Na vida não é fácil! Mas o importante é que nós consigamos ter a capacidade de caminhar juntos e, tenho certeza que essa abertura que o Comandante nos traz, da possibilidade de um certo uso compartilhado. E agora nós começamos a construtivamente pensar em como isso pode ser feito, ou seja, a Comunidade passaria a reconhecer que tem acesso à água; que está toda

instalada em área que pertence à Base; que havendo necessidade crítica, ela pode fazer suspender isso, mas dentro dos marcos normativos, como lembrou o professor Júlio, dentro dos marcos normativos, por conta das elevadas funções que a Marinha pode exercer. Mas na normalidade democrática, a segurança das pessoas se faz com alimento com acesso à saúde, com acesso à educação, com acesso à moradia. As armas muitas vezes utilizadas contra essa comunidade são de outros grupos e, portanto, o que é essa comunidade precisa é ser vista como pessoas com direitos. Nesse sentido, eu sou muito esperançoso, eu sou muito esperançoso, e acho que precisamos aprender a celebrar os avanços que conseguimos.

A doutora Fabiana, o doutor Carlos aqui falou também, o doutor Walter... Já se andou muito, já se está bem perto, e, portanto, falta continuarmos com a vontade de caminhar. A gente precisa aprender a entender uma coisa interessante... quem vive da roça sabe disso. Há um tempo de plantar, há um tempo de colher. Quem vive da roça sabe disso. Tem que aprender a fazer a limpa pra poder deixar a planta crescer. Muitas vezes, a semente é boa, mas a colheita não é. Então, é preciso entender que o sonho plantado ontem por muitos, começa a ser colhido... mas não é colhido todo de vez. A luta não para! A luta não fica por aí, mas é preciso entender que já se conseguiu muita coisa, e temos que conseguir materializar. Plantar casas também, plantar educação com escolas, plantar estrada com acesso. Além das roças que se planta. Nesse sentido, nós já podemos sair daqui perguntando o que é que falta para que essas políticas sociais venham. Ou seja, a água, a gente já está garantindo que vai ter acesso a ela por várias maneiras. E a abertura que o Comandante nos dá, já permite que nós estejamos cheios da esperança como nossos pais, com as nossas caixas d'água cheia de esperança. Ainda não cheias d'água, mas cheias de esperança, e pra depois ter essa caixa d'água, cheia d'água por conta da esperança que se materializou, não será distante. Mas precisamos construir também as casas, precisamos construir as escolas, precisamos completar as vias de acesso. E nada disso está sendo impedido pelo Comando. Nada disso está sendo impedido pelo Comando. Como consequência, precisamos ter um olhar mais abrangente, e não ficar só parado pensando no que está impedindo; e precisamos também pensar no que está nos fazendo caminhar. Eu pergunto se o Comandante gostaria de se pronunciar agora? Pois não!

Comandante da Marinha: Eu queria complementar sol com pequenas informações. Primeiro, eu vou tentar apresentar a necessidade de a gente ter o muro. Porque a partir do momento que a gente tiver uma estrada e livre acesso de qualquer pessoa, passa a ser por qualquer pessoa, e não só da Comunidade. Então um terceiro pode entrar e ter acesso a barragem e fazer algum tipo de delito à barragem que vai... digamos assim, que vai problematizar pra ambas as partes. Já que o acesso é livre e a frequência vai poder ser pra qualquer um, por não haver qualquer tipo de filtro.

A outra característica que queria colocar aqui é que eu entendo que nós estamos aqui para acordos, pra negociações, pra pequenos ajustes. Estarmos sendo solicitado isso no entorno da demarcação do INCRA. Estão me pedindo flexibilização dos marcos pra poder respeitar uma gameleira branca, pra respeitar um rio. E quando se fala na solicitação da Marinha de que se apresente algum documento, o senhor está indo ao rigor da lei. Então, eu acho que a gente está aqui pra acordo, pra negociações. Se a gente for ao rigor da lei, o rigor da lei é o marco do INCRA, e não tem qualquer tipo de negociação a respeito. Então, essa é a flexibilização que tem que haver de ambas as partes e, não só por parte da Marinha. Eu acho que a gente está aqui com o objetivo de conseguir chegar a um objetivo comum. A um denominador comum que seja pra todo mundo e, não que seja somente a flexibilização por parte da Marinha. A Marinha cedendo, a Marinha cedendo, e a comunidade não cedendo em aspecto nenhum.

Dr. Luciano: Carlos, por favor, você tem a palavra.

Dr. Carlos: Bom! Então, vou tentar ser breve aqui. Eu acho que não é uma discussão que tem por objetividade, nem eu gostaria de entrar nela aqui, mas é para se partir de um ponto de estrita legalidade, toda a demarcação desse território, ela está em desacordo com toda a legislação e toda a política constitucional quilombola. (aplausos)

A Constituição reconhece o direito dos quilombolas ao seu território tradicional e, obriga ao Estado brasileiro a fazer a titulação definitiva. O que acontece nesse caso já é uma aberração em termos jurídicos, se a gente coloca aqui... Eu vou colocar aqui muito brevemente. O INCRA, cumprindo o seu papel institucional, identificou 301 hectares pra essa comunidade. A proposta, embora a portaria reconheça a 301 é que sejam titulados só 104, de uma forma dividida; uma titulação em ilhas, uma titulação descontínua, que o próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu que não é legal, não é constitucional, no Julgamento da Raposa Serra do Sol. Então eu acho que a gente pode avançar no sentido que a comunidade já falou aqui. Ela quer ver titulada as 104. Professor Júlio acabou de colocar aqui muito bem colocado: todo o marco normativo a respeito de acesso à água no país. E eu digo mais, a legislação que fala também de soberania alimentar, a política nacional que fala de soberania alimentar, de direito à alimentação, coloca também a água enquanto direito fundamental; a pesca e tudo isso, então, vamos ver se a gente avança. Agora querer exigir a carteira, a carteira de pesca ela é uma exigência do Governo Federal, do reconhecimento da profissão.

Dr. Luciano: Doutor Carlos... deixa eu só... eu vou lhe pedir perdão...

Dr. Carlos: Pois não, doutor.

Dr. Luciano: Eu vou lhe dizer o seguinte. Acho que o senhor colocou com extrema competência, extrema habilidade, os cinco pontos principais: a titulação, o acesso ao rio, revisão dos marcos no sentido que já foi aqui esclarecido como na hora de passar o muro, por exemplo, identificar essas situações materiais, sem precisar alterar a planta para deixar o olho d'agua, como eu testemunhei lá. Deixar uma árvore importante pra comunidade, por exemplo, que é a sua visão também... as vias de acesso independente, e acesso as Políticas Públicas. Então, nós estamos tentando aqui exatamente fechar esses pontos. As falas que podem ser convergentes deviam avançar nesse sentido. Então, por exemplo, aqui nós já dissemos com todas as letras quais são as dificuldades, e o INCRA já fez a referência que se tivermos que mudar o mapa, atrasa o processo. Ou seja, é possível avançar! O mapa como está sendo que, isso permitirá realmente um avanço histórico redundante, fantástico! Então, isso já pode ser extraído como um avanço da comunidade. Realizar a titulação desta área já aceita por todo mundo. As vias de acesso independente... e vimos lá, não há resistência mais de nenhum órgão público, não há resistência! Então, podemos avançar nesse ponto. Isso pode ser um encontro tido como pacifico aqui pra que os órgãos que são competentes para a sua materialização sigam adiante: acesso as politicas públicas.

Outro ponto chave na sua fala, um ponto extraordinário também lembrado por Dona Fabiana... Podemos avançar, vamos avançar! Queremos as casas, queremos as escolas, queremos a garantia de que a comunidade possa ter também água tratada, possa ter a parte elétrica, tudo isso... as casas restauradas. Então, tudo isso já pode ser considerado consenso. Quais ficariam, portanto, os dois pequenos pontos? Um seria este, da identificação, pelo INCRA, do marco se instalar. O doutor Rogério mencionou pelo Shake, quer dizer, pelas plantas que têm uma identificação geodésica, um ponto exato. Verificar esse que está aqui, é aqui mesmo? Ou foi mudado e não era para ser aqui! Então, isso eles podem fazer porque tem já este material lá. E, portanto, qual ficaria sendo... e isso não devo atrapalhar os outros avanços, o acesso a água no sentido de assegurar que a comunidade possa ter esse acesso a essa água. Então, a abertura que o Comandante fez aqui é uma extraordinária abertura, é uma extraordinária abertura! Porque

é uma possibilidade da conversa acontecer, de se materializar. Se tem essa disponibilidade, essa... e se o Comandante já ouviu aqui as razões... O Comandante veio acompanhado do seu Assessor Jurídico, o Doutor Sávio que também é da Defesa, cuida da parte jurídica. Então, o Comandante pode ter manifestado um pensamento, e consultando os seus advogados, ser orientado por eles a fazer de outra forma, que realize o mesmo propósito que é segurança para a comunidade e segurança para a Vila Militar. Então, isso é possível avançar nesse ponto. O meu argumento todo é que tanta gente veio de tão longe pra se fazer perto de vocês e, vocês não podem, não podem, jogar fora essa oportunidade da construção deste caminho, de entendimento. O que eu estou querendo com objetividade nesse momento é o seguinte: Não fiquemos vinculados num ponto apenas para impedir o processo. Vamos fazer o processo andar! Como é o processo andar? Vamos dar segmento à titulação dos 104. Vamos dar segmento as políticas públicas para realização das casas, vamos dar segmento a construir as vias de acesso. Enquanto isso, que já temos o sinal verde, o sinal verde do Comandante para identificar modos concretos de garantir esse acesso a água, nós continuamos a conversa no que for necessário. Doutor Carlos, o senhor tem a palavra.

Doutor Carlos: Concordo e vou concluindo, acho que a minha fala aqui é justamente neste sentido, a gente puxar aqui para a objetividade dos pontos, porque a partir do momento que se começa a questionar a legalidade de certos procedimentos, a gente sabe que o que a gente tem aqui no entorno da decisão que foi tomada não foi uma decisão que a comunidade participou. Agora, a comunidade já se colocou aqui, quer ver titulado os 104 hectares. Agora vamos manter o nosso diálogo nesse sentido. Pra mim é prioritário, fundamental essa titulação e, inclusive, não vemos mais nenhum office, seja legal ou material para que isso seja feito. Tivemos uma reunião agora pouco tempo com a SPU. A SPU cumpriu o seu compromisso, publicou a portaria; a portaria está publicada. Os imóveis já estão sob domínio da SPU. Basta agora que o INCRA proceda o trâmite da titulação.

Dr. Luciano: Eu tenho uma dificuldade pratica que é o seguinte? O tempo não para! Nem vocês param, nem devem parar. O tempo não para! São quatro e dez e quando for cinco horas, eu vou ter que sair, porque eu vou pegar um avião. E ele não espera por mim não! E eu tenho coisa a fazer lá, só vou chegar em Brasília perto de meia-noite. E eu tenho coisas a fazer amanha cedo lá. Então o que eu quero mencionar é o seguinte: tem algumas pessoas inscritas da comunidade aqui: Gisele, Jussara, Edivaldo, Hilton, Cecilia, Marcos Lúcio e Marcos Antônio. Esses eu queria que já se aproximassem, ai, e fizessem perguntas. Aliás essas são as inscrições? Sim! As perguntas objetivas destas pessoas. Um minutinho. Perguntas objetivas pra que a gente pudesse pronunciar. Então, esses nomes que eu mencionei aqui assim. Cadê Gisele? Está aí?

Participante 1: Doutor, rapidinho! Dona Olinda que dar uma palavra rapidinho!

Dr. Luciano: Pois não, Dona Olinda. A senhora tem a palavra!

Dona Olinda: Boa tarde a todos e a todas! Obrigada, doutor Luciano. Agradeço muito ao doutor Leandro por nos convidar pra essa conferencia, oh... pra essa Audiência Pública. E dizer que eu me chamo Olinda, sou do Quilombo Rio dos Macacos, com muito prazer, certo? Nasci e me criei lá e, quero dizer... com todo respeito ao Comandante, que é novo na Marinha, certo? Na Base Naval de Aratu, que a gente já perdeu muito pra Marinha, sabe? A gente perdeu cerca de Duzentos... Cento e Noventa e poucos de terra, de hectares de terra pra Marinha. Então, o pouco que ficou pra gente, que é muito pouco, 1/3, certo? Esses 104 hectares de terra que ficou pra gente é muito importante. E dizer também que fiquei feliz, muito feliz com a fala de doutor Walter, com a fala de doutor Luciano em relação à comunidade, a doutora aqui também e, dizer: Gente! Comunidade não se vende, não se troca, a água é vida! As águas tem que ser respeitada, as pessoas tem que ser respeitada também. E pessoa nenhuma precisa de credencial pra fazer suas

referências às águas. Porque a fonte de Luzia é uma fonte tradicional que as pessoas que é de terreiro fazia suas oferendas. Digo porque eu tenho 59 anos nas costas e vi, certo? Posso dizer que aqui não é lugar de mentira, é lugar de verdade, certo? As pessoas que faziam santo, iam pra fonte pra tomar seu banho, depois que saía da camarinha. Esse candomblé de Gerson e Jaime foi derrubado pelos naval da Marinha, certo? Eu tinha precisamente 9 anos, então, a gente tem que respeitar a barragem. Sempre foi nosso rio pra pescar. Minha mãe me criou foi na beira do rio, no Barroso, pescando piaba. Sabe o que é que a gente levava pra beira do rio? Pimenta do quintal, anzol... porque minha mãe era uma pescadeira de piaba arretada, mesmo! O nome dela é Maria Valente, tem 90 anos! E, quero dizer o quê? Que depois que esta barragem foi feita, graças a Deus que foi feita para assim pra servir a Marinha, obrigado Brasil. Pra servir também de tristeza pra muitos moradores que apanharam na beira dessa barragem, foram pisados na cabeça. Porque aqui tem uma companheira de idade que esta ali sentada, que os filhos dela foram pescar... não foi do tempo do senhor, não tome como ofensa, certo? Não foi do seu tempo.

E pisaram na cabeça dos meninos dela pra tomar pescado. E quantas vezes a gente tomou carreira dos prepostos da Marinha pra tomar um caju que a gente pegava? Pra tomar o peixe que a gente pescava? E, hoje, a gente vê essa polêmica por causa de água. A água é um bem de todos, minha gente. Água é vida, água é um bem de todos, de todos os quilombolas. Todo canto do mundo ninguém nunca viu lei nenhuma que proibisse pessoa ir pescar e, também não tem lei nenhuma que diga que as pessoas tem que ter uma credencial no peito para dizer que é pescador, pra dizer que vai na beira do rio fazer uma oferenda para iemanjá ou para qualquer orixá, certo? E quero agradecer a todos e, dizer que demorei demais de falar porque eu não gosto de muita fala, viu? Porque às vezes a gente se perde nas falas. A gente fala muita coisa que o ouvido da gente começa a trabalhar o cérebro e, a gente quer falar muita coisa e termina ofendendo as pessoas. Eu não estou aqui para ofender pessoas nenhuma, eu sou de paz, certo? Mas também sou de guerra se precisar.

Dr. Luciano: Queria convidar o representante da CEPROM, o ministro Luís Paulo pra gente falar da questão das reformas e construção das casas.

Luis Paulo: Gente, primeiro, boa tarde a todas e boa tarde a todos. Eu sou Luís Paulo Bastos, sou da coordenação de políticas pra povos e comunidades tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia. Primeiro agradecer o direito a fala. Acho que isso é importante, tem várias autoridades aqui do Governo Federal, mas importante também registrar a presença do Governo do Estado aqui e outros órgãos também do Governo do Estado que estão aqui presentes: estou vendo aqui o Ministério Publico Estadual, Doutora Lívia e, tem outros atores e atrizes aqui também presentes.

Gente, eu acho que tem um ponto básico e, que foi um compromisso que foi assumido pela secretária Flávia Reis, desde o ano de 2015. A gente fez uma reserva orçamentaria no valor de 8 milhões de reais pra efetivar politicas públicas no antro da Comunidade quilombola Rio dos Macacos. Desses 8 Milhões de Reais, 3 mil e quinhentos reais seriam destinados a construção das unidades habitacionais. Teria 500 mil reais destinados a questão do acesso a água e, 4 milhões de reais para as políticas de inclusão produtiva, né? Daí doutor Luciano, até manifestar o prazer de conhecê-lo... não tinha conhecido o senhor ainda. Mas em algumas das diversas reuniões que a gente participou junto com a comunidade, junto com outros órgãos e o próprio Ministério Público, a gente apresentou a impossibilidade que nos foi colocada, aí no caso, a Secretaria Geral da Presidência nos oficiou colocando qual seria o posicionamento do Ministério da Defesa neste sentido, da impossibilidade de nós adentrarmos pela Vila Naval com o material para fazer a construção das casas, das outras questões de políticas públicas que nós teríamos nos comprometido com a comunidade. Provocamos novamente inclusive a secretaria-geral da presidência pra solicitação e autorização. Essa autorização ainda não nos foi dada. Conversava

até com a doutora Teresa que hoje pela manhã, falou: Luís, eu acho que a gente já pode avançar com isso, eu posso tentar autorizar? Mas eu acho que é importante atualizar essa informação, porque às vezes parece que é um descompromisso ou uma ausência de vontade. E não é nenhum descompromisso, nem uma ausência de vontade. Eu preciso falar também que isso cria para nós um impacto muito negativo. Porque a gente faz uma reserva orçamentária de 8 milhões no Governo, de orçamento do Governo, no ano de 2015. Não pudemos executar porque não veio a autorização. Conseguimos com muito esforço foi continuar manter essa reserva orçamentária para o ano de 2016. Não conseguimos executar porque não tivemos a autorização. Conseguimos com muito esforço continuar manter essa reserva orçamentária para o ano de 2017, não conseguimos executar porque não temos essa autorização. Estamos também com muito esforço manter essa reserva orçamentaria para 2018 e, a gente espera executar e, a gente espera que tenha essa autorização.

Dr. Luciano: Pois o senhor vai ter essa autorização!

Luis Paulo: Pronto! E assim eu espero e, eu acho que todos e todas esperam aqui também! (aplausos)

É importante colocar isso doutor porque não foi só eu que coloquei aqui, acho que a mesa toda colocou. Tem pessoas que estão correndo risco de vida, tem casas que estão para desabar, algumas pessoas até colocou: Ah! Seriam reforma? Não. Tem construção de unidades habitacionais, com projeto já aprovado pela comunidade, tudo que a gente pôde adiantar que não dependesse dessa autorização, a gente adiantou. Foi junto com a Comunidade, foram já referenciados pontos onde essas casas seriam construídas. O projeto da casa com fossa sumidouro foi aprovado pela Comunidade, também. Então, tem uma série de coisas que a gente tem feito essa construção conjunta. Agora, também, tem alguns empecilhos que tiveram, que nos impediram de concretizar até então essa proposta. Então assim, dizer que a secretária continua com esse compromisso, né? Foi a mensagem que ela passou, que o nosso compromisso continua de pé. Nós queremos executar esses 8 milhões na Comunidade e, também é importante entender da necessidade dessa autorização de imediato; porque a gente sabe do atual contexto que a gente vive no cenário político nacional. Isso precisa ser ressaltado também. A gente vive um cenário político nacional que é muito complexo e, fazer reservas orçamentais nesse cenário de crise tem sido cada vez mais difícil, né? Então, só para registrar aqui, qual é o compromisso do Governo do Estado está mantendo? E aí, por meio da mensagem da nossa secretária Flávia Reis... e dizer que infelizmente não é a ausência de vontade nossa, mas aí de uma formalização que nos impediu até então acessar por outro... pela Vila, esses acessos só seria permitido se fosse pelas vias alternativas que até então, infelizmente, não foram concluídas por razões outras porque tiveram algumas tensões relacionadas a esse processo.

Então a mensagem que eu queria passar e queria deixar aqui pra todas e todos vocês é essa, e qualquer outra informação que a gente tiver, que tiver ao nosso alcance, estamos aqui à disposição. E aí, estamos também tentando, na medida do possível, cumprir a nossa missão que é de assegurar o direito das comunidades quilombolas e dos povos das comunidades tradicionais.

Dr. Luciano: Doutor Luis Paulo, objetivamente, que documento o senhor precisa e pra fazer o quê?

Luís Paulo: Doutor, nós oficiando da Secretaria Geral da Presidência provocando, nesse sentido, se manteria o posicionamento do impedimento ao acesso ou se a gente teria autorização pra fazer essa entrada. Porque o que acontece? Sem a autorização, a gente não pôde nem fazer a licitação da empresa que iria executar as obras do serviço no território, por que eu preciso gerar expectativa de prazo pra execução do serviço pra pode licitar. Eu não posso licitar sem dizer qual é o prazo. Daqui eu estou vendo aqui a Professora Guiomar, ela está... o grupo Geografar da

UFBA está fazendo um serviço de georreferenciamento das Comunidades de fundo festipast (??) da SEPROMI, mas pra gente ter esse contrato, a gente tem que fixar um prazo. Eu não posso fazer um contrato e dizer: Oh! Quando der, você executa! Não posso gerar essa expectativa direito na Comunidade sem dizer efetivamente quando é que eu vou executar. Então, feita essa autorização pra nós, a gente abre o processo licitatório pra contratar a empresa e poder executar o serviço na Comunidade.

Dr. Luciano: Então, objetivamente, eu vou lhe solicitar o seguinte: O senhor por gentileza, encaminhe ao doutor Leandro os ofícios que o senhor já fez essa licitação e, objetivamente, dizendo o que o senhor precisa pra que essas políticas públicas possam chegar lá. Então, é uma maneira que nós consigamos, no dialogo direto, cada umas das organizações destravar o que que seja pra destravar. Seja (?) com o Comandante, seja com a doutora Maria Tereza... mas enfim, para que nós destravemos objetivamente o que estiver faltando. O senhor, por favor, nos encaminhe ao doutor Leandro e a nós para que nós possamos ajuda-los a ajudar a Comunidade.

Maria Tereza: Boa tarde a todos e todas, eu sou Maria Tereza, da Secretaria de Governo. E a Secretaria de Governo acompanha a comunidade Rio dos Macacos a bastante tempo. A atribuição que nós temos em relação ao acompanhamento da Comunidade é de fazer essa articulação das políticas públicas para o território. Então, nós não somos um órgão que entrega política pública. Quem entrega? É o INCRA, é a Fundação Palmares, é a SEPIR, enfim. Mas a gente faz essa articulação entre os órgãos do Governo. E ao longo desse processo, Fábio lembrou bem do orçamento da SEPROMI, mas também tinha sempre a afirmação de que precisava da titulação. Como era uma área que estava em litígio, então, também sempre isso, a Comunidade assim, enfim... algumas oportunidades, a gente teve essa conversa, né? Lembro, inclusive, não sei se vai estar aqui o Marcos da CPP, que era numa conversa ainda no começo do ano passado, e que falava também da questão de que a gente precisava... que essas informações de titulação não necessariamente era um impeditivo para acontecer essas políticas públicas. Então... aí, o Luis fala desse pedido de autorizo legal, e o que a gente teve agora em dezembro com a portaria de destinação para interesse social, isso já é um documento que não volta. Então o Órgão Federal não vai retroagir e dizer que esses 104 hectares não pertencem a comunidade. Então ele esta cravado já, é uma portaria de destinação para fim de regularização latifundiária e a partir disso o INCRA tem feito o acompanhamento diário junto com o INCRA, sede em Brasilia, junto com o INCRA Bahia para que todo esse processo de titulação se finalize. Então, essa informação também em relação ao autorizo legal, a gente não tem ainda a finalização da titulação, mas ele agora é um ato administrativo que está em curso. Mas que a portaria da SPU, de 27 de dezembro, ele já é um marco também legal, de que todas essas outras políticas públicas vão acontecer. Eu gostaria de deixar muito claro que as políticas públicas, elas já estão acontecendo na Comunidade, a distribuição de cestas, via Conab, já acontece. Essa semana (acho que amanhã ou sexta) já chega a primeira etapa de 2018. Então que é via Fundação Cultural Palmares que também está aqui presente. A questão da luz que foi instalada em fevereiro do ano passado também é uma articulação que o Governo Federal fez junto ao Ministério de Minas de Energia, junto a COELBA para instalação da energia elétrica; a assistência técnica, a extensão rural já vem acontecendo. Foi um edital do antigo MDS que ainda quando estava Desenvolvimento Social junto com o Agrário. Então, teve um edital, eram pra 70 famílias.

Hoje, 48 famílias estão no processo da Assistência Técnica com o fomento. Então, desses 48, mais de 25 famílias já receberam primeira parcela do fomento, vão receber a segunda. Então, as políticas públicas que ainda aguardavam esse autorizo legal, agora, já podem entrar em curso, Mas, outras já vinham acontecendo. Então, já tinha as ações. Aí, também junto com a prefeitura de Simões Filho para a organização do NIS, pra emissão das datas que é, também, foi junto pela assistência... pela APE. E aí, o acompanhamento também do INCRA por conta das demissões, enfim, de tudo que vem também acontecendo. Bom! Era esse esclarecimento que eu queria fazer

em relação ao autorizo legal; explicar o porque que também não tinha antes e, o que tem já, o que já vem acontecendo de política pública no território.

Dr. Luciano: Vamos colocar aqui de forma objetiva a lista, na forma aqui inscrita, a senhora Gisele Santana Cardoso Reis Santos... Gisele está aí? Santana? Jussara Pereira da Silva... Edvaldo Egídio de Souza, Hilton Barros Coelho...

Hilton: Boa tarde a todos e a todas! As pessoas que estão compondo a mesa, sobretudo, as pessoas que estão aqui no plenário...Uma vez eu fui numa Audiência Pública com Rose, e ela falou uma coisa que é o seguinte, que era mais ou menos o seguinte: eu vou continuar lutando, mesmo que me mate. Meu corpo pode morrer, mas minha alma vai voltar e, eu nunca vou parar de lutar. Isso é uma coisa muito forte, uma fala muito forte, é... na Audiência Pública. E eu acho que é um pouco esse clima que está na comunidade. Essa aqui é mais uma demonstração que a Comunidade não vai ceder de forma nenhuma, apesar de toda a trajetória. Acho que diversos tipos de tortura que essa comunidade já passou por parte da Marinha, ela não vai ceder. Então, eu quero começar dando um grande parabéns a esse auditório cheio aqui, de comunidade, do quilombo do Rio dos Macacos. Acho que é mais uma demonstração de força. E quero falar isso aqui pela Comissão de Reparação da Câmara de Vereadores de Salvador. Eu sou vereador da cidade de Salvador. E em nome da Comissão, eu quero fazer essa saudação, e dizer que desde que eu entrei na Câmara de Vereadores; esse é o segundo mandato que eu faço parte. A primeira ação que nós tivemos na Câmara de Vereadores, desde que eu entrei; sou da comissão de reparação, e a primeira ação da Comissão na legislatura que eu comecei a fazer parte foi em relação ao Quilombo Rio dos Macacos. Ou seja, pense aí... nós vamos formar só de trajetória legislativa nossa, vamos completar 6 anos agora. E o drama vem se estendendo durante toda essa trajetória. Desde aquele primeiro momento ali, a Câmara de Vereador, em parte, se compromete, se emociona em relação a essa situação, porque é uma situação realmente, é uma situação dramática. E, a gente chega aqui na Audiência Pública com toda uma expectativa que de fato passos adiante.

Eu acabei chegando um pouco atrasado, porque a sessão está tendo, está tendo sessão agora; uma sessão inclusive de votação, mas eu fiquei muito assustado. Quando nós vamos fazer um debate aqui, o clima da comunidade é de que questões como o acesso independente não está garantido. Então, eu acho que nós precisamos fazer um debate aqui pra se diferenciar no conjunto de audiências públicas que inclusive aconteceram aqui no Ministério Público, em que se teve minimamente uma posição afirmativa, mas uma posição em abstrato que, na prática, não se reveste de efetividade. Outro componente aqui que me assustou foi o componente do acesso à água. Então, veja, a gente não pode entender como uma atitude séria realmente que leva uma efetividade, essa perspectiva de burocratizar o acesso a água. A Comunidade não quer um acesso à água permitido pela Marinha. Que a Marinha diga que tem esse, essa e essa credencial. Esse e esse documento que vai ser necessário para ter acesso à água. A Comunidade que acesso à água pra fazer o que ela acha importante fazer com a água. Na verdade é uma decisão, um direito da Comunidade. Então, eu acho que um dos pontos, por exemplo, que nós não podemos contar, além dos outros três foram colocados aqui: do desbloqueio do acesso, da questão da política pública. Já se falou aqui a questão da titulação é fundamental, mas não seria um bloqueio efetivo pra isso. Tem que ter uma situação, mas tem que fazer a política pública. Me desculpe a representante do Governo que chamou cesta básica de política pública. Cesta básica não é política pública, o que a Comunidade quer é algo muito mais significativo.

Além desses pontos, acho que em relação ao ponto da água me parece incontornável de que não exista qualquer barreira burocrática por parte da Marinha pra baixar a autoestima da Comunidade pra inviabilizar, na prática, esse acesso. Então, eu queria deixar aqui, concluindo, né? Esse, a solidariedade da Comissão de Reparação da Câmara de Vereadores e a nossa expectativa de

que essa não seja mais uma Audiência Pública. Que a gente saia daqui com a segurança de que a Comunidade, de fato, vai construir uma história de respeito, de ser respeitada a partir de agora pela Marinha.

Dr. Leandro: Eu gostaria de registrar a presença de Jarbas Magalhães, procurador do município de Simões Filho...

Áudio II

Dr. Leandro: Eu queria passar a palavra para a Embasa, senhor André Luis de Oliveira Regis...

André Luís (Embasa): Boa tarde! Eu vou... a Embasa está, em relação ao abastecimento de água tratada na comunidade quilombola Rios dos Macacos, já foi analisado a viabilidade técnica pra que o sistema que transcorre ali na região atenda a comunidade. E, está em fase de projeto por parte da CERBE, o sistema de abastecimento que vai atender a comunidade dessa região. A Embasa já deu a viabilidade, e a gente está aguardando a entrega desse projeto pela CERBE para a execução da obra, para que a Embasa receba o sistema e, comece a operar e dê a devida manutenção.

André Luis: Mais algum questionamento, alguma dúvida, relação a Embasa...

Dr. Leandro: Eu vou prosseguir aqui na lista: Cecília de Souza Silva está aí? Marcos Mesquita Macedo...

Sr. Marcos: Vou ceder a palavra pra ela, por favor.

Dandara: Obrigado, companheiro Marcos Musse. Pra quem não me conhece, eu sou Dandara Pinho, sou Muzenza de Uganda Unda e venho representando a Ordem dos Advogados do Brasil. Pra quem não me conhece, eu sou Dandara Pinho, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem. E, estamos aqui presente fisicamente com essa representatividade que os toca, com esse fenótipo para dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil está ombreada com o quilombo do Rio dos Macacos, e que apoia todos os quilombos, bem como, apoiou a constitucionalidade do Decreto 4666. Então, eu deixo aqui o meu abraço, o meu apoio a todas e a todos os quilombolas. E que contem conosco, com Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil. Meu nome é Dandara Pinho, e estamos à disposição de todas e de todos. Obrigada!

Dr. Leandro: Seu Marcos Antônio Guimarães, seu José Ubirajara, seu José Fernando Nascimento, Marli Mateus dos Santos, Paula Regina...

Paula Regina: Boa tarde, meu nome é Paula Regina. Eu sou mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Novamente uma audiência aqui, estamos em Rio dos Macacos. Eu queria, então, fazer alguns, recapitular algumas coisas assim, né? A primeira coisa porque me incomoda muito quando eu vejo uma fala de que a Comunidade, ela, que a Marinha tem cedido muito à Comunidade. Que tem perdido muito, né? E não é pra polemizar não, é porque a verdade precisa ser dita. São 900, mais de 900 hectares que a Comunidade tinha direito, inclusive, com a saída pra Bahia de Aratu. A Comunidade perde a saída pra Bahia de Aratu. A Comunidade com 104, ganha dois territórios que não tem conexão, são descontínuos, são territórios fragmentados.

O terceiro ponto é que dentro dos 104 hectares, o único rio perene dentro da Comunidade, perene é um rio que não seca, é o Rio dos Macacos, que foi transformado em barragem. É o único! Como é que uma comunidade pesqueira, quilombola, que vive da agricultura, vai ficar sem o rio? Ou

melhor, vai ter as margens do seu rio que é protegido por legislação própria, né? Todo mundo lembra o que é que é APP - Área de Proteção Permanente, certo? Você tem um rio, você vai construir uma barragem, um muro em cima das margens do Rio. Esse rio, vai acontecer o que com esse rio? Pronto! Vai morrer, ou ele vai virar o quê? Um fosso, alguma coisa. Então, a Comunidade vai perder sua tradicionalidade... Vamos lá! Rios dos Macocos, ela está inserida dentro de Simões Filho. Simões Filho é uma região metropolitana. Se a Comunidade perde a água, qual é a primeira consequência dessa comunidade? Se favelizar! Vai deixar de ser uma comunidade rural, vai deixar de ter sua tradicionalidade, ela vai se favelizar! Ficar sem o Rio pra essa Comunidade significa a morte da tradicionalidade. É ineficaz, não vai adiantar titulação. Ficar sem a barragem, ficar sem acesso a água, vai ferir a característica quilombola e principalmente pesqueira dessa comunidade. Como é que a gente vai botar um muro, vai botar um portão. E a gente vai pedir pra que a Comunidade se cadastre, onde? No RGP? Que não está sendo emitido? É sério? Não vai, pô. É o desconhecimento completo, me desculpa, não é pra agredir, não. É porque a gente precisa falar. É o desconhecimento completo da realidade da pesca do Brasil atualmente. Quais são os pescadores que conseguem ser cadastrados atualmente? Pescadores que estão aqui? Pronto! Que cadastro é esse, inexistente?

Participante 1: O Ministério não está funcionando, nem INCRA, nem SPU, nem Palmares... está tudo (palavrão). (palavrão) com as comunidades tradicional. A secretaria está favorecendo só o capitalista. É (palavrão) com o povo da gente. Quer matar a gente. (aplausos)

Dr. Luciano: Você pode concluir, por favor?

Paula Regina: Tá! Eu vou só concluir. Não estou querendo chamar só para os aspectos... Eu quero chamar a atenção para os aspectos produtivos e de sustentabilidade dessa comunidade. A comunidade não tem condições de continuar sendo uma comunidade tradicional quilombola sem a água. Sem a água, a Comunidade, ela vai deixar de existir, vai se favelizar. Eu acho que, eu tinha outras coisas pra falar, mas isso é o fundamental! E quando o pessoal fala, sem água, sem vida; isso não é só um grito de guerra não. Isso é fundamental! Isso tem fundamentação. Você pode encontrar isso em qualquer teoria produzida até hoje. Se você não tem água dentro de uma comunidade quilombola, pesqueira, você não vai ter tradicionalidade. Você vai acabar, esmagar com essa comunidade que sobreviveu à violência, mas ela vai perecer por causa de questões outras. É isso! (aplausos)

Sr. Marcos: Boa tarde a todos e todas! Em primeiro lugar, aqui, eu quero agradecer a presença e o desempenho do doutor Leandro, doutor Walter, doutor Luciano e as demais outras autoridades que aqui estão presentes. Também queria agradecer a presença de todo o povão que abraçou a luta da Comunidade. Ter essa solidariedade sobre a luta da Comunidade. Então, aqui meus agradecimentos a todos. O ponto, doutor Leandro, doutor Walter, doutor Luciano é... Tem aquele dizer que o gato, ele escaldado de água quente, ele tem medo de água fria. E, eu aqui quero trazer uma reflexão a todos nós aqui, que estamos presentes aqui. Dentre autoridades ou não, principalmente da Comunidade, que vem vivendo essa mazela, essa forma de racismo institucional; violências e muitas mortes dos nossos, nessa luta por moradia, por terra em quilombo. Por luta por direitos, a gente tem essas cicatrizes nas costas. E que desde 2012, eu não vou puxar assim... um resgate, mas anos passados. Mas do mês 12 de 2012, de quando começou a Secretaria Geral da Presidência a ter um diálogo com a Comunidade, perante as falas aqui do doutor Eduardo, pelos senhores mesmo. Que o Estado brasileiro passou a reconhecer a comunidade quilombola, abriu esse diálogo. Só aqui nessa casa, que eu me lembro, hoje, está completando três Audiência Pública. Discutindo esses mesmos pontos de política, direitos, titulação, acesso, o rio, as fontes naturais, energia... Tem uma parte pronta com outra luta do sofrimento da Comunidade. Tem uma parte já instalada na Comunidade, mas falta mais. Então, é o seguinte: neste pleito que vem discutindo, nessas reuniões, muitas reuniões aqui, muitas

reuniões em Brasília. O senhor já está pioneiro em nos receber lá, no Ministério Público, no seu gabinete, a Comunidade; os advogados da APR que nos acompanha. E, é algo, assim, de experiência que temos, de udiências públicas e reuniões que já tem acontecido. E essa Audiência Pública de hoje, que tudo que venha sair aqui, eu faço esse pedido por mim e pela comunidade, e para que venha ser tudo honrado e ficar bonito e bom para todos nós. Porque eu acho um grande desrespeito, doutor Leandro, doutor Luciano, doutor Walter, doutor Átila que faz parte dessa mesa também, faz parte desse processo. E aí, vem esse processo a longos tempos. Um grande desrespeito pela parte do Governo Federal, e a sua instituição chamada Marinha; de uma audiência que nem essa e várias reuniões como eu citei, de sair encaminhamentos e nada. Sempre descumprimento. Teve avanços, sim, em algumas coisas, mas em outras não. E, eu acho um grande desrespeito com a Comunidade, por parte do Governo, por parte da Marinha. Que esse desrespeito não é só com a Comunidade, mas, sim, aos senhores também que vem de Brasília aqui pra uma Audiência Pública que nem essa e, amarrar as coisas aqui pra um dia depois praticamente de uma coisa ou outra se formar um empecilho, enterrar tudo de novo. E passar anos, a gente lutando, lutando, lutando pra chegar aonde eu estou, e mais uma Audiência Pública, de mais uma reunião em Brasília; que seja aqui nessa própria casa. Isso fica muito feio, fica muito desonroso pra esta casa, para os senhores como Procuradores, pra Comunidade, pra todos e todas que aqui estão.

Então, isso precisa a gente ter muito cuidado. Tudo que venha realmente ser tratado aqui hoje, que seja documentando, documentado porque é experiência das outras. Então, isso me deixa muito assustado. Me deixa com um olho aberto e outro arregalado. Um ouvido aberto e o outro mais bem aberto. Entendeu? Então, é o seguinte, em questão do muro como o senhor fez aquela fala muito bem feita, as imponderações de doutor Walter e dos demais; doutor Carlos Eduardo, doutora Fabiana aqui... Então, este muro, me cheira assim, a continuar a mesma situação que vem acontecendo a longos anos: 54 anos desde quando a Marinha chegou como Órgão que se diz a União. A Marinha, ali, é só um estande de frente ali, mas quando de vez segurança nem por eles tem ali. Isso eu posso dizer com grande certeza, entendeu? Contra aquela barragem ali, é também uma birra contra a Comunidade. Essa fala aqui, não é uma fala pra ficar como um empecilho, como um empecilho porque a Comunidade mora ali, a Comunidade é que vê o que acontece ali. A Comunidade vê quem entra e quem sai ali. E quem é que controla tudo, que diz que controla tudo e, está lá aberto pra, não vou dizer Deus e o mundo, que Deus é Deus, merece respeito, consideração de todos nós. Mas, a Marinha sabe quem entra e quem sai ali. Quem é do bem, quem é do mal. Então, com uma área daquela que diz que é uma área de estratégia de segurança nacional. Pra muitas coisas, eu não quero citar aqui o quê, mas todos aqui é inteligente e vai entender. Mas eu não sinto o que, o que pode acontecer ali. O que está acontecendo no cotidiano de todos os dias ali, dentro daquela Comunidade. Passa por dentro da própria Vila, e eles não têm o controle; de dizer até que (?) vai até alguém da Comunidade, e eles vir cá da portaria e impedir pra algum da gente; perguntar se algum da gente libera a passagem dessas pessoas. A gente é maluco de dizer que não? Se o controle deles é da Comunidade, eles como instituição, como uma Vila Naval... Isso fica muito contradizente. Eu vou fechar minha fala...

Então, em questão do muro, fechando daquela parte de lá, a Comunidade, beirando a estrada, vindo com a Comunidade... Isso cheira, vai cheirar violência! E violência com morte! Porque quando se faz um muro que coloca o portão desse, eles não vão cumprir o que o Comandante está dizendo que vai. Não vai! Por relação como eu falei das demais outras reuniões, audiências públicas. Saiu tudo amarrado, em ata de reunião, de audiências, de reuniões e, não cumpre! Quanto a Marinha, não cumpre! Então, é o seguinte, o direito da água é um direito universal de todo ser humano, de tudo que tem vida. E, eu costumo dizer, doutor Luciano, que para um ser humano, com tudo que se tem em cima desse mundo são dois pontos fundamental e que não existe vida. Sem a terra e sem a água, não existe vida. A terra é a base de sustentação de tudo

que há em cima desse mundo. A água é um bem comum, um bem natural que Deus deixou para todos nós. E água não se tem barreira, água não se tem cerca. Água não se tem tela pra impedir conforme alguém, foi o doutor, é... o professor Júlio Rocha falou aqui, explanando a fala dele. O que é que os três poderes interamericano a OIT, a ONU, a OIA fala, né? E quando fala sobre água, conforme agora o fórum da água, que vão empoderar muito nisso, como é que vai ser? Como é que se vai discutir sobre o direito de água como a Marinha quer fechar aquele acesso de água pra comunidade? Ser controlada! Os senhores não, eu peço, faço um pedido: veja qual o diálogo que vai ter com relação esse uso compartilhado da água. Como é que vai ser essa coisa, um documento bem informado, transparente, entendeu? Com um amarramento bem situado para que isso não venha ser um retrocesso amanhã ou depois, entendeu? E, vai ficar feio pra todo mundo, principalmente, para o Estado brasileiro porque isso vai formar uma guerra, uma guerra muito sangrenta dentro daquela comunidade sobre esse rio, sobre esse direito do uso compartilhado. Porque se ela botar essa cerca ou um muro alí, um dia vai dizer: Você não entra mais. É aí que vai ter, e a comunidade não vai ceder também. É... você pode relembrar o ponto que se falou?

Dr. Luciano: Eu queria que você concluísse isso aí.

Sr. Marcos: É, eu quero concluir mas eu me esqueci do ponto que você falou. Ou o senhor não quer falar?

Dr. Luciano: Por favor, é porque temos alguns inscritos aqui, os inscritos... Quer lembrar o ponto específico, lembra qual é o ponto que lhe falei?

Sr. Marcos: É... com relação com os marcos, os marcos. Que esses marcos quando for, conforme o senhor falou, ser discutido, deles salvar as árvores, a casa de dona Maria, as fontes naturais, que não deixe solto também, venha ser algo documentado. Porque eles não cumpre, não cumpre a palavra! Entendeu? Fechei! Gostaria até de falar mais, mas...

Dr. Luciano: Obrigado! Eu peço desculpas de ter que fazer você abreviar a sua fala. Eu não queria deixar de lhe ouvir, mas eu... quero lhe ouvir também agora, eu vou ter que sair daqui a 10 minutos. Eu queria antes de lhe ouvir, tentar estabelecer alguns encaminhamentos na linha do que Carlos fez aí, referente aos encaminhamentos. E repito o que ele disse porque ele sintetizou muito bem. Eu queria que objetivamente as autoridades que estão aqui dissessem, pra não ter dúvida, de que não estão com nenhuma resistência à titulação dos termos da proposta que o INCRA fez dos 104 hectares; como está nos dois módulos, embora descontínua, ou seja, isso avançará no processo. Então, eu gostaria que todos se pronunciassem especificamente sobre isso. Também gostaria que mencionassem que não estão, não são contrários à implantação das vias de acesso independente, ou seja, já estamos definindo o território com os 104 hectares das duas partes distintas. Então, vai haver a necessidade da construção da via de acesso independente pra fazer com essa comunidade tenha acesso à via de transporte pública circundante. Então, que se manifestassem os pensamentos sobre isso. Também gostaria que dissessem que não apresentam resistência às políticas públicas dos órgãos do Estado. E, nesse caso específico, a CEPROMI ficou de nos encaminhar objetivamente os ofícios dizendo que autorização precisa, de quem, pra que a gente possa conseguir objetivamente, dessas instituições, essas autorizações pra dizer: Pode começar com o projeto, pode começar com o trâmite do material. E, certamente, a gente vai exigir um diálogo como o Comandante. E, estou absolutamente certo que o Comandante estará aberto ao diálogo e dizer de que maneira poderemos fazer isso avançar. Também objetivamente eu gostaria de ter o pronunciamento sobre... na parte que eu fiz menção a chamada “revisão dos marcos”, que está aqui mencionada pelo doutor Carlos, isso significando objetivamente o seguinte; e aí, um esforço de obter a chamada sensibilidade, entendimento, colaboração do Comandante, dentro da Marinha, na hora da colocação prática do muro; pra fazendo a identificação precisa dessa situação sem precisar alterar os marcos. Realizar o desenho prático

do muro, respeitando as nascentes que estão... respeitando essa árvore. É uma pequena alteração que não precisa notificar o marco. É sobre uma implantação específica do muro, é só uma questão de política de boa vizinhança, de tolerância recíproca, de flexibilização específica.

E, finalmente, a questão da água não será aqui nesse espaço; vamos falar o português claro e honesto. Muitos que estão vindo aqui não estão interessados em convencer os que estão aqui, que são as autoridades que vão decidir. Estão interessados apenas em jogar pra plateia. Vamos falar o português claro e honesto. Respeito todo mundo, mas não preciso jogar pra plateia. Eu não preciso, eu não preciso. Eu conheço um pouco, apenas um pouco da dor que é muito de vocês. Tive com dona Olinda, tive com Rosemeire, conheço muito da dor de vocês. E sei que a dor está doendo demais. Estou aqui pra tentar ajudar essa dor passar. E não estou aqui pra ficar cutucando a ferida e fazer a dor aumentar, não. Eu não estou querendo aumentar essa dor, não. Estou querendo fazer a dor passar! Estou querendo ter casa que não caia na sua cabeça! Estou querendo que você tenha garantia de acesso a sua terra! E que a terra seja sua, em seu nome! E estou querendo também que o Comandante perceba e, ele terá a possibilidade de fazer isso. Tem doutor Sávio aqui, tem o advogado que ele tem, tem as outras figuras jurídicas que defende a União pra dizer que o marco normativo a questão da água. Como é que é possível ele garantir a segurança da Marinha com acesso à água, com tudo que ele quiser. Mas, ao mesmo tempo, com esse uso compartilhado. E é sobre isso objetivamente que entendo que será possível. Eu senti uma energia muito positiva do Comandante, uma energia muito positiva. Primeiro ele veio pra cá, saiu lá da base aérea, veio pra cá. Trouxe toda sua equipe, trouxe as pessoas que realizam a proteção da barragem; trouxe as pessoas que realizam os estudos de conservação da barragem; trouxe as pessoas que podem ajudar a tomar decisões. Ele está aqui pacientemente ouvindo, querendo conversar. Eu confio na capacidade de conversa dele e de vocês. Na capacidade de conversa dele e de vocês, e do doutor Átila que continuará aqui. E, de sempre é um parceiro grande de vocês; doutor Leandro que está aqui, e dos outros grandes parceiros que estão ao lado de vocês. E vocês sabem que estão contribuindo para que a solução possa acontecer. Será possível, portanto, objetivamente chegar e dizer: como é que nós conseguimos isso? Como é que nós conseguimos? Quais são os seus medos, Comandante? E o senhor conhecerá os nossos medos. Então, muitas vezes, o maior medo que a gente tem é quando a gente não quer, não precisa conhecer o outro, não quer conhecer o outro! E como consequência não se abre para aprender com o outro também. Quando eu digo quais são os meus medos, o outro diz qual é a sua coragem. E, eu então venço o medo, quando eu conheço os medos dos outros, eu dou a minha coragem. E ele então vence o medo dele. Então, precisamos dessa aproximação, precisamos desse diálogo. Falta muito pouquinho. E esse pouquinho cada um tem que dar um passo nessa direção. Não! Nós nunca conseguiremos, Nós nunca conseguiremos apagar as dores que já aconteceram. Mas nós podemos a dar um sentido diferente. Eu vendo uma dor, lembro da dor; mas posso dar um sentido diferente como dona Rosemeire já disse: “A minha vida eu posso até dar, mas eu não quero que as minhas crianças sofram o que eu sofri.” Nós aqui estamos não só tratando do passado, mas tratando do presente e do futuro. E, nesse sentido, vocês com garantia da terra; vocês com garantia das políticas públicas; vocês com garantia do acesso independente; vocês com autonomia sobre o seu território. Ora, se com tão pouco estão fazendo tanto, com o muito que receberão farão mais ainda. E se (?) há os outros quilombos em redor que estão numa fase muito anterior a de vocês. E não estão, se quer, podendo ter voz! não estão, se quer, podendo ter voz!

Então, a luta de vocês vai estimular as outras lutas. Eu vou pedir perdão porque eu vou precisar sair. Quem vai estar aqui ao lado do doutor Leandro, é o doutor Walter. Eu lhe escuto e saio. E, por favor, o senhor tem a palavra...

Sr. Edson: Eu agradeço muito ao senhor. Boa tarde, companheiros e companheiras. Meu nome é Edson Falcão. Doutor Luciano, eu fiquei um pouco sentido e um pouco também, sei lá, desacreditado quando o senhor disse que a dor de todos nós é a mesma que o senhor sente.

Dr. Luciano: Não! Não! Não disse isso não!

Sr. Edson: O senhor disse como?

Dr. Luciano: Eu disse que eu não consigo sentir o tamanho da sua dor. Eu só conheço um pouquinho dela e, sei que é grande.

Sr. Edson: Ah! Certo! Mas eu tenho o triplo da dor aqui dentro, doutor, que o senhor não tem. Outra coisa, doutor, o rapaz da Embasa ali. Vamos iniciar pela Embasa. A Embasa disse que precisa de projeto disso, projeto daquilo pra poder botar água na nossa Comunidade. Oh! Até quando esse projeto vai sair. Outra coisa, doutor, tenho certeza que cada um de nós dá a nossa vida pra aquele rio que a gente tira o nosso pão de cada dia, não seja cercado, não seja murado. E se murar, vai ter sangue derramado, vai ter vidas perdidas. Então, pense um pouco na nossa comunidade, em nós pescadores e pescadoras, e quilombolas que a gente tira o nosso pão de cada dia dalí. Já chega de sofrimento! Essa é uma cesta básica por mês. O senhor acha que isso vai nos adiantar nada? Adianta alguma coisa companheiros, a cesta básica? E quando a gente vai entrar para a nossa comunidade, a gente é mais papado do que quando a gente era criança para botar aquela fralda. Por ano! Já pensou excelentíssimo? A gente aqui quando a gente está aqui, aqui, cada um de nós sentado, a gente ouve uma coisa. Quando a gente volta pra nossa comunidade, bau, bau. É outra! A gente já estamos acostumados com isso. A gente já estamos sofrendo cada dia. Será que é mais uma papa que vamos botar em nossa boca? Tenho certeza que esse muro... Eu só vi, só sentado aqui, só observei o Comandante ali dizer que não! Que vai se fazer o muro. Por que não? Vamos sentar com a Comunidade pra ver, acertar como é que vai fazer pra nós... que seja bom pra nós e bom pra eles. Será possível?! A Marinha de guerra, que era pra gente confiar, uma nossa segurança. Será que tem que tirar a nossa sobrevivência, a nossa vida . Porque cercar aquele rio ali, vai ser matar a nossa comunidade. Nós vamos viver como? Eu tenho a carteirinha aqui de pescador. Tenho a carteirinha aqui de pescador. Vou pescar onde, vou buscar o pão aonde? Então, pelo amor de Deus, vamos pensar mais em nós, e nós comunidade. Será possível que a gente sempre sofrendo, sempre apanhando, sempre tomando chicotada; que até hoje não acabou esse chicote. Sempre a gente com o pescoço na guilhotina. Será possível? Vocês podem ter certeza pelas horas tantas que são, se for fazer aquele muro, mais um derramamento de sangue. Muito obrigado companheiros. (aplausos)

Dr. Leandro: Eu queria antes de, eu queria passar pra cada órgão aqui presente na mesa pra que pudesse com a nova rodada de conversações, o que foi discutido até então, que pudesse de forma objetiva como o doutor Luciano disse aqui, fazer o encaminhamento dessa audiência. Cada um que pudesse declarar, manifestar o que pode, de fato, contribuir ao invés de todos nós apenas criticarmos uns aos outros. Cada um contribuir, certo? É isso que é a minha proposta: é que cada órgão fale objetivamente o que pode contribuir dentro de suas atribuições. Todos nós aqui somos um conjunto. E, ninguém tem (?) uma espada mágica que pode resolver sozinho o problema. Tanto que a questão está judicializada. Então, de forma honesta com nós mesmos e, de forma honesta com a comunidade, com direito da comunidade que cada órgão aqui pudesse esclarecer o que pode fazer de forma objetiva pra ajudar na solução desse inquérito civil público, e no direito que assegura as comunidades. É essa minha proposta agora. Queria começar...

Participante 3: Eu queria começar, que eu vou sair... Bem! Eu queria parabenizar, acho que foi muito bem conduzido aí pelo doutor Luciano, doutor Leandro também. E, queria chamar aqui o Miguel pra que ele pudesse dar uma explicação técnica sobre a questão do marco. Mas antes eu queria reiterar as palavras do doutor Luciano. A gente precisa sair daqui com alguma coisa prática.

Isso é importante pra Comunidade. A gente ouviu aqui depoimentos que já vieram aqui por três vezes, em três audiências públicas e, nada. Então, se a gente veio aqui... Eu li um cartaz. Amigo abre o cartaz aí, por favor. “Nenhum direito a menos”. Alguém que fala “nenhum direito a menos” está querendo negociar? Eu acho que não. A gente precisa ter todos os direitos, precisamos ter todos os direitos, mas nós temos que negociar esses direitos. (vaias)

É só uma observação pra que a gente saia... só um minuto! Só um minuto! Deixa eu explicar! Deixa eu explicar! Nós precisamos negociar, sim, todos os direitos. Precisamos sair daqui com a solução pra que os nossos filhos... Eu vejo crianças aqui, que eles possam acessar os direitos públicos, possam estar recebendo benefício. A gente precisa avançar. Então assim, é esse o espírito que nós viemos, é de negociar, de tentar caminhar uma tratativa junto com os órgãos pra que a gente pudesse realmente tá vendo as coisas acontecerem dentro do nosso território quilombola Rio dos Macacos. Então, só essa a minha situação. Acho que tem um microfone aberto, pra não tá com o microfone aberto. Vou passar para o Miguel. Miguel vai dar uma explicação técnica sobre a questão do gel e dos marcos, tá bom? Essa é a situação.

Miguel (técnico): Boa, boa tarde! Eu acho que o doutor Luciano fez uma leitura perfeita, até técnica demais dessa situação dos marcos. E, eu acho que o que já avançou aqui Rogério, já não precisa uma explicação tão técnica. Então, o fato é que a gente já demarcou a proposta que foi homologada na portaria pela SPU que já incorporou no seu processo de titularização. Já está colocado lá, demarcado pelo INCRA, e num estágio muito avançado de sua conclusão.

O quilombo Rio dos Macacos, ele vai vim agora com uma marca muito forte, que vai ser o primeiro território quilombola no Estado da Bahia, cuja a referência dele vem com certificado pelo INCRA. O que que... Isso vale alguma coisa? Isso quer dizer que aquele território, ele passa ser reconhecido numa base de registro público no Brasil. E, ele ali, está preservado. Qualquer outra intervenção de alguma outra propriedade vizinha que vinha sobrepor aquele território está impedido. Então, aquele território, aquela poligonal daquele território estará protegido, demarcado. O que o doutor Luciano colocou, que foi importantíssimo, é que o que a gente já avançou, muito trabalho até hoje, não precisa ser... retroagir para ser revisto e, passar por todo o processo novamente. É que a execução da obra de engenharia, uma possível execução, pode haver ajustes, na engenharia. É um ajuste aqui, ali, dentro do possível. Isso pode ser negociado, nada é imutável. Mas, tem que se pesar o que vai causar essa mudança. Então, a sugestão que o doutor Luciano colocou, eu acho que ela é a mais proveitosa pra Comunidade e, pra todos que está envolvido nesse processo.

Participante 4: Olá gente, na esteira do que o doutor Carlos Eduardo mencionou, eu acho que a título de questão propositiva, eu acho que considerando tudo que foi ventilado aqui, eu acho que deixaria um encargo para a Marinha logicamente poder levar a sua estrutura interna bem como os demais, a possibilidade de fincar essa questão dos requisitos para acesso a água. Foi apresentado ao órgão alguns critérios por ele que a comunidade não concorda bem como apresentou aqui o colega Carlos Eduardo, a Rosemeire, dentre outros. Mas, isso eu acho que poderia ser um pontapé inicial pra que verificasse com os seus superiores como os integrantes, a possibilidade de não ter nenhum requisito, ou outros que não venha ferir a própria identidade da comunidade quilombola. Eu acho que isso poderia ser verificado, logicamente, isso tem que verificar com a Comunidade porque a Comunidade quilombola tem autonomia para verificar se vai aceitar ou não esse critério que, de forma alguma, não pode violar os critérios de identidade da comunidade quilombola.

Eu acho que bem com todos missionários já foi um ótimo início, eu acho que nunca tivemos em nenhum momento essa possibilidade de acesso às águas. Pena que foi apresentado com requisitos que violam a Comunidade, a própria identidade indígena de uma comunidade quilombola. Mas, eu acredito que a Marinha que tem total interesse de resolver o problema, pode

ser que possa apresentar outros requisitos que, caso assim, entenda desde que não viole a identidade quilombola. Eu acho que pode ser um direcionamento sendo que sempre isso ficará pela autonomia da Comunidade em dizer que vai aceitar ou não. Eu acho que é apenas um pontapé inicial, falando de palavras aqui bem coloquiais, para que futuramente possamos tentar resolver esse problema.

Ronaldo (Embasa): Boa tarde a todos! Aos membros da mesa, a pessoa do doutor Leandro. Saúdo a todos. Eu me chamo Ronaldo Costa, sou representante do departamento jurídico da Embasa. Falou agora pouco o nosso engenheiro. Eu não estou aqui pra falar de engenharia. Engenharia faz parte do processo de execução do empreendimento, mas é só pra esclarecer o ponto que o senhor... como ele se chama? Edson, seu Edson levantou sobre a Embasa. Na verdade, a Embasa faz parte da estrutura política do Estado, instrumento de política pública de água e esgotamento sanitário. E assim, ela vai exercer seu papel nesse processo. E essa estrutura do Estado, além da Embasa, tem também a ACERB. Então, como se trata de uma divisão clara do setor de engenharia, né? Como se trata de um saneamento rural, é a ACERB que mobiliza esse processo. Então, o colega Luís Paulo, através da CEPROMI está coordenando esse trabalho, no qual a ACERB vai empreender o sistema de abastecimento da localidade. E a Embasa, a partir da finalização desse processo, vai operar o abastecimento de água da comunidade quilombo Rio dos Macacos. Era apenas esse esclarecimento que eu gostaria de fazer, e nós já estamos nos ausentando. Fica a disposição tanto na presidência quanto a própria unidade operacional da Embasa que fica em Pirajá, né, André? E desejar boa sorte a todos, e a Embasa está à disposição no que for preciso.

Dr. Leandro: Passo a palavra pro Comando da Marinha...

Professora da UFBA: Queria falar duas coisas: primeiro que eu estou aqui pela generosidade de Júlio Rocha, pra UFBA não ficar em branco. Mas eu não estou representando a UFBA, eu sou uma professora da UFBA, participo do grupo de pesquisa que vem acompanhando há muito tempo toda a questão quilombola na Bahia. E nesse sentido, da luta quilombola, as conquistas pra chegar à. E nesse sentido, a comunidade Rio dos Macacos que a gente acompanha a muito tempo não é só um caso emblemático, mas é um caso que se distinguem de todos os outros pela questão da situação de violência que tem sofrido em todos os sentidos. Mas a gente tem que reconhecer algumas coisas e todos os alavancos. Mas a primeira coisa a reconhecer é a firmeza e a dignidade com que essa comunidade tem conseguido colocar a sua questão, e defender o seu direito à vida. Quando se luta por território, se luta pela vida. Então, aquilo que o doutor Carlos colocou do grande avanço de uma comunidade que era tida como invasores, ser considerada como uma comunidade de direitos. E também o grande avanço de se conseguir dialogar, e como conseguir não só nessa audiência em especial. Conseguir conversar, colocar as suas expectativas. E reconhecer também o avanço de ambas as partes. E a presença do Comandante aqui até o fim da sessão, eu acho que é também, um reconhecimento do respeito a essa comunidade. Não é uma situação tranquila, não é uma situação fácil, mas eu tenho certeza, eu reconheço isso como um avanço, já que outras audiências tiveram que os Comandantes não ficaram até o final, e saíram. Então, a sua presença aqui Comandante, embora não seja uma situação fácil e nem cômoda, eu reconheço como um respeito também à Comunidade que está, que convivem tão próximos.

E nesse sentido, eu acho que a gente pode acreditar em avanços também concretos nos desejos da comunidade pra continuar, pra garantir a sua continuidade como comunidade quilombola e pescador. O projeto Geografar conseguiu, fez acontecer, fez os quatro primeiros RTDs, que tiveram aqui na Bahia. E, de lá pra cá, isso em 2004, houve um avanço muito grande na compreensão do que é território quilombola, e na luta pela terra. E tá mais do que comprovado que o território não é só terra: é terra e água. E muito mais ainda pra uma comunidade quilombola

como a de Rio dos Macacos, que ela é também uma comunidade pescadora. Então, a água é fundamental. Se num determinado momento da história, eles tiveram acesso à água salgada que depois foi privado e passaram a ter acesso à água da barragem, que lhe dá o nome Comunidade do Rio dos Macacos. Essa questão se coloca agora, a garantia do acesso à água, a terra e a água como fundamental. Com relação ao acesso à terra, o reconhecimento da sua titulação, a gente tem aí, já tem avanços mas ainda não tá concretamente definido. A comunidade já recuou dos seus direitos históricos, acordou 104 hectares, embora divididos. Mas ainda tem de avançar concretamente pra ver isso regularizado a sua titulação. E há também a revisão dos marcos. Eu fiquei contente com a fala do colega, do Miguel, do INCRA, que falou, o técnico. Que eu ia levantar justamente isso: que a revisão dos marcos, ela tem uma dificuldade política, de dizer aonde vão passar os marcos. E não é uma dificuldade técnica. A definição dos marcos é política, e não técnica. E ele esclareceu isso. Então, com relação à revisão dos marcos, me parece que é uma questão de definir aonde vão passar, salvando aqueles elementos da natureza que tem uma importância significativa pra Comunidade.

Então, fica pendente a questão da titulação, né? Pelo que eu entendi. A revisão dos marcos é um acordo pra salvar esses elementos que são importantes pra Comunidade. E ficamos ainda, que eu acho, com a dificuldade da água, da questão do acesso à água. Mas levando que, como foi dito, pelo Júlio Rocha, e todo mundo também sabe, né? Que não existe a água privada. O que vai se colocar é o uso compartilhado dessa água. Dessa água que, ela é importante pra Comunidade, por uma série de usos. É o uso, sem água não há vida, né? A questão da água, da água pra (já estou concluindo). A questão da água para o uso, parece que a Embasa, de certa forma, já está solucionando. Mas, a questão é a das cercas nas águas, né? Uma comunidade pescadora que tem suas águas trancadas, Comandante, é muito difícil. O senhor me mostrou aqui a questão da, dos peixes que temo na barragem, não é um número muito expressivo. Mas, a mesma, esse número insignificante, dentro dos estudos, pra Comunidade é importante. Então, eu acho que esse é o gargalo maior pra se resolver a questão da cerca nas águas. E o lema das comunidades dos pescadores é: “Cerca nas águas, derrubar!” Então, nós não podemos aqui chegar a um acordo numa audiência pra que se construa uma cerca na água. Nós temos de chegar, e eu acredito que se não aqui nessa audiência, mas eu acredito que se chegará a um bom termo. Pra ver a Marinha, a Base Naval preservada, a sua água e a Comunidade também. Eu acho que a gente tem um diálogo e os interesses preservados. É isso que eu acho que teria de dizer, que todas as limitações são, elas podem ser vencidas. E eu acredito que a Base Naval, em função, porque ela vai continuar lá, a comunidade quilombola vai continuar lá. Então é importante que esses traumas causados por esse tempo de violência sejam também minimizados e, não aguçados. É isso!

Dra. Fabiana: Bom! Essa parte toda do fundamento a professora já contemplou o que eu ia colocar, então já me sinto absolutamente contemplada por essa parte em relação às motivações, a necessidade de preservação da água, e tudo mais. E mais objetivamente então em termos de encaminhamento, eu vejo aqui que a gente tem alguns pontos mais consensuais e que ainda precisariam na fala final do Comandante ficar registrado como possíveis compromissos e pontos que podem de imediato ser avançados. O primeiro deles, pelo menos, eu não identifiquei nenhuma resistência: a questão das casas. Ressalto, essa é uma questão, é claro, não é o mais importante. O mais importante é a da titulação e da tradicionalidade, mas é uma questão emergencial que já pode ser, já pode ser avançada. A Maria Teresa falou por parte de uma interpretação que deu agora em relação a portaria e tudo mais, sem entrar na discussão jurídica, até porque entendemos que não teria, nem antes, aquele óbice. Mas, enfim, o que importa agora é daqui pra frente. Daqui pra frente não tem esse óbice? A pergunta que fica é: Tem algum óbice por parte da Marinha? De repente, isso já fica na Audiência Pública já esclarecido pra que a

CEPROMI, de imediato, dê continuidade a essa parte. Que é uma questão muito específica mas ao mesmo tempo muito emergencial.

Em relação ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós somos uma instituição de Estado e com esse caráter de participação social direta e que, nesse contexto, tem a possibilidade de fazer essa interlocução. Essas incidências tanto na área técnica quanto na área política com as demais instituições de Estado. Nós fazemos recomendações, quando é o caso, fazemos com reuniões diretamente, etc. Nós vamos pautar na próxima reunião do Conselho as recomendações que forem necessárias e ações que forem necessárias caso não tenha avançado, mas eu tenho a impressão que, antes mesmo da próxima reunião, parte daqui, desse esforço coletivo, a gente já consegue avançar em alguns pontos, né? Até porque houve, pela primeira vez, essa sinalização positiva de que a Comunidade possa ter acesso à água. Então, pronto! A partir daí, o que a gente continua essa discussão? Com a proposta que, ao meu ver, o Comandante não sei se teria essa autonomia para já responder aqui, mas que poderiam, se não tiver o pedido aqui, seja o nosso porta-voz aqui pra levar a proposta... (exatamente, enfim.) pra levar essa proposta que é a seguinte: Se não houver, se existe a predisposição de garantir que a Comunidade tenha acesso à água, que a gente consiga fazer isso de uma forma desburocratizada. Essa primeira, sem ser dessa forma como foi inicialmente apresentada, tentar chegar num termo que não precise da carteirinha, seja de pesca, ou carteirinha de culto que eu nem sabia que existia, mas aí é ignorância minha. Mas enfim, o que eu quero dizer é isso, sem essas questões, pra avançar mais um pouquinho.

Em relação a acesso independente, eu queria ver do Comandante, que eu estou dizendo da estrada; da estrada que ficou, principalmente, aquela estrada maior que era usada pro acesso. E teve, ficou lá, virou um barranco ali. E não consegue acessar por ali. Se seria possível retomar essa questão, sem precisar passar pela portaria da Marinha. E, em relação aos demais pontos, a a gente realmente tem que pensar, conjugar duas questões, eu acho. Que ao mesmo tempo que a gente tem que buscar um acordo, a gente precisa desse acordo. A melhor solução vai ser o acordo, melhor do que terceirizar pro Poder Judiciário decidir numa canetada. Melhor é construir um acordo aqui coletivamente. E, mas ao mesmo tempo também respeitar as tradicionalidades, da consulta, decisão que parta da própria Comunidade. Claro que a Comunidade tendo essa titularidade dessa decisão também tem que visar chegar nesse acordo. Porque o acordo vai ser a melhor solução. O interesse realmente é de solucionar, e ajudar na construção de uma solução coletiva dessa questão, e não apenas dessa forma, nesse viés de denúncias de violações, tá? Era isso.

Dr. Carlos: Obrigada, Fabiana. Doutor Walter, doutor Leandro, eu vou aqui tentar ser bem objetivo, e ver se a gente consegue sair pelo menos com alguns encaminhamentos. Bom! Eu gostaria de ouvir, sair daqui com algo mais concreto a respeito da titulação do território. Pela terceira vez, estou colocando porque eu acho que não existe mais nenhum óbice desde que foi publicada a portaria da SPU, foi várias vezes aqui tanto a questão da titulação. E aí, eu gostaria de saber dos órgãos que estão aqui, dos responsáveis por essa questão, qual é o cronograma que a gente tem, e qual é a viabilidade disso sair o mais rápido possível.

Nessa questão das políticas públicas e das vias de acesso, se eu bem compreendi a fala inclusive aqui, é... o companheiro da CEPROMI colocou que havia um óbcie pelo Ministério da Defesa. Que a resposta que a gente tinha é essa. Eu não sei se está aqui representado o Ministério, mas a gente precisa agir, também saber se existe esse óbice, porque inexistindo, acho que a gente precisa dar cumprimento imediato a essas questões. Segundo a fala do nosso colega da CEPROMI, que eles precisam é ter essa permissão pra poder estabelecer o cronograma e fazer a licitação.

Vilma: Carlos, é importante também destacar que esse foi o mesmo argumento pra não permitir turmas de alfabetização na Comunidade; não permitir acesso a um laboratório básico de saúde, né? Um laboratório... Que esse tempo, a gente está entendendo que foi superado aqui hoje. Não vamos mais ouvir de nenhuma autoridade estadual que não está cumprindo as suas tarefas em respeito à aplicação das políticas, porque foram impedidas. A gente está aqui na frente do Ministério Público vendo o que foi dito, e o pedido aqui do representante do MPF é que o ente Estadual apresente o seu documento pra cumprir a sua responsabilidade, cujo recurso está na Secretaria, desde 2014. Então, nós não vamos mais ouvir essa frase. Essa é a esperança que nós temos.

Dr. Carlos: Exatamente Vilma. Muito obrigado pela intervenção. Acho que é isso que precisa ser amarrado aqui. Tem impedimento ou não tem? E quem é que está impedindo? E como é que a gente desimpede. Porque pra mim, talvez, eu não tenha captado ainda mas não ficou isso claro pra tá... (esse microfone está funcionando? Eu estou achando um pouco baixo, eu vou falar... estou colado aqui nele.) Então, isso aqui precisa sair amarrado, porque dessas autorizações, eu tenho mais três pontos de nossa pauta aqui. Então está dependendo disso. A questão do acesso às políticas públicas, o acesso à água encanada, pelo menos. E a questão da entrada do material pra construção das habitações, não é isso? As vias de acesso e a água encanada da Comunidade. Precisa sair daqui com essa questão bastante amarrada. Eu não sei se, e também gostaria de saber essa questão da titulação. Se a gente consegue sair daqui com esse cronograma, com a previsão do cumprimento da política institucional, da titulação do território. Quanto a essa questão do acesso à água do Rio dos Macacos, eu acho que eu estou contemplado aqui com as falas das colegas. Eu acho que isso não vai sair daqui delimitado, mas eu acho que a gente estabeleceu aqui de ambos os lados, quais são as questões que a gente vai ter que pensar pra estar, e fazer as possíveis consultas e voltar a abordar esse tema.

Agora quero deixar claro um impedimento aqui é discordante, inclusive. Nós não estamos aqui negociando direitos, a gente pode chegar a acordos necessários para viabilizar os direitos previstos constitucionalmente, na legislação infraconstitucional, mas direito na minha concepção a gente, a gente (?) (aplausos)

Então, eu acho que é isso, talvez seja necessário doutor Walter que a gente se reúna novamente, que fixe um pouco esse momento. E também eu acho que precisa ficar claro essa questão da revisão dos marcos. Quando a gente fala em revisão dos marcos, volto a dizer, é porque tem um ponto lá, um marco, no meio do quintal de dona Olinda. Então, ainda que não seja um trabalho de tirar aquilo do lugar, colocar pra outro; quando a gente for fazer uma definitiva demarcação, seja através, se vai fazer um muro lá, inclusive, que tem limites estabelecidos. Alguns metros desse marco tem uma cerca já que separa o território da Base Naval do território que foi identificado como quilombola. Eu não quero acreditar, não posso acreditar que quando foi proposto aqui 104 hectares, quando foi publicado essa portaria, a previsão era que passasse um muro, uma cerca no meio do quintal de dona Olinda pra ela abrir a porta da casa e, dar de cara com o muro. Não acho isso razoável, e acho que isso é perfeitamente sanável, sem causar nenhum problema pra nenhuma das partes. Obrigado. (aplausos)

Rosemeire: Eu acho assim, eu preciso de ouvir os órgãos pra trazer, colocar as políticas públicas lá dentro da Comunidade, porque, na verdade, não era pra gente estar discutindo aqui questão das políticas públicas porque a gente tem direito. Todas as comunidades tem direito. Não era pra estar nessa mesa aqui, que é uma vergonha, que o Estado rasgando a convenção 169. Então assim, não era pra gente tá nessa discussão em questão das políticas públicas; em questão da saúde, educação, às casas, à água. Isso é uma vergonha pro Governo, isso é uma vergonha pra Marinha, que fala que é pra defender a nação. Que são a nação pra eles? Quem é a nação pra eles? Então assim, enfim, em questão da água, a gente não usa só a água Comandante pra

pesca e nem sobre religião. E a gente ainda não descobriu nenhum decreto falando sobre isso aí. Que a gente tem, é obrigado falar qual é a religião que a gente é. A minha religião, é eu que vou escolher pra onde eu vou. Então assim, a gente não precisa de uma carteira pra mostrar que a gente é ou não. E assim, a água, a gente quer o acesso à água, o uso compartilhado da água é pra todas aquelas coisas que precisa da água. Quando a gente fala, a água é vida. A gente não pode falar aqui nessa mesa de reunião que a Comunidade só vai usar a água pra pesca e em questão da religião não. Não existe isso! Não existe! A água é livre pra todos. Deus botou na terra pra todos! E eu espero que aqui nessa mesa saia alguma coisa concreta, né? Que infelizmente a gente está discutindo em questão das políticas públicas que não era pra gente está discutindo as questões das políticas públicas; que é um direito de cada um de nós.

Participante 6: Na verdade não é pra gente está aqui discutindo sobre nada: nem terra, nem água, nem nada. Se houvesse um respeito para conosco de não querer o que é nosso na tora. Se isso acontecesse, houvesse respeito, ninguém precisava tá aqui pra reclamar terra, reclamar água. Não só o Rio dos Macacos como Quigonga, Tororó e todos os quilombos que existe. Porque quem quer nossas terras é gente de dinheiro. (aplausos)

A Marinha quando chegou aqui encontrou Rio dos Macacos, Tororó, Ilha de Maré, Conceição. Então, ali é nosso! E cadê o respeito para conosco? Não querer o que é nosso na tora, não. É para todos, é um bem da humanidade. É assim que a gente vive: pescando, plantando, é essa a nossa vida. É a vida de todos os quilombolas. (aplausos)

Dona Olinda: Para encaminhamento também, a gente gostaria que a nossa água ela venha pela via de acesso da , certo? Porque é uma questão de liberdade. A gente quer nossa liberdade. A gente quer sair da senzala para a liberdade. Porque chega! São 500 anos de escravidão no Brasil. O Brasil deve muito às comunidades negra e quilombola. (aplausos)

Dr. Leandro: Mais algum órgão pra falar pra eu fazer os encaminhamentos?

Rosemeire: Eles estão manobrando a lista. Não é de agora que se inscreveram, então, a gente precisa ouvir essas pessoas, tá feio, tá feio. Porque assim... chega e, ninguém aguenta mais ficar aqui. É feio!

Posso falar pessoal? Bom dia a todos, meu nome é Antônio Oliveira, sou coordenador das ações do território quilombola do INCRA lá em Brasília. Eu quero parabenizar a mesa, parabenizar a todos que representa aqui as comunidades quilombolas da Bahia. Eu só quero aqui, mais ou menos, já foi dito aqui várias vezes, em que fase está de fato o processo de titulação como o advogado ali falou. Então, com o conhecimento de todos, no dia 27 de dezembro foi publicado a (?). Eu estou desde o dia 17 de janeiro, o INCRA entrou de férias, mas nós aqui, a coordenação do INCRA de Brasília junto com a SPU central não tem parado um dia pra não tratar desse tema: titulação de Rio dos Macacos. Até final de semana eu tenho pensando nessa titulação. Que é um compromisso do INCRA, a titulação do Rio dos Macacos. Temos participado quase quinzenalmente na Casa Civil, na Secretaria de Governo. Quero registrar aqui o compromisso de Teresa e desses órgãos que atuam direto com as políticas quilombola no Brasil, lá na Casa Civil porque tem sido um desafio pra nós. É uma luta que o INCRA reconhece a luta de vocês. Eu sei que o desejo de vocês é bem mais, nós reconhecemos isso. Mas, nesse momento, membros da mesa e Comunidade, eu acho é que nós temos nesse momento avançar nesse ponto. É titular, vamos titular, depois vamos brigar por política, por qualquer política pública, por todos os direitos que estão aí previsto. Mas, nesse momento, nós vamos, eu acho que é um dever, é algo de imperioso aqui para as instituições públicas: a titular do povo. Porque eu acho que as comunidades estão cansadas. Nós também que fazemos parte da política quilombola, nós estamos cansados também. Um desafio tão grande, todo dia só batendo, batendo, batendo, e não resolve. Então, muitas politicas negava inicialmente que era a questão da titulação. Pronto! A

titulação vamos resolver. O INCRA vai resolver a titulação. Eu só queria dizer pra vocês que está na porta a titulação dos hectares. Essa semana, pra ser mais sincero, segunda-feira foi no sistema a certificação. Está em processo, dentro do INCRA, pra sair essa titulação. Processo de regulamentação, digamos assim, estarei anunciando pra sair a titulação: segunda ou terça.

Em fazendo isso, o que é que nós vamos fazer a partir de então? Temos o INCRA que ir ao cartório. Nós temos que ir ao cartório de Simões Filho e Salvador pra unificar as matrículas, duas matrículas. Unificando as duas matrículas, o território dos 301 hectares ficará uma única matrícula com o território de 301 hectares. Na verdade dá 314 depois da demarcação. Feio o registro dos 314, registro com a participação aqui da SPU, nós iremos fazer o desmembramento das duas glebas; a gleba 1, não sei se a gleba 1 tem 190 hectares; e a gleba aí em baixo, aquela menorzinha que são 50 hectares. Feito isso, os dois registros em mãos, o INCRA titulará o mais breve possível. E nós na próxima semana, é um compromisso nosso do INCRA, a nossa superintendência aqui na Bahia. A partir da, sair no sistema a certificação, ir a cartório imediatamente pra fazer as verificações da matrícula. Então, eu queria deixar a par do que está acontecendo. É uma satisfação nossa, do INCRA, estar aqui presente pra resolver essa questão. Sei que o desejo de vocês é bem maior, reconhecemos isso, pensamos também que as vezes o Estado realmente tem dificuldade. Vocês não imaginam a dificuldade pra SPU transitar esse processo lá na SPU central. É muita burocracia, e nós já vencemos essa burocracia toda. Então, eu só queria deixar a par em que fase está o processo de titulação. Está bem próximo, bem próximo. Está certo? Então era isso que eu queria passar pra vocês. Eu quero desculpa também porque nós vamos nos retirar agora. Nós vamos viajar agora, alguns membros da SPU está viajando agora. E pedir licença que a gente vai ter que sair. No mais, muito obrigado. Meu nome é Antônio Oliveira, a gente trabalha na Coordenação em Brasília. Qualquer coisa, os membros das comunidades aqui já me conhece, estou a disposição de vocês lá, tá bom? Muito obrigado.

Dr. Leandro: Queria agradecer justamente os esclarecimentos aí, e desejar um bom retorno. Queria antes de conceder a palavra aqui... (?) vamos voltar aqui pra ouvir seu Anilso Aventura... estava na lista aqui. Marcos! Uma pessoa que estava inscrita, só pra facultar aqui. Senhor Marcos, Marcos...

Marcos: Eu gostaria de acrescentar alguns elementos que eu acho que pode ser importante, né? Antes de qualquer coisa, assim, lamentável, lamentável. Se nos saíssemos dessa Audiência Pública sem ter elementos mais efetivo em relação ao acesso da Comunidade à água pública da Embasa, né? O acesso à água; o acesso à estrada que inclusive, ela está 80% já encaminhado, né? Enfim, foi paralisado; e sem o acesso às casas porque vidas das pessoas estão correndo risco. Então, sair dessa Audiência Pública sem ter uma, passos efetivos em relação esses pontos seria assim realmente lamentável. Porque assim, a gente tem uma impressão de como sociedade organizada, de que impedir o acesso à água, impedir o acesso à estrada, impedir o acesso às casas soa como uma chantagem, soa como uma forca, soa como uma forma perversa de obrigar a comunidade aceitar coisas que a comunidade não quer aceitar. Então assim, isso é muito triste. Isso não pode ser aceito. Então assim, para que possa existir uma negociação justa é preciso que esses elementos de perversidade, de proibição, chantagem, sejam eliminados; precisa ser eliminado hoje. A gente precisa resolver esse problema. Porque sem resolver esse problema ninguém consegue ter uma negociação justa. Inaceitável isso.

No segundo ponto, eu quero ser muito breve, em relação ao segundo ponto, o acesso às águas da barragem que barrou o Rio dos Macacos, que é o rio da Comunidade, histórico, ancestral para o acesso a pesca, pro acesso aos rituais e também pra garantir a (?) da pequena agricultura familiar. É preciso que exista uma investigação sobre o uso da água da barragem sobre o Rio dos Macacos. Assim, a gente precisa falar francamente com a Marinha, e ter um diálogo aberto na sociedade, constituição do Estado, num ambiente republicano. Foi dito hoje naquele conjunto

habitacional, a Vila na (?) da barragem tem 500 habitações, 514 habitações. A pergunta que não quer calar é todo esgotamento sanitário dessas 500 habitações, esse esgotamento sanitário vai pra onde? Essa é uma pergunta importante. Porque assim, a comunidade denuncia, e ai é importante que a gente analise, que todo esse esgotamento sanitário vai pra dentro do Rio dos Macacos. Então assim, se isso realmente está acontecendo, isso é terrível. Porque isso está colocando em risco a comunidade, e coloca em risco também toda a população que vive a jusante; que vive naquele pequeno estuário da Bahia de Aratú. Que inclusive toda a população daquelas comunidades estão fazendo, assim, denúncias terríveis do problema ambiental, da sanidade, do problema de coceiras, graves problemas. Uma outra situação importante em relação a barragem é a seguinte. Pergunta: A barragem, ela consegue liberar uma vasão ambiental aceitável diante dos licenciamentos ambientais relativos àquele rendimento? A olho nu, passando pela barragem, a gente percebe que a barragem estagna o rio, ela fecha e impede qualquer passagem de água para a jusante do Rio dos Macacos. A água do Rio dos Macacos, ela não consegue mais chegar no estuário, e isso traz graves problemas ambientais para os pescadores daquela região. Aí a gente pergunta assim, ó: Será que não existe outras alternativas de uso de água da Marinha, da região metropolitana de Salvador que possa desafogar a barragem do Rio dos Macacos? Não existe outras alternativas? E outra pergunta também assim que nos inquieta, que é o seguinte: dentro do porto de Aratú, desculpa, dentro da Base Naval de Aratú...

Dr. Leandro: Dois minutos, viu.

Carlos: Existem empreendimentos privados, empreiteiras: OAS, Odebrecht, manutenção de barcos e estaleiros privados. Aí a gente se pergunta, essa água que está sendo tanto querida? Nossa pela Marinha, nossa preocupação, é uma preocupação com a sociedade. Isso é uma situação justa que precisa ser colocada em público. Essa água ela é realmente colocada para atender os interesses nacional, ou essa água é pra atender os interesses de empreiteiras privadas que precisam fazer manutenção nas suas plataformas de petróleo? Porque assim, pra fazer manutenção em plataforma de petróleo, como tem sido feito de empreiteiras privadas dentro da Base Naval de Aratú, se utiliza muita água. E essa água vem de onde? Será que seria admissível priorizar a necessidade de água de grandes empreiteiras privadas como essa Odebrecht. Agora e qualquer um de nós passarmos pela frente da Base Naval de Aratu, vamos ver uma grande plataforma de petróleo pela Base Naval de Aratu fazendo manutenção. A gente pergunta, é aceitável que a Comunidade seja privada da água, mas as empreiteiras privadas tenham acesso a água lá? Então assim, eu penso que esses elementos são importantes pra dizer que é sim possível encontrar alternativas de uso compartilhado dessa água. E eu acredito que encontraremos essas alternativas. (aplausos)

Comandante da Marinha: Em primeira mão, acho que você precisa antes de fazer qualquer tipo de acusação, ter argumentos e não factoides dentro da sua acusação. As plataformas que estavam na Base Naval de Aratú era a Petrobrás desmobilizada lá de Sergipe. Então, elas estavam atracadas e foram vendidas para ferro velho. Estão em manutenção por parte da Odebrecht, OAS ou qualquer empreiteira que você falou, que a Base Naval conhece, abastece de água lá dentro. Não existe nenhuma dessas empresas, eu posso garantir pra você com todas as letras, que não existe nenhuma dessas empresas dentro da Base Naval de Aratú. Possa ser que lá até tenha. A Odebrecht acabou de desmobilizar uma plataforma. Está tentando contratar a Marinha enquanto ele não utiliza a plataforma em outro posso. Porque a parte de petróleo do Brasil está toda parada, a Petrobrás está falindo pelo Governo anterior. O que eu posso colocar em termos de situação, quanto às suas acusações, a Vila da barragem tem uma estação de tratamento e faz (?), e não joga nada do esgoto das casas dentro do rio como você está acusando. Então é uma falácia, que você inventou aqui na frente de todo mundo pra insultar, como o doutor Luciano colocou, que você veio aqui pra tentar fazer uma coisa e tentar mostra uma coisa. Você não conseguiu agregar nenhum valor à negociação que estava sendo feito aqui.

Desvirtuou totalmente do assunto que estamos discutindo pra falar acusações sem qualquer tipo de profundidade a respeito. Eu mostro todos os meus contratos. Estou muito tranquilo em relação a isso. Não tenho qualquer justificativa ou ter que ficar me explicando nesse sentido. Voltando aqui da negociação em si, do que a gente veio fazer hoje propriamente aqui nessa reunião. A gente tem que colocar que a gente ficou a tarde toda, um fator primordial que é colocado como um fator sinequanon pela Marinha e pelo Ministério da Defesa que é a segurança de suas instalações.

A segurança de suas instalações passa pela construção do muro. A flexibilização desse muro será um portão que a gente vai negociar, que eu vou levar ao Comando da Marinha, pro Comando da Marinha tem de se pensar numa flexibilização. A proposta que eu tinha eu trouxe e coloquei aqui na mesa pra todos verem. Vou retornar e a gente vai tentar verificar o que pode ser feito em termos de futuro. Hoje a proposta é essa e não tem retorno. Com relação... (barulho) Eu ouvi a todos com educação, simples assim. Inclusive as acusações de ser assassino, de ser estuprador, eu ouvi a todos com educação. Então, eu gostaria de ter o mesmo tratamento. Com relação a parte de acesso, a Marinha não se opõe que a CEPOMI inicie a parte de construção de casas, e reformas das casas da Comunidade e qualquer coisa do gênero, qualquer tipo de restrição. Existe uma restrição: o muro. Nós vamos chegar nele de novo. Porque pra construção da estrada, a estrada é um livre acesso qualquer entrada, assalto; a estrada é uma entrada livre pra qualquer pessoa à nossa Vila. Então, a estrada é concomitante ao muro para garantia do que a Marinha colocou desde o início: a segurança de sua instalação e do seu pessoal. Isso, infelizmente, vem do Comando da Marinha e do Ministério da Defesa. Colocando aqui, eu não tenho a posição ou autoridade pra falar nada diferente. Por quê? Até as máquinas que forem entrar na Comunidade pra construir, efetivamente, máquinas pesadas que forem necessárias, não vão poder passar por aquela entrada atual da gleba 1 porque é ao lado da barragem, e corre riscamento. Então tem toda uma estrutura que precisa efetivamente do acesso para a entrada dessas máquinas e início das construções. Então, a gente tangenciou a tarde toda o muro, mas o muro é determinante, tendo em vista a determinação e orientação que eu tenho. A parte de acesso fica condicionada a essa condição que eu coloquei, e eu vou levar pra ver se há uma contraproposta, alguma coisa negociável no futuro. Uma boa tarde a todos.

Sr. Osvaldo: Doutor Leandro, eu posso (?) dar aqui a ele... ficar como uma interrogação, perante o senhor falou aqui em público quando o doutor Luciano está aqui que gastaria anualmente, não me lembro o valor que o senhor falou, de manutenção da barragem. E eu essa semana fiz um vídeo... não, a semana passada, fiz um vídeo nesse escape da barragem, nesse ponto aqui, ó... o vazamento desse (?) Quero que o senhor responda o que é isso.

Comandante da Marinha: É manutenção que a gente tem que fazer em gastos de 185 mil. E eu tenho que falar, ao longo do ano passado

Sr. Osvaldo: Tem menos de um mês, eu vi o pessoal trabalhando. Tem menos de um mês!

Comandante da Marinha: Sim! O senhor estava vendo o reparo aí que tentou? E a gente tem que fazer o muro?

Sr. Osvaldo: Então, se o senhor diz que faz um não sei quanto de gasto anualmente, o senhor tinha que rever dali da barragem até a Base quanto que não existe por dentro da terra de vazamento desse aqui. Porque vocês nunca fizeram a troca desde quando fizeram essa barragem. (?) A gente monitora tudo isso...

Comandante da Marinha: O senhor está corroborando as minhas palavras que eu tenho que gastar mais ainda, senhor Osvaldo.

Dr. Leandro: Vamos ver os encaminhamentos... Por favor, pessoal! Vamos fazer os encaminhamentos aqui. Três fatos aqui que foram colocados em audiência que foram, um tipo, como se fossem acordados entre as autoridades presentes. Primeiro a questão da titulação do

INCRA assegurou que nos próximos dias irá dar seguimento (?) o Ministério Público oficial do INCRA pra pedir essas informações e acompanhar o processo, entendeu? O andamento. A CEPROMI aqui na presença do doutor Luciano ficou de encaminhar pra que não fique apenas na Audiência Pública. A gente vai oficiar a CEPROMI, pedir cópias dos documentos que comprovem a titulação com a liberação da verba pra construção e reformas das casas. E a parte do acesso à água que o Comando da Marinha ficou de levar ao Ministério da Defesa à Brasília, foi a questão da construção do portão pra que, no momento, é o que se tem, o que se possa ter o acesso à Comunidade. Só que isso vai ser discutido com vocês, a proposta que ele faz, é claro. Eu só estou dizendo aqui o que foi dito pelas autoridades. Cabe a Comunidade depois analisar e, justamente, se reunir, apresentar, procurar o Ministério Público, a gente se reunir pra o que se vai aceitar ou não a sugestão do Comando da Marinha na questão do acesso à água. Eu passo aqui a palavra pro doutor Walter pra complementar alguma coisa que quiser...

Sr. Edson: Doutor Leandro, doutor Leandro, eu que não falei nada, eu tenho direito também. Como se falou aí de uma titulação, e esse Comandante que saiu daqui, que ele não quis ouvir, e ele impôs de novo a ditadura dele que a estrada, está se tratando aqui, o senhor falou que teve o encaminhamento da titulação, certo? Essa proposta absurda dele que é a proposta dele como o senhor falou, desse portão aí; pra nós isso não existe. E o encaminhamento, aquele procurador que estava aí que foi embora, o doutor Luciano falou que era muito importante, e que não tinha entrave mais pra isso, se desde quando o rapaz do INCRA, ali, já falou que vai titular; que ele colocou isso pra Comunidade e agora ele colocou até como uma questão de honra. E diz, esse tal que ele falou aí, que já saiu, que vai titular. E um comandante ditador, chega aí e fala que a condição de fazer a estrada é junto com o muro. Onde é que existe isso? Que palavra é essa aí? Quer dizer que ele está com o poder em cima, ele está dizendo que está pondo autoridade em cima de uma terra titulada, que não pode se fazer uma estrada? Foi o que ele acabou de falar aí. (aplausos)

Dr. Walter: Audiências públicas tem hora pra começar, hora pra se desenvolver, hora pra terminar também. E a gente aqui tinha nosso limite que era 6 horas da tarde. Eu peço que eu podia, talvez, olhasse pra essa Audiência Pública com um sabor meio amargo, porque eu saio daqui de novo sem saber é o prazo pra a Embasa instalar a água. Eu não sei quando o INCRA vai conseguir titular essas terras; eu não sei como vai ser a reforma das casas, essa é uma resposta que a CEMPROMI me podia ter dado. Não sei quando vão terminar a estrada que está quase, quase no fim. E eu também não sei como vai ser o uso compartilhado da represa que é... Mas eu prefiro não fazer análise final dessa audiência pública pro lado negativo. Nós, da parte do Ministério Público Federal, nós mobilizamos o esforço que nós tínhamos. A sinceridade que nós temos, a honestidade que nós temos. O doutor Leandro ainda dizia que considera esse, talvez, o caso mais complexo da vida dele. Veio aqui o vice-procurador geral da Público, acho que não havia nenhuma autoridade de escalão mais alto do que o doutor Luciano aqui. Eu acho que talvez a Audiência Pública é o máximo que a gente consegue, que a gente consegue. Então, me impactou muito uma fala do seu Edson. Daqui a um tempo nós vamos olhar pra trás e vamos verificar, ou essa Audiência Pública foi mais uma daquelas que não serviu pra nada ou nós vamos reconhecer que essa Audiência Pública alguma coisa significou. Isso depende da seriedade, das pessoas que falaram, que estiveram presentes aqui hoje. Sinceramente pode parecer pouco, mas a parte do Ministério Público Federal, às vezes a Audiência Pública é o máximo onde a gente consegue chegar.

Dr. Leandro: Só pra... Queria saber se o representante do Ministério da Defesa está presente aqui, doutor Sávio Andrade? Mais alguma autoridade que queira falar algo...

André Luís (Embasa): Eu queria deixar claro, mais uma vez, como expliquei mais cedo que, hoje, o fornecimento de água pra Comunidade não está dependendo da Embasa. O fornecimento de

água hoje depende da ACERB apresentar o projeto. A Embasa já deu a viabilidade técnica pra que a comunidade seja abastecida pelo sistema que existe no local. A ACERB está responsável por apresentar o projeto pra ser aprovado e executar a obra. E há um assentamento de aproximadamente 1 km e meio de tubulação até chegar a Comunidade e fazer a redistribuição de terra na Comunidade. Assim que for feito isso, esse sistema vai ser trocado pelo sistema da Embasa, e vai possibilitar o abastecimento da Comunidade. A Embasa, hoje, não tem pendência da Embasa em relação a isso. Hoje está sobre a responsabilidade da ACERB fazer o projeto e executar as obras.

Participante 7: E avisa também companheiro de botar um relógio pra cobrar 80% em cima do saneamento básico. Que a Embasa hoje é o pior inimigo. Principalmente dos quilombolas, hoje, é a Embasa. Chega nas comunidades, bota uma aguazinha, só liga 2 horas por dia aquela água. O vento conta mais do que a água, e ainda cobra 80% em cima do recibo da água. Isso é roubo! Isso é assalto! Isso é assalto! Chegou na minha comunidade, tapou o rio, de...

Vilma Reis: Eu estou inscrita desde o início da tarde, eu queria falar... É uma instituição pública, uma Audiência Pública.

Dr. Leandro: Passou do horário, mas eu vou ceder, que a senhora acompanha, sempre esteve aqui... claro! Eu preciso encerrar.

Vilma Reis: Isso! Que eu estou inscrita. Boa tarde! Meu nome é Vilma Reis, sou ouvidora geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, ouvidora externa, não sou defensora, não sou da carreira defensorial. Represento a sociedade civil, fiz questão de falar aqui nessa audiência porque é uma instituição pública, é uma Audiência Pública. E mesmo quando as pessoas tem uma postura de dizer: Olha! Faz o favor de deixar fora algumas organizações. Algumas acham que se a gente falar que vai criar um tipo de posição nas comunidades quilombolas. Isso é a coisa mais desrespeitosa porque a liderança quilombola tem toda a autonomia pra tomar as decisões. São pessoas muito firmes na luta; são pessoas que nos ensinam a luta todos os dias. E a gente não vai botar nada na cabeça das pessoas pra impedir os processos de negociação. Quando elas se negam a aceitar as propostas, é pelo sentido aviltante das propostas; é pela feitura das propostas; é pela brutalidade política que comparece nas propostas. É por isso que as comunidades se negam. Porque vai uma ouvidoria pra lá ou porque vai uma ouvidoria da CPP, da CDR ou de qualquer outra organização. Então, é por isso que a gente fez questão de falar aqui. Porque a audiência é pública, a instituição é pública, e a gente acha que todo mundo aqui tem o direito de falar. Se contrapor, enfrentar a violência política especialmente num ambiente dominado hoje... que é isso que a gente está vivendo. Está se evitando, não se fala em golpe. Ai, que pessoa problemática, né? Falar em golpe. Não! Nós estamos vivendo o horror da intervenção; que a intervenção se alastra do Rio de Janeiro para o país. E a gente fica incomodado sim. E não é porque a gente participa, dialoga que a gente vai influenciar, que a presença da gente nas reuniões... Misericórdia! Ave-Maria! Esses cão não traz pra reunião não que vai impedir que as comunidades aceite as propostas inacreditáveis que comparecem. As lideranças, as populações se negam a aceitar, porque é impossível aceitar, ficar de joelhos para os capitalistas. É impossível ficar de joelho pra casa grande. É impossível você aceitar uma proposta que vai lhe levar à morte coletiva. Não é porque a gente vem pras audiências e acompanha os movimentos não. Então isso é preciso ser falado porque se faz todo tipo de manobra. A gente quer falar... todo tipo! Chega fica feio. Então, é importante porque é instituição pública. E é importante que a pessoas ser vivo a pedagogia do constrangimento. Então, eu gostaria de dizer agora depois dessa rápida roupa lavada, né? Eu gostaria de dizer que por decisão... (ó, que o negócio está pegando.) (risos)

É importante aqui que a gente reitere o que foi decidido aqui. Primeiro, que fique gravado que a CEPROMI não está impedida de fazer as políticas, que o dinheiro aprovado desde 2012 do fundo de combate a pobreza, destinado a Rio dos Macacos, que isso vai acontecer. E aqui doutora Lívia,

a senhora está aqui, o Ministério Público que acompanha toda essa situação pra gente é muito importante que esse documento seja encaminhado. E que as autoridades cumpra sua responsabilidade com Rio dos Macacos porque o que acontecer de exemplo com Rio dos Macacos pode incentivar as outras comunidades a não aceitar certas respostas que elas têm nos levado à morte. Então, por decisão da Comunidade, a batalha que está aqui sobre a mesa é pela titulação dos 104 hectares, do acesso as fontes e as águas para uso pacífico. A Comunidade não quer água pra fazer guerra; a Comunidade não quer água pra abastecer navio que vem do fim do mundo; abastecendo, enriquecendo os mais ricos e, deixando a miséria aí, muitas vezes como ia, acontecer com o navio Golden Miller, dia 17 de dezembro de 2013, que quase bota a Ilha de Maré nos ares, 12 mil pessoas. Não é pra esse fim que a Comunidade quer a água, e não é porque a Ouvidoria da Defensoria Pública, ou qualquer outro órgão, ou às Assessorias Populares se colocam, não é por isso que a Comunidade não aceita as propostas vergonhosas, não. É porque elas sabem, foram elas que nos ensinaram a lutar.

Uma outra coisa é que nós entendemos que as vias de acesso independente pra Comunidade, elas são decisivas pra conter o conflito que está estabelecido. E nós vimos, de forma irresponsável, como a obra que foi gasto e, feito pelo Exército Brasileiro, foi desfeita e se jogou com uma retroescavadeira, se desmanchou uma obra de terraplanagem pra não possibilitar a passagem. Se a gente quisesse levar a termo mesmo, quem fez isso teria que responder. Como é que uma obra de terraplanagem já quase pronta, ela foi toda escavacada de novo pra que nenhum quilombola pudesse mais passar. Não! A gente não vai fechar os olhos, ser omissa e bater palmas para os horrores. Obviamente que as pessoas dão um jeito mesmo: Deixa ver se esse povo desiste de falar. Nós não vamos desistir de falar. E nós não vamos esconder nossa cara. A gente não precisa, inclusive, estando em qualquer espaço formal, institucional ou fora dele. A gente vai falar, que aí não depende de onde a gente vem. A gente vai falar.

Então, o outro ponto é a revisão dos limites da demarcação do território quilombola. A gente está fazendo questão de repetir aqui a pauta política. A pauta reivindicatória de Rio dos Macacos que foi lida e dita aqui por doutor Carlos Eduardo Chaves, e pelas lideranças de Rio dos Macacos.; e pelo defensor da DPU. Porque isso pra gente é importante, tem que ficar aí gravado. Esse roteiro, nós trouxemos, nós espalhamos esse relise aí com todos os jornalistas que estavam porque pra gente não é a nossa vontade. A gente não acorda entediados. Não! A gente vai dificultar o caminho daquelas pessoas boas que querem o melhor pra Rio dos Macacos. Não é isso não. A gente está falando de um grupo que foi tratado de forma inadequada, absurda, pelo Estado brasileiro que foi desrespeitado, e que conseguiu 7 anos depois chegar nessa audiência. E se contarmos da decisão do juiz federal, nós estamos aqui depois de 10 anos. São 10 anos que a gente tá enfrentando aqui nessa sala; e muito constrangimento institucional, muita vergonha para as instituições. Pra aqueles que ficaram aqui se encolhendo e dizendo: Não! Nós não podemos por isso, isso e isso. Instituições que vergonhosamente apresentaram relatórios falando da inviabilidade de instalar os serviços em Rio dos Macacos. E que hoje as próprias pessoas, as instituições, e a gente discute instituições porque a gente não está aqui pra atacar nenhuma pessoa. O nosso debate é político, nosso debate não é pessoal. Nosso debate é político. E desfazer na cabeça de servidores públicos de que eles não cumpram o papel nefasto e vergonhoso de servir ao poder, aos senhores do capital. Que se sintam servidores públicos pra servir à nação, e é esse o tipo de constrangimento que a gente vive. Por isso que Rios dos Macacos é um caso emblemático. Mas aqui tem diversas outras comunidades esmagadas por esse tipo de omissão: aqui está Quigoma; aqui está Tororó; aqui está são Francisco Paraguaçu; aqui está Iguape; aqui está Conceição de Margaridas; aqui tem diversas. Todas expostas à omissão. Há pessoas que querem servir a um capital que não respeitam ninguém, não respeita nada. É isso que está em jogo. Então, obviamente que não é pra gente falar. Obviamente que um sistema desse precisa de pessoas mansas, bastante mansas. E nós não somos pessoas mansas.

A gente não foi para os lugares onde nós estamos para nos omiti-los, pra ficar escondido atrás da mesa; pra fazer guerra de papel com o direito e a vida das pessoas. Pra gente tem outro sentido. Então acho que é importante, corajoso. O MPF chamou essa audiência, construída com muitas dificuldades, com o trabalho de organizações que acreditam efetivamente que as instituições precisam funcionar. É isso que nós acreditamos.

Então, além disso, nós em um respeito em uma pauta que é da Comunidade, a questão da construção das casas, ela precisa acontecer. São esses 5 pontos. Está aqui a revisão dos limites da demarcação do território porque não é possível. O próprio doutor Luciano reestabeleceu o diálogo aqui na mesa, dizendo que não vamos fazer casuísmo em torno de um ajuste de uma obra de engenharia, pra não respeitar o que a Comunidade está se colocando. A dificuldade quando as pessoas estão discutindo com a gente. Formado em movimento, na luta, que acredita na coletividade. É que a gente não tem coletivamente um patrão pra alguém dizer: Cale a boca! Vá devagar, senão eu vou falar com fulano que domina a sua cabeça pra você parar. Nós somos pessoas com autonomia política. Nós somos pessoas que acreditamos na luta, e no direito da população de se levantar frente à brutalidade do capital. E nós sabemos também que o direito é menos a lei e mais o jogo perverso político daqueles que tem poder. É pra isso! Nós fomos para as Ouvidorias Externas, e estamos falando num tom bem alto de que sem Ouvidoria Externa não há democracia na Justiça. A gente veio pra esse espaço porque nós entendemos, e nós cansamos de perder. O que obviamente o principal agressor do nosso povo é o Estado e os empresários acordoados com o Estado, né? Nós sabemos disso. (aplausos)

Então, doutor Leandro, a insistência em falar é porque a audiência é pública, a instituição é pública, e todo mundo na audiência tem direito de falar.

Participante 9: Eu só gostaria de fazer um registro muito rápido aqui, muito, muito rápido. Eu acho que a forma como o senhor comandante saiu daqui, dizendo que simplesmente não vai fazer as coisas nós abordamos aqui. E ainda colocando a criminalização da Comunidade. Porque quando ele saiu daqui dizendo que tem um problema de segurança, ele está dizendo que as pessoas da Comunidade estão acoitadas com criminosos que vão cometer crimes na barragem. Segurança é um dever do Estado, e um direito dessa comunidade também. Então, a segurança da barragem passa pela segurança da Comunidade dos Rios dos Macacos que é um dever do Estado também. Agora vir aqui com um discurso de que abrir a barragem pra Comunidade é abrir pra criminalidade, o que que ele está querendo dizer com isso? Essa comunidade é de criminosos? Essa Comunidade está acoitada com criminosos que vão ter acesso à barragem? Porque a Comunidade precisa do acesso à água? Eu acho que esse tipo de discurso não justifica e assim, é muito ruim que o Ministério da Defesa não esteja aqui porque aqui foi colocado abertamente que o Ministério da Defesa que não permite a entrada de material de construção; não permite que as políticas públicas entrem na Comunidade. Eu acho que fica aqui pro Ministério Público Federal, você falou muito bem. Aliás, ele mesmo disse, o vice Procurador Geral da República estava aqui nessa mesa. E eu acho que isso precisa ser levado em consideração, ser levado em respeito. Nós vamos precisar agir desse modo. Como terminou essa audiência, eu acho que a gente não vai conseguir avançar se alguma medida enérgica não for tomada aí pra gente estabelecer o mínimo de respeito, de um diálogo, e de um equilíbrio de forças nessa batalha que a gente está vivenciando aqui a 10 anos como Vilma colocou. Obrigado, doutor Leandro.

Dr. Leandro: Eu agradeço a presença de todos, a colaboração de todos, e todas as declarações que foram ditas aqui serão cobradas ás autoridades do INCRA, a CEPROMI. E eu manterei contato com o doutor Luciano que se disponibilizou lá de Brasília. Também agradeço e, contribuiu muito para a Audiência Pública, e a equipe também do gabinete (?).

Rosemeire: Doutor Leandro... Rapidinho! A gente quer segurança pra chegar na Comunidade porque esse comandante, foi falado pra Comunidade que o Ministro da Defesa ia estar presente

nessa audiência. O chefe de gabinete do ministro da defesa, se foi aquela pessoa que se representou dentro da Comunidade, que estava andando com a Marinha lá dentro da Comunidade ontem, se for aquele rapaz que é o chefe de gabinete do Ministério da Defesa, porque ele não sentou nessa mesa, no lugar do Comandante? Então assim, a gente quer chegar na Comunidade com segurança, e qualquer coisa eu gostaria de falar no telefone desse negócio aí. A gente quer chegar na Comunidade com segurança porque a gente sabe quem é o Comandante, e bem sabe quem é a Comunidade. Porque em mesa de reunião ele fala uma coisa, e na Comunidade é completamente outra. Em questão de violência, de tudo. Então assim, da maneira que ele colocou em questão da Comunidade, agredindo a Comunidade aqui, e falou que a gente é criminoso. Que as palavras que ele colocou ali na mesa foi sobre isso ai. A gente espera que o Ministério Público Federal, que faça o trabalho deles. Não é eu estou desfazendo do Ministério Público Federal. Mas eu estou colocando aqui que precisa um pouco mais. São vidas que está em risco. Não é de agora que a gente denuncia nessa casa em questão das violências. E mais uma violência ele colocou aí na mesa, e está gravado. Está gravado! Qualquer coisa que acontecer em questão de qualquer uma pessoa da Comunidade, todos os órgãos do governo tem a sua irresponsabilidade. Porque o que aconteceu com Binho, antes de Binho ser assassinado, ele pediu socorro. Ele pediu socorro, e esse socorro não chegou. E essa casa aqui está esperando mais um quilombola ser assassinado tanto na Comunidade como em outra comunidade. Porque é o que eles podem fazer. O delegado falou com a gente e não muda nada. Mas aí, a casa fica com os braços cruzados. A gente precisa em questão dessa segurança, e é um dever de cada um de vocês que está aqui. A gente não está baixando a cabeça, nem pedindo de joelho não. É um dever, em questão dessa segurança, e é vida que está em risco. É vida que está em jogo. Em todo momento a gente tem, senta na mesa de negociação com a faca na garganta, sendo ameaçado. Porque o chefe de gabinete, o Ministro da Defesa não sentou na mesa? Porque quando eu vi o Comandante na mesa, eu tive certeza, eu tive certeza que ia acontecer isso que aconteceu hoje. Se levantar e sair. É isso que ele faz. E destruir cada vez mais. Em questão do esgoto dentro do rio e dentro da barragem, a gente pede à casa que chame o IBAMA e faça uma grande investigação lá dentro da Comunidade em questão desse esgoto. E o grande pinicão que está jogando as fezes dentro do rio, destruindo as nossas vidas. Como é que a gente sabe que a gente vai morrer em questão de vários tipos de doenças. A gente é obrigado comer aqueles peixes. A gente é obrigado. Essa casa, a gente está pedindo também uma investigação, que saia esse encaminhamento: investigar onde é que joga as fezes. Todo o esgoto que vem da Vila Naval; que o senhor vai ver se não vai cair dentro da barragem, que vai cair dentro do rio. Destruindo não só a Comunidade não, como falou aí. É todas as comunidades que estão ali em volta. Todas as comunidades que usa a água da Bahia de Aratú. Todas! Entendeu? Então assim, não é só nós que está em risco, não é. E eu espero que vocês faz o trabalho de vocês porque essas casas têm que sair, essa estrada tem que sair.

A água é um direito de todos! E eu não aceito ouvir em mais uma audiência pra sair em questão de encaminhação de como já teve outra que nada foi feito. A gente espera que essa casa se levante. A gente vai perder mais vidas como já perdeu? A gente não pode perder mais vidas como já perdeu. Ele falou que já perdeu muito. Ele perdeu o quê? Ele tinha que colocar o que foi que ele perdeu. Eles destruíram as nossas vidas! Eles destruíram as nossas vidas! Assassinato que a Marinha assassinou nosso povo lá dentro. As 104 não saiu no Diário Oficial não. Teve várias vidas. Teve pessoas cortadas dentro do território. E essa casa aqui sabe como foi o processo de 104. O processo de 104! Isso foram pessoas de dentro da área. Que eles falam que ficou pra eles. E ameaçando aquelas vidas. A gente não pode brincar com nossas vidas. Que vida vai, mas não volta. E eu espero que o Ministério Público aja sobre isso aí. Eu espero! Porque eles são Marinha, usam a farda, eles podem destruir a nação? Eles estão aí é pra defender a nação, não é pra destruir. A gente paga o salário deles, a gente paga o salário deles. Não é pra eles comprar bala

pra matar nosso povo, da maneira como eles estão fazendo. As pessoas que colocam lá dentro (?). Não existe isso! Tanto o salário deles que a gente paga como cada um de vocês que está aqui. Não é pra destruir as nossas vidas nas comunidades! A gente pede essa casa como sempre! Que aja! Porque se não a gente vai pegar os corpos que tiver na Comunidade ou fora da Comunidade que seja assassinado pra trazer pra aqui pro Ministério Público. (aplausos)

Assunto: Enc.: Transcrição Audiência Rio dos Macacos em 28/02
De: "PRBA-13 Ofício" <PRBA-13Oficio@mpf.mp.br>
Data: 19/04/2018 17:13
Para: "PRBA - Protocolo Caixa" <PRBA-Protocolo@mpf.mp.br>

>>> PRBA-Assessoria de Comunicacao MPF/BA 18/04/2018 13:25 >>>
Prezados,

Segue a transcrição da audiência pública realizada pelo 13º Ofício em 28/02, com a comunidade Rio dos Macacos.

Conforme informamos quando do pedido da transcrição à Ascom, reiteramos a necessidade de que **o gabinete revise o material** antes de usar de modo oficial, já que temos precedente de transcrições com erros de digitação/ortografia.

Já está em andamento o processo licitatório para que tenhamos um novo prestador para este serviço.

Por gentileza, confirmem o recebimento deste e-mail.

Marla Barata

MPF
Ministério Público Federal
Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal na Bahia
(71) 3617-2295/2296/2200
www.mpf.mp.br/ba

Anexos:

Audiência Comunid Quil. Rio dos Macacos.pdf	578KB
Audiência Comunid Quil. Rio dos Macacos.docx	118KB